

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE HUMANIDADES - CH
MESTRADO EM ECONOMIA

Claudia Nascimento de Queiroz

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PEQUENA
PRODUÇÃO (FAMILIAR) MODERNIZADA - (O
Caso do Perimetro Irrigado de São
Gonçalo - Pb).

CAMPINA GRANDE - PARAIBA
Setembro de 1993

Claudia Nascimento de Queiroz

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PEQUENA
PRODUÇÃO (FAMILIAR) MODERNIZADA - (O
Caso do Perímetro Irrigado de São
Gonçalo - Pb).

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Economia, com Área de
Concentração em Economia Rural, da
Universidade Federal da Paraíba, como
requisito parcial para obtenção de Grau
de Mestre.

Orientador: Paulo Ortiz Rocha de Aragão

CAMPINA GRANDE - PARAIBA
Setembro de 1993



Q3p

Queiroz, Claudia Nascimento de.

O processo de construção da pequena produção (familiar) modernizada : o caso do perímetro irrigado de São Gonçalo - PB / Caludia Nascimento de Queiroz. - Campina Grande, 1993. 152 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1993.

"Orientação : Prof. Paulo Ortiz Rocha de Aragão".
Referências.

1. Política Agrária - Perímetro Irrigado. 2. Políticas Públicas - Produção Familiar. 3. Perímetro Irrigado - São Gonçalo - PB. 4. Dissertação - Economia. I. Aragão, Paulo Ortiz Rocha de. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 32:63/.67(043)

SUMARIO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

INTRODUÇÃO 01

CAPITULO I

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA MODERNIZAÇÃO RECENTE

DO SETOR AGRARIO NO BRASIL 13

1.1 - O Programa de Irrigação do Nordeste 17

1.2 - Evolução Recente da Irrigação no
Nordeste (1950-1986) 20

1.2.1 - Antecedentes Históricos 22

1.2.2 - A Política de Irrigação
no Contexto da Modernização Reformista e
da Modernização Conservadora 23

1.3 - Fatos Recentes da Irrigação no Nordeste 29

1.3.1 - Especificidades das linhas de
atuação do DNOCS e da CODEVASF 33

1.3.1.1 - Objetivos Iniciais: do
DNOCS e da CODEVASF 36

1.3.1.2 - A Implantação dos
Projetos de Irrigação 37

1.3.1.3 - A Emancipação dos
Projetos Públicos 39

CAPITULO II

A CONCEPÇÃO DO PEQUENO PRODUTOR E

O PLANEJAMENTO ESTATAL	43
------------------------------	----

CAPITULO III

A AREA ESTUDADA E OS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	56
--	----

3 - O QUADRO ATUAL	56
--------------------------	----

3.1 - Características Físicas	56
-------------------------------------	----

3.2 - Características Sócio-Economicas	57
--	----

3.3 - A Area de Pesquisa e a sua Ocupação no Passado	59
---	----

3.4 - Metodologia	66
-------------------------	----

3.4.1 - Procedimentos da Pesquisa	66
---	----

3.4.2 - As Etapas da Pesquisa e os Instrumentos Utilizados	67
---	----

CAPITULO IV

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PEQUENA

PRODUÇÃO MODERNIZADA	72
----------------------------	----

4.1 - O Desejo de uma Vida Melhor	72
---	----

4.2 - O Processo de Trabalho	88
------------------------------------	----

4.2.1 - O Trabalho Familiar	88
-----------------------------------	----

4.2.2 - O Trabalho Contrato	96
-----------------------------------	----

4.3 - A Produção Agrícola do Perímetro	99
--	----

4.4 - A Mecanização e Seus Efeitos	
------------------------------------	--

Sobre a Demanda Por Mão-de-Obra no PISG	104
4.5 - O Processo de Comercialização	120
4.5.1 - CAMISG: da Criação	
à Situação Atual	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	146
ANEXOS	

LISTA DE TABELAS

- TABELA I - Origem do Agricultor pág. 73
- TABELA II - Condição do produtor (antes da ida para o PISG). pág. 73
- TABELA III - Utilização do crédito oficial (antes da ida para o PISG). pág. 75
- TABELA IV - Principais motivação da ida para o projeto. pág. 75
- TABELA V - Nível de satisfação atual em relação ao projeto. pág. 77
- TABELA VI - Escolaridade dos filhos dos colonos. pág. 77
- TABELA VII - Faixa etária dos filhos dos colonos. pág. 79
- TABELA VIII - Escolaridade dos colonos/irrigantes. pág. 79
- TABELA IX - Consumo médio anual de produtos básicos por família. pág. 81
- TABELA X - Padrão de Consumo de Bens Duráveis pag. 82
- TABELA XI - Renda familiar. pág. 82
- TABELA XII - Gastos mensais. pág. 84
- TABELA XIII - Principais transformações (provocadas a partir da ida para o Projeto). pág. 84
- TABELA XIV - Principais demandas para um bom desempenho na agricultura. pág. 85
- TABELA XV - Quantidade de filhos. pág. 90
- TABELA XVI - Residência/migração dos filhos. pág. 90

- TABELA XVII - Participação do trabalho feminino no lote rural. pág. 90
- TABELA XVIII - Participação do trabalho dos filhos no lote rural. pág. 94
- TABELA XIX - Participação do trabalho contratado (por fases de cultivo). pág. 98
- TABELA XX - Composição da pauta de produtos produzidos no PISG. pág. 103
- TABELA XXI - Participação do Perímetro na arrecadação de ICMS do setor primário do município de Sousa/Pb. pág. 103
- TABELA XXII - Média das produtividades do Perímetro irrigado de São Gonçalo - 1989/92 em Kg/ha. pág. 105
- Produtividade média do município de Sousa. pág. 105
- TABELA XXIII - Uso de equipamentos. pág. 107
- TABELA XXIV - Tecnificação do processo de trabalho (por fases de cultivo). pág. 109
- TABELA XXV - Principais problemas do Perímetro (a nível da produção). pág. 112
- TABELA XXVI - Nível atual de acompanhamento técnico. pág. 114
- TABELA XXVII - Utilização de equipamentos próprios. pág. 116
- TABELA XXVIII - Utilização do crédito oficial. pág. 128

TABELA XXIX - Forma como é realizada a comercialização.

pág. 129

TABELA XXX - Importancia das práticas associativistas.

pág. 134

LISTA DOS ANEXOS

QUESTIONARIO

FNE: PROCEDIMENTOS EM RELAÇÃO AOS PEQUENOS PRODUTORES, SUAS
ASSOCIAÇÃO E COOPERATIVAS

RELAÇÕES DOS PRINCIPAIS BENS ADQUIRIDO PELA CAMISG, E SEUS
RESPECTIVOS VALORES

RELAÇÃO DO FATURAMENTO DOS ULTIMOS 12 MESES

QUADRO 1 - FINALIDADES DO PROJETO E FINANCIAMENTO

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL (CAMISG) *

QUADRO 2 - AVALIAÇÃO DOS BENS

QUADRO 3 - PROJEÇÃO DAS RENDAS

QUADRO 4 - PROJEÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO

QUADRO 5 - ANÁLISE FINANCEIRA

QUADRO 6 - QUADRO DE RECEITAS DAS CULTURAS EXISTENTES

QUADRO 7 - DESPESAS DAS CULTURAS EXISTENTES

QUADRO 8 - LIBERAÇÕES DE PARCELAS

QUADRO 9 - PLANO DE REEMBOLSO

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Diversas pessoas e instituições contribuíram, embora sob diferentes formas, para a elaboração do presente trabalho. Agradeço a todos, suas contribuições. Entretanto, não poderia deixar de mencionar algumas que, de certa forma, tiveram uma participação determinante.

A opção pela Economia Rural se deu através do professor René de Carvalho, amigo e orientador desde a graduação. Também sob a sua orientação fiz os primeiros trabalhos com pesquisa de campo e o projeto de dissertação. A ele o meu reconhecimento.

A Coordenação do Mestrado em Economia Rural, através das pessoas dos seus sucessivos coordenadores e do seu corpo de professores e alunos, que através dos seus cursos ou dos seus trabalhos, em muito contribuíram para a minha formação. Não poderia deixar de agradecer em especial à Professora Maria Lúcia Gonçalves de Carvalho, atual coordenadora do mestrado, pelo seu apoio institucional e afetivo.

No âmbito do Curso de Mestrado, discuti idéias, ou mesmo partes deste trabalho, com diversos colegas. Meu agradecimento especial a Socorro Lira e Delma Ribeiro.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa de estudos.

Os colegas professores do Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe pelo apoio institucional, através da política de liberação da carga didática, sem a qual não teria sido possível a realização desta dissertação.

A professora Maria Goretti Serpa Braga, que foi orientadora durante os primeiros meses de elaboração do trabalho. Ela não só acompanhou, discutiu e incentivou cada passo do mesmo, como se revelou uma amiga. Durante esses meses de convívio, pude reconhecer, não apenas, sua seriedade acadêmica, mas também sua dignidade e qualidade profissional e humana.

Ao professor Paulo Ortiz Rocha de Aragão, que assumiu a orientação do trabalho em sua etapa final, acompanhando-o de forma cuidadosa e permanente.

Bernadete Ramos e Emma Siliprandi, minhas amigas de sempre, também foram interlocutoras fundamentais. As suas contribuições se expressaram, não só nos trabalhos por elas produzidos, mas também, através da leitura dos primeiros escritos do projeto de dissertação. Muitas das sugestões por elas colocadas foram de fundamental importância e motivo de reflexão posterior. As críticas e observações que delas recebi, aumentam a minha gratidão.

Ao professor Otamar de Carvalho, que também leu o projeto de dissertação e fez sugestões e críticas valiosas.

Sugestões e críticas não menos importantes, recebi dos professores João Otávio Faes de Barros e Ghislaine

Duqué, membros da pré-banca de defesa.

Foram também diversas as pessoas que me ajudaram no decorrer do trabalho de campo. Flávia Garcia, na qualidade de secretária da Cooperativa dos Irrigantes de São Gonçalo - (CAMISG), pôs a minha disposição os dados necessários para a pesquisa, facilitou contatos fundamentais para a sua obtenção, além de me acolher em sua casa, em diversos momentos da pesquisa de campo.

A CAMISG dirijo agradecimentos especiais através de seus dirigentes, Francitônio Limeira e José Carneiro, respectivamente gerente e presidente desta entidade.

Marcílio Moraes, analista de crédito do BNB, que me forneceu informações relevantes sobre o FNE, por isto muito lhe agradeço.

O DNOCS, através dos seus funcionários que facilitaram o acesso aos colonos irrigantes. Devo agradecer também a D. Soledade e D. Emília, responsáveis pela casa de hóspedes do DNOCS, onde fiquei hospedada, durante a minha estada na área de pesquisa.

Meus reconhecimentos mais especiais, no entanto, estão dirigidos aos colonos irrigantes de São Gonçalo, que muito contribuíram para a elaboração deste trabalho. Eles me receberam em suas casas e tiveram a paciência necessária para longas e intermináveis conversas. O que aprendi com essa convivência, supera em muito o que este trabalho expressa. A eles todo o meu agradecimento.

Cleanto e Fátima, que se desdobraram no trabalho de digitação.

Da mesma forma, quero agradecer aos funcionários do Mestrado em Economia e do Banco de Dados pelo atendimento sempre solícito nos momentos necessários.

Quanto aos amigos leais, pelo o apoio importante em diversos momentos e sob diferentes formas, não posso deixar de mencionar: Leiliam Dantas, Reinaldo Carcanholo, Gilberta Santos, Simone Branco, Verônica Barros, Margareth Hora, Joás Oliveira, Verdi Francisco, Dalva Mota, Solange Braga, Fernando Barroso, Andréa Melo, Neuzice Andrade, Oriana de Almeida, Marilda Menezes, Ana Ghislaine, Eliane Bezerra, Cláudia Coutinho, Glória Palmeira, Ana Carolina e Marcos Scaico.

Enfim, meus pais e toda minha família pelo apoio afetivo durante todo o tempo de elaboração deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a existência ou não, de uma compatibilização entre as ações declaradas de melhoria de padrão de vida das populações beneficiárias de um projeto de irrigação pública e os resultados, efetivamente, encontrados em uma experiência concreta.

Os estudos de viabilidade sócio-econômica dos referidos projetos tomam por base, parâmetros convencionais (relação benefício-custo, taxa interna de retorno, estimativa de custos, entre outros), restringindo-se a aspectos estritamente quantitativos, sem se preocupar muito com as implicações sociais das mudanças ocorridas sobre o grupo social envolvido. Procurou-se analisar o processo de transformação social em perímetros de irrigação pública, através da ampliação do universo analítico, sob uma ótica que contemplasse as expectativas criadas pelo grupo beneficiário.

Para a realização da análise pretendida, a atenção foi concentrada em um estudo de caso. O Projeto de São Gonçalo, localizado no semi-árido paraibano, foi a área escolhida como locus da pesquisa de campo.

São Gonçalo é um perímetro com duas décadas de existência e que apresenta características comuns aos demais projetos públicos: colonização com base no assentamento

familiar e organização dos produtores em cooperativa de produção.

Partindo de uma perspectiva comparativa das condições anteriores de manutenção e de reprodução dos produtores em relação às condições atualmente vividas no Projeto, foram realizadas entrevistas e aplicados questionários com os colonos/irrigantes, buscando apreender o significado que esse conjunto de mudanças representou na vida desses produtores.

Da análise da situação atual dos produtores ali residentes, constatamos uma redefinição completa do processo produtivo que pode ser verificada sob diversas formas. A utilização de novas técnicas, bem como o acesso aos instrumentos de política agrícola, permite afirmar a ocorrência de um processo de tecnificação entre os produtores analisados, embora esta não esteja se dando no mesmo ritmo para todas as fases de cultivo e para todas as unidades produtivas.

Mudanças qualitativamente positivas em termos de condição financeira, aumento de produção, maiores possibilidades de escolaridade para os filhos, aumento do padrão de consumo familiar, também puderam ser constatadas, além de outros aspectos trazidos para ilustrar esta situação.

A comercialização da produção é predominantemente, exercida pela Cooperativa dos Irrigantes, que após se

deparar com problemas que vão desde o baixo nível de associativismo a deficiências administrativas (durante os seus primeiros anos de operação), começou a se reestruturar a partir da diminuição da interferência do Estado sobre aquela entidade, ocorrida em períodos recentes.

A mudança de posicionamento dos colonos frente a Cooperativa e o surgimento de iniciativas e lideranças entre os produtores, são aspectos importantes que também evidenciam o processo de transformações sociais em curso, no Projeto São Gonçalo.

RESUME

Ce travail prétend analyser l'existence d'une compatibilité entre, d'un côté, les actions annoncées visant l'amélioration des niveaux de vie des populations bénéficiaires d'un projet d'irrigation publique et, de l'autre, les résultats réellement retrouvés lors d'une expérience concrète.

Les études de viabilité socio-économique des projets cités ci-dessus ont comme principe les paramètres conventionnels (rapport coût/bénéfice, taux interne de retour, coûts prévus, etc.). En plus, ils se restreignent aux aspects strictement quantitatifs, sans assez de soucis avec les implications sociales des changements survenus aux groupes sociaux concernés. On a prétendu analyser le processus de transformation sociale sur les périmètres d'irrigation publique à travers l'étendue de l'univers analytique et sous une optique que appréhende les attentes créées par les groupes qui en profitent.

Visant la réalisation de l'analyse prétendue, nous avons centré nos efforts sur une étude de terrain: le Projet de "São Gonçalo" - implanté dans le semi-aride de la Paraíba - a été la région choisie comme "locus" de notre recherche de terrain. São Gonçalo est un périmètre avec deux décennies de vie et présentant des caractéristiques communes

aux autres projets publics: colonisation fondée sur des établissements familiaux et sur une organisation coopération coopérative des producteurs.

En partant d'une perspective qui confronte les conditions antérieures du maintien et de la reproduction des producteurs avec les conditions actuellement vécues dans le Projet, des interviews et des questionnaires ont été réalisées/appliqués auprès des colons qui ont irrigué leurs terres: on souhaitait appréhender l'importance des changements de l'environnement productif sur la vie de ces travailleurs.

À partir de l'analyse de la actuelle des producteurs qu'y habitent, nous avons pu constater qu'il y a eu une redéfinition complète du processus productif - une redéfinition dont les traits principaux ont assumé plusieurs formes. L'utilisation de nouvelles techniques, ainsi que l'accès aux instruments de la politique agricole, permettent-ils affirmer l'existence d'un processus d'intensification technique parmi les producteurs analysés, bien que cette intensification technique ne se vérifie pas dans la même vitesse pour toutes les phases de la culture et pour toutes les unités productives.

Nous avons pu vérifier, comme illustration de ces changements, des modifications qualitatives sur les possibilités financières des producteurs, ainsi qu'une augmentation de la production et des possibilités

d'instruction pour leurs fils et, enfin, de la consommation familiale.

La commercialisation de la production est principalement faite par la Coopérative des "Irrigantes" (ceux qui irriguent leurs terres). Pourtant, en raison de problèmes comme le bas niveau d'associationnisme et les déficiences administratives (pendant les premiers temps de fonctionnement), la commercialisation a commencé à se restructurer à partir de la diminution récente de l'intromission de l'Etat dans la Coopérative.

Le changement d'opinion des colons concernant la Coopérative, ainsi que le surgissement d'initiatives et de leaders parmi les producteurs, ce sont des aspects importants qui mettent aussi en évidence le processus de transformation sociales en cours dans le Projet São Gonçalo.

INTRODUÇÃO

Nas três últimas décadas, o perfil do setor agrícola nacional passou por modificações importantes em sua base técnica¹. A partir desse período lançavam-se as bases institucionais de um projeto de modernização para a agricultura brasileira, através do qual, pretendia-se essencialmente, alterar a estrutura técnica da produção agrícola, equiparando-a com a de países já desenvolvidas em matéria de rentabilidade e de produtividade.

Iniciava-se a implementação da ideologia da modernização conservadora do governo militar, via internacionalização e aceleração do processo de industrialização.

Nesse sentido, foram dados importantes estímulos e subsídios à produção industrial, com vistas a intensificação do processo de industrialização em curso, fazendo-o avançar inclusive, sobre o meio rural. Surgiram complexos agroindustriais com o capital industrial e financeiro encontrando novas formas de realização dentro da agricultura, que passou a assumir um importante papel, não somente como produtora de matérias-primas e alimentos, mas também como mercado para o parque industrial, em termos de

(1) Para uma discussão mais detalhada das questões aqui sintetizadas, consulte-se Martine & Beskow, (1987), p. 19-41

máquinas e de insumos agrícolas.

Foi ainda nesse período, que a irrigação passou a ser vista como importante estratégia de modernização para o setor agrícola, em especial, em áreas semi-áridas do Nordeste do país.

Com o advento do Programa de Integração Nacional (PIN), em 1970 e seguindo a concepção do Banco Mundial de "erradicar a pobreza rural e fortalecer as economias das zonas semi-áridas contra os efeitos das secas ou estiagens prolongadas", o Estado criou um Programa de Irrigação específico para a região Nordeste, com vistas à implantação de uma economia de mercado no setor agrícola regional².

O Programa de Irrigação do Nordeste, então criado, seria executado na região pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), em ambos os casos a ênfase compreendia, basicamente, a criação dos Projetos de Irrigação - também denominados Perímetros de Irrigação. Porém, enquanto que a CODEVASF teria como objetivo expandir as áreas irrigadas conjugadas às agroindústrias e atrair empresários para o vale do rio São Francisco, ao DNOCS caberia atuar especificamente com a chamada irrigação pública em projetos de colonização, com base no assentamento familiar e na organização dos

(2) Cf. BNB/ETENE avaliação do PROHIDRO e do Programa de Irrigação. Fortaleza, 1985 (Projeto Nordeste, 16), p.22

produtores em cooperativas de produção³.

Tomando-se especialmente o caso dos Projetos Públicos, - por se constituírem em nosso objeto de estudo - verifica-se que, implícita (ou explicitamente) aos objetivos da política de irrigação, falava-se na criação de uma "classe média rural" e na constituição de um determinado tipo de agricultor, o colono irrigante, que deveria passar a adotar atitudes e comportamentos diferentes daqueles, tradicionalmente característicos de um pequeno produtor familiar, dedicado à prática de uma agricultura de sequeiro, apresentando, em geral, baixos índices de tecnificação e de produtividade⁴.

Para adaptar agricultores com tais características ao padrão agrário de produção e de comercialização pretendido, alguns pressupostos foram elaborados. Inicialmente partia-se da premissa de que esses produtores passariam a contar com todas as condições necessárias ao seu maior envolvimento com os instrumentos de modernização, através de uma política agrícola complementar em matéria de crédito, pesquisa, assistência técnica e preços adequados⁵.

(3) Cf. Relatório Técnico. MARA/SENIR Relatório de Atuação da CODEVASF e do DNOCS no Desenvolvimento da Irrigação no Nordeste (versão preliminar). Brasília, 1990. p.14. Uma discussão mais ampla, sobre as especificidades das linhas de atuação do DNOCS e da CODEVASF, será desenvolvida no capítulo II,

(4) Cf. BNB/ETENE. op. cit., p.37 e também relatório MARA/SENIR (1990). op. cit., p.41

(5) Cf. Relatório MARA/SENIR (1990), p.40.

Além disso, sendo os perímetros públicos espaços organizados pelo Estado, cuja produção é organizada sob o modo de produção capitalista, pressupunha-se que as suas ações deveriam respaldar, ou mesmo viabilizar o aprofundamento de relações capitalistas de produção. Por conseguinte e na mesma linha, inferia-se que a tecnificação desses produtores implicaria na sua transformação em pequenos empresários capitalistas⁶.

Com base nesses mesmos pressupostos, foram elaborados os chamados estudos de viabilidade sócio-econômica dos projetos de irrigação⁷. Nesses estudos, a expectativa criada era de que os beneficiários dos referidos projetos estivessem conjuntamente integrados ao padrão agrário de produção e de comercialização desejado. Passando-se a exigir, seja de diferentes perímetros, seja de colonos de um mesmo perímetro, respostas econômicas análogas em termos de produtividade/rentabilidade.

A lógica dessas análises, por estar atrelada à mesma lógica de concepção dos projetos, aponta na direção de verificar se os colonos irrigantes estão sendo capazes de proporcionar o tipo de resposta econômica esperada, capaz de justificar o volume de investimentos públicos, realizado pelo Estado, nos projetos de irrigação.

Quando isso não ocorre, começa a se divulgar a

(6) Ibid., p.41

(7) Ibid., p.40

idéia de que a irrigação pública é inviável, não se justificando social e economicamente. Isso ocorre, em grande medida, pelo fato das análises definidoras da eficácia e da eficiência do empreendimento, tomarem como referencial parâmetros convencionais⁸, (tais como relação benefício-custo, taxa interna de retorno, estimativa de custos, entre outros), que por sua própria natureza economicista, enfatiza aspectos estritamente quantitativos, sem se preocupar muito com as mudanças sociais e políticas que possam estar sendo viabilizadas nos Perímetros de Irrigação. Não se quer dizer com isso que a obtenção de resultados numéricos não seja importante. Ocorre que ganhos nesse sentido fazem parte de um processo de transformação social mais amplo, cuja maturação não é tão rápida quanto tem sido desejada e as críticas condições de pobreza do Nordeste rural exigem.

Desse modo, a ausência de resultados consoantes com as metas propostas expõem, frequentemente, os projetos de irrigação pública a estrangulamentos que, cada vez mais, só dificultam o alcance dos objetivos programados.

O mais problemático é que a obtenção de um resultado econômico em um perímetro público, aquém do que é

(8) Cf. BNB/ETENE. Avaliação do PROHIDRO e do Programa de Irrigação, Fortaleza, 1985 (Projeto Nordeste, 16). Para maiores informações acerca da definição dos critérios a serem utilizados nos estudos de viabilidade dos projetos de irrigação, consulte-se o referido trabalho, p. 23.

esperado dos referidos projetos, não é atribuída a uma inadequação institucional mais geral, ou a não implementação das políticas agrícolas, adequadas ao desenvolvimento da irrigação, como era prevista. A praxe tem sido atribuir o não cumprimento de metas e objetivos à falta de racionalidade econômica e a um fraco desempenho dos colonos/irrigantes, que passam a ser considerados como incapazes de adotar atitudes empresariais e por conseguinte, de dar conta de um empreendimento do tipo capitalista.

Entende-se que esses estudos induzem a, ou pelo menos viabilizam um tipo de avaliação simplificadora de um complexo processo de transformação/modernização das relações sociais no campo brasileiro, reduzindo-o a uma clássica abordagem em termos de diferenciação social⁹, por desconsiderar as múltiplas variações e possibilidades de inserção da produção familiar no processo de acumulação capitalista, quando esta é submetida a estratégias modernizantes.

Esse processo, assim como a própria sociedade capitalista, é também repleto de contradições, de ambiguidades e mesmo de consequências não vislumbradas. E seriam justamente nos espaços deixados em aberto por essas contradições, que poderiam surgir alternativas que

(9) Uma maior discussão sobre essa questão será desenvolvida no Capítulo II.

efetivamente, representassem mudanças importantes em curso (propostas ou não).

A criação dos perímetros de irrigação não é um acontecimento isolado, devendo ser situado no contexto mais amplo do movimento geral de expansão da sociedade capitalista em seu conjunto.

Consideramos, por isso, que mais digno do que condenar esses projetos, seria tentar analisá-los sob uma ótica que contemplasse sua lógica e dinâmica interna, em vez de simplesmente, avaliar seus resultados à luz de um modelo pré-concebido.

Nessa perspectiva, se entende necessário reexaminar a estratégia oficial de modernização de pequenos produtores do Nordeste semi-árido, mediante a sua instalação em projetos de irrigação, buscando apreender o seu significado e as suas implicações sociais sobre o grupo de beneficiários envolvidos.

O processo de transformações sociais em curso, em um perímetro público de irrigação, foi portanto, o objeto de estudo deste trabalho, que teve como objetivo verificar a ocorrência (ou não) de uma compatibilidade entre as ações declaradas de melhoria do padrão de vida desses produtores, e os resultados efetivamente encontrados, em uma experiência concreta.

Para uma melhor compreensão do referido processo, concentramos nossa atenção em um estudo de caso. Se por um

lado, a própria natureza da investigação pretendida limita as possibilidades de generalização dos resultados obtidos, por outro lado, permite o aprofundamento da observação empreendida, por multiplicar as possibilidades de reflexão, sobre a realidade observada.

Procurou-se portanto, nos limites deste trabalho, analisar o conjunto de transformações sociais vivenciadas por pequenos produtores residentes em um perímetro irrigado, sob uma ótica que contemplasse as suas expectativas e que indicasse o significado que essas mudanças representaram em suas vidas.

Não se pôde deixar de considerar características pretéritas dos colonos/irrigantes, enquanto produtores de subsistência de áreas inóspitas do semi-árido do Nordeste.

é fundamental não perder de vista, o fato de que parcela significativa desses produtores, é originária de uma cultura forjada no contexto de uma agricultura de sequeiro, passando a enfrentar inúmeras dificuldades de adaptação à prática da irrigação.

A agricultura irrigada, planejada para desenvolver cultivos comerciais, impõe um outro tipo de racionalidade, que se expressa através de exigências em matéria de custos financeiros, de incorporação de novas técnicas e de eficiência econômica, com as quais esses produtores não estavam acostumados. Seus conhecimentos anteriores sobre irrigação são realmente muito restritos, ou até mesmo,

inexistentes.

A assimilação dos colonos/irrigantes tende a ser lenta também, em virtude das práticas paternalistas características dos esquemas governamentais, nos primeiros anos de operação dos projetos.

Outro elemento fundamental que não se pode esquecer, é o caráter inicialmente dirigido das atividades produtivas no Projeto e conseqüentemente, a ausência da participação dos colonos em sua concepção e gestão.

Este é, pois, o contexto empírico desta pesquisa, que procurou compreender e analisar como os colonos/irrigantes pensam as mudanças ocorridas em suas vidas, ao longo do tempo de sua inserção em projeto público de irrigação. De que modo e até que ponto, essas mudanças tem contribuído para alterar as condições de manutenção/reprodução destes produtores e, para lhes proporcionar uma qualidade de vida mais digna?

Em meio a questionamentos como esses, mais especificamente, os seguintes aspectos foram abordados:

- a) Expectativas dos colonos/irrigantes mediante a sua inserção em um projeto de irrigação;
- b) Transformações mais importantes ocorridas no processo de produção e de comercialização dos produtores à medida em que vai se intensificando as suas relações com o mercado;
- c) Principais dificuldades de expansão da

agricultura irrigada no âmbito de um projeto público.

Na decisão de estudar a experiência vivenciada por produtores de um perímetro de irrigação pesou ainda, a intenção de poder trazer alguma contribuição à tarefa de compreensão do processo de modernização/transformação imposto ao setor agrícola, a partir dos anos 60, no contexto mais amplo das mudanças ocorridas, que incluem, inclusive, mudanças nas relações de trabalho.

A complexidade e diversidade de situações concretas que envolvem a temática em questão, impôs portanto, uma observação a nível do particular. O caso concreto estudado é o Perímetro Irrigado de São Gonçalo, criado em 1973, e localizado no município de Sousa, semi-árido paraibano, distando em 440 km da capital do Estado.

A escolha deste perímetro deriva da circunstância de ser este um projeto com duas décadas de implantação e que, possivelmente, reúne muitas características de uma experiência já consolidada, mostrando-se portanto, como um bom exemplo para a análise pretendida¹⁰.

Para a realização deste trabalho, fizemos entrevistas e aplicamos questionários com os

(10) A importância do Perímetro Irrigado de São Gonçalo, para a economia agrícola do município de Sousa, será discutida no capítulo IV.

colonos/irrigantes do Perímetro de São Gonçalo. E entrevistamos também, o pessoal técnico-administrativo do DNOCS e da Cooperativa dos Irrigantes.

Realizamos ainda, consulta e análise da bibliografia disponível sobre a Política de Irrigação, especificamente dirigida para a região Nordeste, dando-se ênfase à estratégia adotada pelo DNOCS, uma vez que este foi o órgão responsável pela implantação do referido Projeto.

Quanto à divisão formal do trabalho, fez-se em cinco capítulos. No primeiro, começamos por uma tentativa de caracterização geral do recente processo de modernização da agricultura brasileira, considerado a partir da década de 60. Ficando destacados como elementos significativos desse processo: mudanças da base técnica da produção rural, a consolidação de um sistema nacional de crédito e o seu caráter desigual e excludente no que se refere a produtos regiões econômicas e grupos sociais.

Ainda no capítulo um, é feito um breve histórico da evolução recente da Política de Irrigação, com vistas a situar o sentido e a direção, principais dados a essa política, enquanto estratégia capitalista de modernização da zona semi-árida do Nordeste.

A concepção de pequeno produtor, predominante a nível do planejamento estatal, é analisada no capítulo dois, numa tentativa de discutir teoricamente as implicações desta concepção sobre a criação de projetos de

modernização, voltados preferencialmente, para esta categoria de produtores.

No capítulo três, é feita a caracterização da área pesquisada em seus aspectos físicos e sócio-econômicos, além de uma descrição da sua ocupação no passado. A metodologia de análise e os instrumentos de pesquisa utilizados também fazem parte deste capítulo.

A apresentação e análise dos resultados empíricos da pesquisa, a partir do caso concreto escolhido, é feita no capítulo quatro.

E por fim, nas considerações finais, realiza-se um esforço no sentido de sumarizar as principais constatações detectadas na pesquisa e as tendências fundamentais a serem seguidas na área pesquisada.

CAPITULO I
CARACTERIZAÇÃO GERAL DA MODERNIZAÇÃO RECENTE DO
SETOR AGRARIO NO BRASIL

Nas três últimas décadas o perfil do setor agropecuário brasileiro foi bastante modificado. Transformações substanciais se verificaram em sua base técnica, ao mesmo tempo em que se deu uma reestruturação das relações sociais no campo. Um intenso processo de modernização¹ foi implementado, com vistas a intensificar a crescente penetração do capital na base do processo produtivo agrícola.

Entretanto, essa modernização não deve ser considerada como uma atividade isolada, desvinculada do processo de expansão da economia brasileira e mundial, em seu conjunto. Ela foi resultado de um padrão de acumulação adotado a partir dos anos 50, que implicou na reorientação do papel do setor agrícola no processo de desenvolvimento da economia.

De acordo com SORJ², esse período caracterizou-se por uma redefinição das relações entre a agricultura e a indústria, a partir do desenvolvimento do Complexo Agroindustrial (CAI), que passou a comandar o processo de

-
- (1) A literatura sobre modernização da agricultura já é bastante ampla e variada. Para uma discussão maior sobre o tema, ver por exemplo: Sorj (1980) Delgado (1983); Kageyama e Graziano da Silva (1987); Kageyama et. alli (1987); Muller (1988); Castro et. alli (1979).
- (2) Sorj (1980), p.11

transferência de excedentes do setor agrícola para o setor industrial. Através da ação estatal, a agricultura passou a se constituir, em mercado consumidor da indústria produtora de insumos e máquinas agrícolas, e em fornecedora de produtos para o processamento e beneficiamento industrial.

É nesse contexto, que o significado do processo de modernização tecnológica, instaurado no país no período considerado, representou antes de mais nada, a expansão de setores industriais ligados à agricultura por relações intersetoriais: de um lado, as indústrias fornecedoras de insumos modernos e máquinas. E de outro, a expansão dos setores processadores de alimentos e matérias-primas agrícolas.

Dentro dessa estratégia - denominada de modernização conservadora³ o Estado teve um papel fundamental, fornecendo incentivos e subsídios, e particularmente, criando demandas para os produtos do CAI⁴, através da expansão de crédito subsidiado, notadamente, a partir dos anos 60.

(3) "Modernização Conservadora", de acordo com Guimarães (1979), é uma forma particular de desenvolvimento da agricultura, que se limita à introdução do progresso técnico, desvinculado de alterações na estrutura da propriedade e das relações de produção. O referido processo terá suas características descritas, sumariamente, aqui com base, em grande parte, nos já citados trabalhos de Sorj(1980) e Delgado (1985).

(4) Para uma conceituação do Complexo Agroindustrial (CAI) Ver Muller, op. cit.

Embora o crédito rural⁵ tenha se constituído em uma poderosa ferramenta de apoio à produção agrícola, é exatamente à aplicação desse instrumento da política de modernização, que se atribui a ocorrência de distorções estruturais no processo de desenvolvimento recente da agricultura brasileira.

Estudos realizados sobre o sistema de crédito rural⁶ nos anos 70, indicam que a sua aplicação se deu de forma a contribuir para aumentar a concentração de capital e da propriedade fundiária, em favor dos grandes proprietários. Os resultados dos estudos então realizados, também mostram que a sua distribuição foi mais favorável às culturas destinadas ao mercado externo e às culturas energéticas (café, soja, trigo, cana de açúcar, algodão) do que aos cultivos alimentares básicos⁷ (arroz, feijão, milho).

A estratégia de modernização conservadora adotada pelo Estado ao final dos anos 60, ao privilegiar certas áreas, como o Centro-Sul do país e determinados produtos, acabou por enfatizar o caráter já tão desigual da agricultura brasileira, revelando-se assim, como um

(5) Duas contribuições recentes sobre o tema estão representadas nos já citados trabalhos de Castro, et. alii (1979) e Delgado (1985).

(6) Sobre o caráter concentrado do crédito rural no Brasil ver, em especial, o capítulo IV do já citado trabalho de Castro, et. alii. (1979).

(7) Ibid., p.160

processo excludente no que se refere a regiões econômicas, produtos e grupos sociais⁸.

Só a partir da década de 70, movido pela lógica de unificação das economias regionais ao mercado nacional, é que o processo de modernização da agricultura, de certa forma, se generalizou nos diferentes espaços, guardadas as desigualdades e especificidades próprias que marcam o processo de penetração capitalista no campo brasileiro.

E foi a permanência de tais desigualdades, que levou ao surgimento dos chamados Programas de Desenvolvimento Rural Integrado⁹ (PDRIs), criados com o objetivo de corrigir tais distorções, mediante o aproveitamento, mais intensivo, dos recursos e potencialidades de cada região¹⁰. Destaca-se no marco dessa concepção, a criação de pólos de desenvolvimento rural, institucionalizados a partir da constituição de programas¹¹,

(8) Uma análise detalhada sobre a forma desigual do processo de modernização da agropecuária brasileira pode ser encontrada em Kageyama (1988), que analisa o referido processo com ênfase nas desigualdades regionais.

(9) De acordo com Carvalho (1988), p.238, o desenvolvimento rural integrado, na concepção do Banco Mundial (BIRD), é entendido como 'uma estratégia para melhorar as condições de vida no plano social e econômico de um grupo determinado de pessoas: os pobres da zona rural. Para uma formulação crítica sobre o tema ver além de Carvalho (1988), Delgado (1985) e Sorj (1980).

(10) Carvalho, op. cit., p.243

(11) Sobre a constituição dos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRIs) ver Delgado (1985); Enquanto que uma discussão específica, sobre o POLONORDESTE, pode ser encontrada em Wilkinson (1986).

como o POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento Integrado do Nordeste do Brasil), POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), POLOAMAZONIA (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia) e por fim, o POLONOROESTE (Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil).

A partir da definição de um público-meta de pequenos produtores, esperava-se com os referidos programas "reverter simultaneamente as condições de baixa produtividade e pobreza social dos agricultores"¹² e ao mesmo tempo, poder favorecer o avanço do capitalismo no conjunto da economia. Os estudos já realizados sobre o tema, demonstram que, de forma geral, as experiências do desenvolvimento rural integrado não lograram, no campo social, os resultados positivos que seus formuladores pretendiam, seja pela limitação, ou mesmo contradição dos seus objetivos, embora existam algumas experiências localizadas bem sucedidas¹³.

1.1 - O Programa de Irrigação do Nordeste

No bojo desse processo de unificação ao mercado nacional, a modernização tecnológica também abarcou o

(12) Carvalho, op. cit., p.246

(13) Em síntese essa é a conclusão principal dos vários analistas que trataram da questão, ver por exemplo Carvalho (op. cit.), Delgado (op. cit.) e Sorj (op. cit.).

Nordeste, região tradicionalmente considerada de agricultura atrasada e que até o final dos anos 50, via-se à margem do processo de industrialização instaurado no país. Nesta região, a modernização se concentrou, basicamente, em produtos da grande propriedade, restringindo-se à zona canavieira e ao movimento de pecuarização¹⁴.

Não obstante esse fato, outras estratégias foram procuradas no sentido de transformar a agricultura de subsistência realizada na região, predominantemente, por pequenos produtores e com base no trabalho familiar.

A modernização da produção de subsistência no Nordeste, demandou uma atuação direta do Estado, através da criação de programas específicos para a região e em particular, para a zona semi-árida, devido ao baixo nível de capitalização dos produtores em questão.

Nesse contexto, foram criados os chamados "Programas Especiais", na "linha de fortalecimento da economia das pequenas e médias unidades de produção agropecuárias das áreas afetadas pelas secas, de modo a torná-las mais resistentes aos seus efeitos"¹⁵.

Dentre esses programas, tem-se como exemplo, o

(14) Castro, et alli. (1979), p.153.

(15) A diferença básica entre os Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (FDRIs) e os Programas Especiais é o fato de que, esses últimos eram estritamente voltados para as áreas semi-áridas do Nordeste, enquanto que os FDRIs poderiam ser implantados em outras regiões do país, cf. Carvalho (1988) p.248

Projeto Sertanejo (Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida), cujos beneficiários compreendiam uma população que variava desde trabalhadores sem-terra a grandes proprietários rurais (com área superior a 500 ha)¹⁶. Porém, de acordo com Carvalho¹⁷, o Projeto Sertanejo não trouxe, praticamente, qualquer benefício para os produtores sem-terra (parceiros, arrendatários, assalariados) e para os pequenos proprietários, dadas as dificuldades de acesso aos bancos, apresentadas por essas categorias de produtores; e assim, privilegiaram-se, mais uma vez, os grandes proprietários.

Já no que se refere à irrigação e às suas implicações sobre os pequenos produtores, pode-se dizer que alterações importantes se verificaram, a partir dos anos 70, quando a ênfase principal dessa política passou a ser a implantação dos chamados Projetos (ou Perímetros) Públicos de Irrigação mediante o sistema de colonização¹⁸.

A análise da trajetória de modernização de pequenos produtores no Nordeste semi-árido, via projetos de irrigação pelas suas próprias especificidades e por se constituir em nosso objeto de estudo - requer, portanto, uma

(16) No caso do beneficiário ser um grande proprietário, a única exigência é que os projetos a serem aprovados pela SUDENE e pelo INCRA, proporcionassem o acesso à terra aos pequenos produtores (proprietários e sem-terra): Um maior detalhamento sobre a questão pode ser encontrada em Carvalho. op. cit., p. 248.

(17) Ibid., p.249

(18) Ibid., p.233

atenção mais cuidadosa. Este é especialmente, o nosso propósito a seguir, quando trataremos de delinear um breve histórico da evolução recente da política de irrigação, com vistas a situar o sentido e a direção principais dados a essa política, enquanto estratégia capitalista de modernização da zona semi-árida do Nordeste, em especial no que toca à pequena produção local.

1.2 - Evolução Recente da Irrigação no Nordeste (1950-1986)¹⁷

A Política de Irrigação, por já ter sido objeto de vários estudos²⁰, terá sua evolução descrita aqui, de forma sumária, com base em grande parte, no trabalho de Carvalho (1988), que a analisou de forma minuciosa, apontando as razões do seu lento avanço em áreas como o semi-árido do Nordeste, bem como as políticas anti-secas direcionadas para

(19) Essa periodização se deve à circunstância, da década de 50 ter se constituído em um marco do processo de modernização da economia brasileira, em seu conjunto e, da agricultura, em particular. Enquanto que ao longo dos anos 80, outras alterações importantes ocorreram com a Política de Irrigação, culminando com a criação do PROINE, em 1986.

(20) A esse respeito, consulte-se os seguintes trabalhos: Burstzyn (1984) Graziano da Silva, (Coord); Kageyama et. alli (1988), Costa, (1984), Vilela (1991), Barbosa (1988), Mota (1990), Miranda (1991), Almeida Jr. (1986), Aued (1980).

a região, discutindo e indicando suas possibilidades de desenvolvimento.

De acordo com a tipologia apresentada, por este autor no estudo das fases evolutivas das políticas anti-secas, não se pode deixar de levar em conta os estágios de acumulação de capital, alcançados pela sociedade nordestina ao longo do seu processo de formação econômica, pois é este aspecto, o determinante maior das variações observadas na ação do Estado na região Nordeste, em especial, no que se refere ao combate às secas e à política de irrigação.

Assim, de acordo com o autor acima referenciado, quatro momentos se afiguram como importantes no que se refere à evolução das políticas anti-secas, implementadas no semi-árido do Nordeste, ao longo deste século:

- 1 - Do início do século até os anos 50, fase da "solução hidráulica", cuja característica principal foi a ênfase na construção de barragens e no armazenamento de água em açudes;
- 2 - De 1950 a 1959, período que se caracterizou, principalmente, por alterações impressas à economia nordestina, como estratégia de integração da região ao mercado nacional;
- 3 - De 1959 a 1964 - fase da modernização reformista, caracterizada pelas idéias de que a solução dos problemas do Nordeste envolvia mudanças estruturais, referidas aos níveis

econômico, político e social;

4 - De 1964 a 1978 - corresponde à fase da "Modernização Conservadora", na qual o Estado começou a pregar a necessidade de fortalecer a economia nordestina, em especial, da zona semi-árida, mas sem que se realizassem medidas de reestruturação agrária efetivas.

É portanto, com base nessa periodização, que delinearemos a seguir, alguns dos traços mais relevantes dos dois últimos momentos acima referenciados - o da modernização reformista e o da modernização conservadora - buscando com isso, resgatar elementos da política de irrigação que, em sua evolução recente, possam auxiliar na discussão do nosso objeto de estudo.

1.2.1 - Antecedentes Históricos

Não se pode dizer que o Nordeste tenha uma tradição em irrigação, embora as primeiras iniciativas do poder público relacionadas à construção de obras de combate às secas e, ao armazenamento de água em açudes tenham sido registradas, ainda no século passado, por volta de 1880, como resultado da seca de 1877/79²¹.

(21) Nesse período foi constituída uma comissão encarregada de estudar obras contra os efeitos das secas. Posteriormente, em 1884, é iniciada a construção do

Com a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas - IOCS, em 1909, e as suas posteriores reorganizações - a primeira em 1919, denominando-a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e, depois em 1945, passando a Departamento Nacional de Obras Contra Secas (DNOCS) - são acentuadas as atividades relacionadas à construção de barragens e perfuração de poços²².

Com isso, o primeiro período da implantação da irrigação no país teve como ênfase maior, a construção de barragens e o armazenamento de água em açudes. Dessa ênfase privilegiada, a partir dos efeitos da seca de 1877-79, resultou a adoção da chamada solução hidráulica.

E assim, só na medida em que se pôde dispor de volumes razoáveis de água acumulada para uso animal e humano, é que se começou a pensar em aproveitar parte destes volumes para a irrigação.

1.2.2 - A Política de Irrigação no Contexto da Modernização Reformista e da Modernização Conservadora.

A partir dos anos 50, quando a economia do Nordeste

Cont.(21)

açude do Cedro, no Estado do Ceará, concluído no ano de 1906. Para um maior detalhamento sobre os antecedentes históricos da irrigação no Brasil, consultar Carvalho, (1988), em especial, capítulo IV, item 4.1.

(22) idem, pg. 201

começou a ser reorientada com vistas a sua integração ao mercado nacional, o Estado passou a atuar de forma levemente distinta em relação às secas, que até então eram colocadas na qualidade de carro-chefe dos problemas da zona semi-árida e como fonte do atraso da região como um todo.

Até à criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, a ação do Estado reduzia-se à linha de execução de medidas referidas principalmente, à construção de açudes, não havendo praticamente, nenhuma ligação entre as políticas anti-secas e o desenvolvimento da irrigação²³.

A criação da SUDENE ocorreu portanto, num momento em que se buscava formular alternativas econômicas para a região Nordeste e em particular, para a zona semi-árida, objetivando estímulos à agropecuária local, de forma a orientá-la mais de acordo com a lógica do processo de expansão do capitalismo em curso no país.

E assim, segundo a formulação da SUDENE, os efeitos das secas tenderiam a desaparecer, ou a serem minimizadas, à medida em que a região fosse se desenvolvendo. Promover o desenvolvimento do Nordeste por sua vez, significava "redefinir e reestruturar as atividades produtivas da região, de forma a ampliar a ocupação da força de trabalho,

(23) Sobre a criação da SUDENE consultar Carvalho (1988), em especial, o capítulo IV e, Oliveira (1985).

urbana e rural"²⁴.

O problemático porém, era que a reorganização econômica da zona semi-árida, tal como preconizada pela SUDENE, envolvia a adoção de medidas que fossem capazes de provocar alterações na estrutura agrária da região.

E em especial, no que se refere à expansão da agricultura irrigada, a SUDENE passou a trabalhar com cautela, procurando sempre as linhas de menor resistência no tocante às medidas de reestruturação agrária que a irrigação requeria.

Como estratégia em evitar diretamente os interesses mais conservadores, passou-se a considerar como ênfase, a promoção de estudos e pesquisas²⁵ para a definição de uma política de água efetiva para toda a região, tendo o semi-árido como uma das suas prioridades. Os referidos estudos deveriam investigar formas de aumento da oferta de água, disciplinadamente na construção de açudes, uma utilização mais econômica da água na irrigação, entre outros aspectos, que além de não ferir interesses maiores, serviriam de suporte à penetração do capital na região.

Porém, a partir de 1964, com a instalação do Governo Militar, as propostas de caráter reformista

(24) Carvalho op. cit., p.227

(25) Os referidos estudos correspondiam ao Programa, denominado Plano Básico de Irrigação das Bacias e das Margens do Baixo e Médio São Francisco, além das bacias hidrográficas de vários estados do Nordeste. Consulte-se a esse respeito, o já citado trabalho de Carvalho, (1988), p. 232.

formuladas pela SUDENE em sua fase inicial, (1959-64), foram alteradas em virtude do caráter autoritário que caracterizou o período. Assim, a ênfase na indústria regional deu lugar a uma política de modernização com base na tecnificação do campo, sem maiores preocupações com mudanças na estrutura agrária.

A partir de então, tratava-se de compreender a agricultura como mercado consumidor de máquinas e insumos modernos e ao mesmo tempo, fornecedor de matérias-primas para as indústrias processadoras. Conforme Carvalho²⁶ passou-se a ter lugar um processo de crescimento industrial, cuja tendência, em seu limite, seria torná-lo complementar e dependente do padrão de industrialização vigente no Centro-Sul. Enquanto que por outro lado, começava o Estado a pregar a necessidade de fortalecer a agricultura nordestina, mas sem que se contemplassem, mais uma vez, medidas de reestruturação agrária efetivas²⁶.

É a fase da modernização conservadora, na qual a intervenção do Estado no Nordeste, se efetivou, diretamente, para incentivar e orientar a aceleração de formas capitalistas de produção no setor agrícola. Dentre elas, a irrigação como ferramenta de modernização, passou a ser considerada como uma das prioridades.

Nesse contexto, manteve-se a tendência de não

(26) Ibid., p. 233.

adotar medidas que privilegiassem a açudagem (pública ou particular), por se considerar mais estratégico, passar o DNOCS, a dar apoio à irrigação pública, pois de acordo com a formulação da SUDENE no período considerado, "a irrigação seria capaz de aumentar a renda, a produção, a produtividade e o emprego no Nordeste semi-árido"²⁷.

O problema, mais uma vez, era que o desenvolvimento da irrigação em regiões como o Nordeste, continuava a exigir mudanças na estrutura agrária, e assim, a irrigação não podia avançar, pois os resultados nessa direção eram sempre contrários aos interesses locais de cunho mais conservador. Embora a SUDENE mantivesse em seu discurso o caráter reformista da sua fase anterior, não se explicitava porém, sobre outras possibilidades de transformação da agricultura semi-árida, sem implicar em alterações na estrutura e nas relações do poder local.

Mesmo diante "desse impasse", uma solução para os problemas do Nordeste continuou sendo buscada, através da ação estatal. Foi quando no início dos anos 70, surgiu a necessidade de uma nova retórica por parte do Estado, capaz de conciliar os diversos interesses em questão. E, "na linha de fortalecimento das economias de áreas sujeitas às secas", são concebidos os já mencionados Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI's)²⁸, que passaram ao

(27) *ibid*, pg. 236

(28) Para maiores referências sobre os PDRI's voltar à seção 1.1, deste capítulo.

mesmo tempo, a ser considerados como a solução para os problemas agrários de áreas como o semi-árido do Nordeste. E embora tenha feito parte do discurso, a irrigação mereceu, nesses programas, pouca ênfase prática.

É desse modo portanto que a irrigação no Nordeste ao longo dos anos 70, prosseguiu sua caminhada, tendo que se adequar aos interesses de grupos econômicos e políticos que dominavam na região.

Ao longo do seu desenvolvimento, o processo de expansão da agricultura irrigada, continuava a exigir mudanças no sentido de promover a alteração do uso de terras mais férteis e desapropriáveis por interesse social.

É nesse sentido, que os grupos locais, mesmo aqueles de cunho mais conservador, passaram a apoiar a articulação de esquemas que, se não evitava a irrigação pelo sistema de colonização, ampliavam as possibilidades de não terem suas terras irrigáveis desapropriadas para uso em projetos de irrigação pública. Assim, em lugar de destinar o uso dessas terras, exclusivamente aos pequenos produtores, o Estado começou a facilitar a sua utilização a empresários. Foi quando se deu início ao sistema de irrigação pelo arrendamento empresarial, especialmente no âmbito do Vale do Rio São Francisco²⁹.

(29) Especificamente sobre a Irrigação no Vale do São Francisco, consultar os seguintes trabalhos: Vilela, (1991); Almeida Jr., (1986); e Miranda, (1991).

Além disso, um outro campo de atuação passou também a receber atenção especial: o da pequena irrigação, ao nível da propriedade privada. A prioridade dada a esse tipo de irrigação se apoiava no argumento de que a sua utilização se constituía em uma forma mais econômica de expansão da produção agrícola, com a "vantagem" de não implicar em ações de desapropriação de terras³⁰

Tanto é assim, que até o final dos anos 70, o Estado continuou mantendo essa linha de prioridades, tanto para a grande irrigação pública (nela incluída o arrendamento empresarial), quanto para a pequena irrigação, como estratégia de conciliar os antagonismos de interesses na região.

1.3 - Fatos Recentes da Irrigação no Nordeste

O início da década de 80 na região Nordeste, foi marcado por um prolongado período de estiagem, que se iniciou em 1979 e se estendeu até o ano de 1983. E embora as secas já tivessem deixado de ser consideradas, por parte de alguns segmentos, como o maior problema da região, continuou-se recorrendo a elas para se pontuar as diferenças entre o Nordeste e o resto do país.

Assim, em meio a pressões exercidas por parte de grupos econômicos e políticos (da região ou mesmo externos a

(30) Carvalho (1988), p.344

ela), a atuação do Estado, durante os anos da seca de 1979, passou a se nortear, no sentido de criar uma "política de emprego a curto prazo"³¹, capaz de amenizar a tendência à agudização dos problemas sociais, frequentemente agravados na região, nos períodos de estiagens prolongadas.

Com esse propósito foram instituídos programas emergenciais de caráter assistencialistas, as chamadas frentes de trabalho e as frentes de serviços. Esses programas tinham em comum o fato de incorporarem trabalhadores rurais em geral, tais como: moradores, parceiros, meeiros e até pequenos proprietários, que deveriam retornar aos seus locais de trabalho e de residência, tão logo tivesse início o período das chuvas. Afora essa semelhança, se diferenciavam no seguinte aspecto. Enquanto que as frentes de serviço tinham por base a execução de obras públicas (especialmente açudes e estradas), as frentes de trabalho, eram por sua vez, instituídas a nível das propriedades privadas, cujas atividades consistiam na construção de açudes (pequenos e médios), plantio de pastagens, desmatamento, enfim, em obras e serviços, que acabavam, fundamentalmente, por valorizar as terras particulares beneficiadas³².

Tem-se argumentado que esses esquemas, postos em prática ao início dos anos 80, contribuíram duplamente para

(31) Para uma discussão mais ampla sobre o temas, consulte-se Carvalho, (1988), p. 251-278.

(32) Ibid., p. 253

obstar o desenvolvimento de atividades, especificamente, relacionadas à política de irrigação:³³ de um lado, pela retomada de soluções tradicionais para a região (na linha da solução hidráulica); e por outro lado, por não provocarem as esperadas mudanças na estrutura produtiva requeridas pela irrigação para poder expandir-se na região.

Passado o prolongado período de estiagem, continuou-se, ao longo dos anos 80, com a mesma linha de atuação que já vinha sendo conduzida no Nordeste ao final da década de 70, isto é, manteve-se a prioridade na implantação dos projetos de irrigação, com estímulos à iniciativa privada (tanto a nível da pequena irrigação, quanto das empresas rurais), além de incentivos à integração da agricultura irrigada à agroindústria.

Tanto é assim que em janeiro de 1986, é instituído o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), com vistas à expansão da irrigação no Nordeste e cuja meta era irrigar um milhão de hectares no período de 1986/90, sendo desse total, 400 mil através da irrigação pública e os 600 mil restantes a cargo da iniciativa privada³⁴. Dois meses após a criação do PROINE, foi criado o Programa Nacional de Irrigação (PRONI), com a competência de atuar nas demais regiões do país.

No quadro da Política de Irrigação ao longo dos

(33) Ibid., p. 254

(34) A discussão que se segue foi baseada, em grande parte, no relatório técnico: MARA/SENIR (1990).

anos 80, além da criação dos referidos programas, alterações de ordem institucional também irão marcar o período. Ainda no mesmo ano de 1986, criou-se um Ministério Extraordinário para Assuntos de Irrigação. A este ministério caberia a gestão das ações do PROINE/PRONI, ao qual foram vinculados o DNOCS e a CODEVASF que posteriormente, em 1989, passariam a integrar a estrutura do Ministério da Agricultura, devido à extinção do recém-criado Ministério da Irrigação³⁵.

No âmbito dessas mudanças, também foi criada uma Secretaria Executiva para o PRONI, a qual seria extinta em 1990, no mesmo tempo em que se criava mais uma Secretaria - Secretaria Nacional de Irrigação - SENIR, no âmbito do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA), a qual se destinariam as mesmas atribuições, que antes eram de competência da extinta Secretaria Executiva do PRONI³⁶.

E assim, até o final dos anos 80 como se pode observar, diversas alterações de natureza institucional foram realizadas no campo da irrigação. Porém, o que se quer destacar aqui, é que esse conjunto de modificações não tem necessariamente atuado a favor do desenvolvimento da agricultura irrigada no país, não só pela falta de uma maior integração entre os diversos órgãos e entidades envolvidas, como também pela própria descontinuidade que

(35) Ibid., p.11

(36) Ibid., p.14

essa mobilidade institucional pode provocar.

É nesse contexto de descontinuidade institucional e de ausência de integração entre os diversos órgãos executores da política de Irrigação, que destacaremos a seguir, ainda que brevemente, alguns aspectos que têm marcado a linha de atuação das duas principais autarquias, vinculadas à irrigação, no âmbito da região Nordeste, o DNOCS e a CODEVASF.

1.3.1 - Especificidades das linhas de atuação do DNOCS e da CODEVASF³⁷.

Antes de entrarmos no tema específico de que trata essa seção, é necessário que se faça uma breve caracterização dos principais tipos de irrigação³⁸ praticados no país, para que possamos ter um melhor entendimento da discussão subsequente.

Há três tipos de irrigação: a irrigação com base em tecnologias ditas simplificadas, também conhecida por irrigação não-convencional; a irrigação em pequena escala, que pode ser pública ou privada, (ou pequena irrigação); e a irrigação em grande escala (ou grande irrigação, que também

(37) Esta discussão foi baseada nos seguintes trabalhos: Carvalho, (1988); Graziano da Silva. (Coord.); Kageyama, et alii. (1988). E no relatório MARA/SENIR (1990), anteriormente citado.

(38) Para um maior detalhamento sobre os tipos e métodos de irrigação, consulte-se Carvalho, op. cit., p. 348-360.

pode ser pública ou privada).

A irrigação não-convencional, é uma forma de exploração agrícola, realizada com base em requerimentos técnicos não muito sofisticados, porém, distintos dos que são empregados tradicionalmente, pelos produtores que se dedicam à agricultura de sequeiro. Como exemplo desse tipo de irrigação, tem-se o sistema de potes de barro, que vem sendo pesquisado pelo (Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Arido (CPATSA)³⁹, cujas experiências e resultados obtidos nesse domínio, não viabilizam a possibilidade de generalização desse tipo de irrigação, devido à circunstância da agricultura realizada com base nesse tipo de sistema restringir, por sua própria natureza, a escala de produção.

Já a irrigação em pequena escala (ou pequena irrigação), é aquela que não exige, necessariamente, a construção de grandes obras de engenharia, podendo também ser pública ou privada. Ela é pública, quando o Estado é quem arca com todos os ônus de implantação, mas normalmente ela apresenta caráter privado. Este tipo de irrigação não requer, regra geral, a desapropriação de terras, daí o apoio e incentivos que vem sendo dados à pequena irrigação

(39) O Centro de Pesquisas Agropecuária do Trópico Semi-árido (CPTSA) é um órgão de pesquisa multidisciplinar para os problemas da zona semi-árida do Nordeste, criado no ano de 1974, cuja sede se localiza na cidade de Petrolina/PE. Sobre a criação do CPTSA, consulte-se Carvalho, op. cit., p. 245-246.

privada, tal como praticada no Nordeste, a partir do final dos anos 70.

Por sua vez, a grande irrigação (ou irrigação em grande escala), é aquela que implica na implantação de grandes obras de engenharia, em áreas correspondentes aos perímetros de irrigação, podendo também ser pública ou privada⁴⁰.

E, como já visto anteriormente, a grande irrigação pública no Nordeste tem suas tarefas de planejamento, implantação de obras diversas (infra-estrutura hidráulica e complementares) e de operação das áreas dos perímetros, exercidas diretamente ou mediante convênios, pelo DNOCS e pela CODEVASF.

Feitos portanto os esclarecimentos necessários, vejamos agora algumas especificidades que tem marcado a atuação dessas duas autarquias, as quais já apresentam particularidades, a partir dos próprios objetivos que conduziram a sua criação (como veremos a seguir). Por isso mesmo, entendemos ser adequado observar se outras especificidades podem ser encontradas em suas linhas de atuação, ao longo de duas décadas de implantação dos projetos públicos de irrigação, na região semi-árida do Nordeste.

(40) De acordo com o artigo 8º, parágrafo 2º da Lei nº 6.662 de 25/06/79 (também conhecida como Lei de Irrigação), "Projetos Públicos são aqueles cuja infra-estrutura de irrigação é projetada, implantada e

1.3.1.1 - Objetivos Iniciais: do DNOCS e da CODEVASF⁴¹

A criação de Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em 1909, ocorreu num momento em que a preocupação maior do Estado com relação ao Nordeste, era o abastecimento de água às populações frequentemente atingidas pelos efeitos das secas. Por isso, quando do seu surgimento, o DNOCS apresentava objetivos bastante gerais, cabendo-lhe diversas atribuições na linha da solução hidráulica⁴², tais como: construção de açudes, perfuração de poços, construção de estradas, enfim, quaisquer atividades ligadas à construção de uma infra-estrutura hidráulica, cuja finalidade fosse amenizar os efeitos das estiagens prolongadas.

Só a partir da década de 70, quando a Política de Irrigação foi redefinida, é que a implantação dos projetos irrigados, passou a ser considerada como uma prioridade, com o DNOCS começando a atuar como entidade encarregada de promover a irrigação na zona semi-árida do Nordeste.

Cont. (40)

operada, diretamente ou indiretamente, sob a responsabilidade do Poder Público". Como Projetos Privados, entende-se "aqueles cuja infra-estrutura de irrigação é projetada, implantada e operada por particulares, com ou sem iniciativa do Poder Público".

- (41) As informações que se seguem foram, em grande parte, retiradas do trabalho de Carvalho, (1988).
- (42) Maiores referências sobre a chamada solução hidráulica, consulte-se a seção 1.2.1 deste capítulo.

Por sua vez, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) teve desde a sua criação, em 1976⁴³, um objetivo específico, "o aproveitamento dos recursos de água e solo da Bacia do São Francisco, com vistas a promover o desenvolvimento da irrigação naquela área"⁴⁴.

1.3.1.2 - A Implantação dos Projetos de Irrigação:

Como se sabe, tanto o DNOCS quanto a CODEVASF implantam e operam projetos de irrigação, na região semi-árida do Nordeste. Nesses projetos, a irrigação é efetuada pelas seguintes categorias de produtores: os colonos (ou pequenos irrigantes), os pequenos e médios empresários e os empresários agroindustriais.

No caso do DNOCS, porém, os projetos de irrigação são constituídos em sua maioria, pelo modelo público, que tem por base o assentamento de colonos⁴⁵.

Em geral, os colonos são pequenos produtores rurais, que exploram lotes familiares, com área variando

(43) Embora a CODEVASF só tenha sido criada na década de 70, o Estado vem atuando no Vale do São Francisco desde 1943, quando foi criada a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), que seria extinta no ano de 1967, mesmo ano em que foi criada a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), substituída, pela CODEVASF.

(44) Carvalho. op. cit, p12.

(45) A utilização de empresas nos perímetros administrados pelo DNOCS ainda está restrita às terras do Projeto Baixo Açu, no Rio Grande do Norte. A esse respeito, consulte-se Carvalho, (1988), p. 350.

entre 3,5 a 5,0 hectares. Nos perímetros do DNOCS, a área média dos lotes gira em torno de 5,0 hectares, enquanto que nos da CODEVASF, a área média se situa nos limites de seis a sete hectares. A diferença tem sido justificada pelo fato dos perímetros de irrigação do DNOCS disporem, em geral, de superfícies irrigáveis menores, do que as dos administrados pela CODEVASF e também pela circunstância de que a redução da área média dos lotes possibilitaria ao DNOCS a instalação de um maior número de famílias⁴⁶.

Ao contrário do DNOCS, uma das características que tem marcado a linha de atuação da CODEVASF, no vale do São Francisco, tem sido a ênfase à participação da iniciativa privada⁴⁷. Embora a adoção dessa estratégia devesse se nortear com base em critérios estabelecidos na Lei de Irrigação⁴⁸, constata-se que as áreas irrigadas sob a responsabilidade da CODEVASF por colonos e empresários, apresentam uma relação completamente distinta da que é estabelecida pelo decreto que regulamenta a referida Lei. Vejamos a esse propósito o que afirma Carvalho:

"Em lugar de no máximo 20% das terras dos perímetros de irrigação serem operadas por empresas e 80% por colonos, dá-se praticamente o contrário. Do total das áreas irrigadas até 1983, 43,7%

(46) Ibid., pg. 350.

(47) Especificamente sobre a irrigação no Vale do São Francisco, voltar à seção 1.2., para maiores referências sobre o assunto.

(48) Uma maior discussão sobre a Lei de Irrigação, pode ser encontrada em Carvalho, op. cit., p. 361-365.

estavam sendo operadas por colonos e 56,3% por empresas. A situação é porém, bem mais crítica no sub-médio São Francisco, onde estão concentrados 59,2% das áreas irrigadas em operação. Ai, apenas 30% das áreas irrigadas são operadas por colonos, destinando-se os 70% restantes aos empresários"⁴⁷.

O problemático, segundo o autor, é que embora a adoção dessa estratégia esteja favorecendo a expansão da agricultura irrigada na zona semi-árida, está, ao mesmo tempo, contribuindo para aumentar a concentração fundiária na área dos perímetros e para eliminar o interesse social, característica inicial dos referidos projetos.

1.3.1.3 - A Emancipação dos Projetos Públicos⁵⁰.

Antes de descrevermos as diferentes formas de encaminhamento que têm sido dadas ao processo de emancipação dos perímetros públicos, vejamos, inicialmente, qual o significado do referido processo.

A emancipação dos perímetros públicos de irrigação é uma ação prevista desde a concepção desses projetos, que deveria ir ocorrendo de forma gradativa, à medida em que as organizações dos irrigantes (cooperativas/associações),

(49) Carvalho op. cit., 364

(50) Para uma análise do processo de emancipação dos perímetros públicos de irrigação ver os trabalhos de Graziano da Silva. Coord.; Kageyama et. alii (1988), p.115-121; e de Vilela, (1991), em especial o capítulo VII.

fossem se fortalecendo⁵¹. Essa política - de acordo com o discurso oficial - teria como objetivo, repassar para as organizações de agricultores, através de convênios com os órgãos executores, (DNOCS/CODEVASF), todas as atividades relativas ao funcionamento dos projetos de irrigação, assim como os respectivos encargos de sua manutenção. Por sua vez, aos órgãos executores caberia a reabilitação da infraestrutura dos projetos, o repasse de máquinas, implementos, veículos, materiais e instalações disponíveis, como também, a prestação de assessoria técnica e a fiscalização dos referidos convênios. A emancipação não deveria representar portanto, uma simples transferência de atividades para os agricultores, mas a efetiva responsabilidade dos produtores sobre as atividades dos projetos⁵².

Na prática, porém, a forma de encaminhamento da política de emancipação não tem correspondido ao que foi proposto pelo discurso oficial, sua implementação tem se dado de forma variável e diferenciada, por parte dos principais órgãos executores. Pelo menos é o que atesta um amplo estudo realizado por uma equipe de pesquisadores da UNICAMP⁵³, em Perímetros Irrigados do Nordeste, que entre outras questões ligadas à irrigação, discute o processo de emancipação dos perímetros públicos.

(51) Graziano da Silva. Coord.; Kageyama et alii. op. cit, p.115

(52) Corrêa (1990), item b.

(53) Graziano da Silva. Coord.; Kageyama et alii. op. cit, p. 116

De acordo com o referido estudo, a emancipação posta em prática pela CODEVASF é uma política bem delineada, onde as atribuições dos irrigantes na gestão dos perímetros se encontram determinadas de forma clara e bem definida. Já tendo sido inclusive, formalizada a transferência das atividades de administração dos perímetros, através da assinatura dos contratos com as referidas cooperativas/associações dos produtores⁵⁴. Ao contrário da CODEVASF, o DNOCS, até o final da década de 80, ainda não tinha um processo de emancipação bem definido, embora muitas discussões internas ao órgão estivessem sendo realizadas com vistas a analisar e propor formas de tratamento para a questão⁵⁵. De acordo com o estudo já referenciado, o processo de emancipação desenvolvido pelo DNOCS tem correspondido muito mais a uma reação administrativa do órgão, ao problema da falta de recursos institucionais para a manutenção dos perímetros públicos, do que uma necessidade sentida pelos próprios produtores. Surgindo, portanto, como uma mera alternativa no sentido de transferir responsabilidades, independente do fato das associações dos colonos/irrigantes já terem atingido o grau de amadurecimento necessário à implementação

(54) Ibid., p.115

(55) A emancipação só passou a ser uma diretriz prioritária do DNOCS a partir do ano de 1991. Ver a esse respeito Corrêa, op. cit., item "a".

do processo⁵⁶.

Entende-se portanto, que tal distinção na forma de encaminhar o processo de emancipação dos perímetros públicos, é apenas mais um dos aspectos que revelam a falta de integração entre as ações dos diversos órgãos e entidades encarregados em promover a irrigação, se constituindo, por isso, em mais um fator limitante ao desenvolvimento da irrigação no país.

(56) Graziano da Silva. Coord.; Kageyama et alii. (op. cit), p. 117

CAPITULO II

A CONCEPÇÃO DO PEQUENO PRODUTOR¹ E O PLANEJAMENTO ESTATAL

A aceitação do pressuposto teórico de que o desenvolvimento capitalista da agricultura teria como tendência unívoca um clássico processo de proletarização e, conseqüentemente, a unificação do mercado de trabalho², acabou por provocar um verdadeiro descompasso entre o debate acadêmico e a própria realidade.

Assim, para aqueles que apontam uma crescente penetração do capitalismo no campo, a tendência predominantemente visualizada é a "desintegração das formas não-capitalistas de produção e a sua substituição por um proletariado e uma burguesia rural"³. Este tipo de posicionamento teórico tem a sua origem no pensamento marxista clássico sobre a questão agrária.

-
- (1) Pequeno Produtor e Produtor Familiar serão termos utilizados na análise como sinônimos, apenas para efeitos de simplificação da terminologia, sem querer com isso, evidentemente, embutir aos termos uma relação conceitual, unívoca. Para uma discussão mais ampla que forneça uma maior precisão teórica sobre eses conceitos, consulte-se Lacerda (1985), especialmente o capítulo I.
 - (2) Por mercado de trabalho unificado entende-se aquele em que as condições de trabalho e de remuneração - entre setores e entre regiões - são muito semelhantes para níveis de qualificação do trabalhador. Dessa forma, são condições prévias à unificação do mercado a mobilidade espacial e setorial da mão-de-obra, bem como o conhecimento, por parte dos trabalhadores, das condições vigentes, cf. Castro, et alii. (1979), p.192-198.
 - (3) No meio acadêmico brasileiro esta posição seria representada, por exemplo, através de Ianni (1973).

A transitoriedade da pequena produção e o predomínio crescente das relações capitalistas no campo, são abordagens presentes nos textos de Marx, Lênin e Kautsky, que consideram como tendência a ser seguida pelo desenvolvimento do capitalismo na agricultura, o avanço da grande exploração capitalista, sob relações de assalariamento⁴.

Por outro lado, autores, como Sorj⁵ por exemplo, que se opõem à idéia da "homogeneização do mundo rural sob a égide de modo de produção capitalista"⁶, vem denunciando a "extrema simplificação da análise da estrutura de classes na agricultura"⁶, como principal consequência desse tipo de posicionamento teórico⁷.

Tanto é assim, que a partir do momento em que o desenvolvimento da agricultura implicou no aumento da sua articulação a outros setores produtivos, - através de uma maior inserção do setor agrícola no processo mais amplo de expansão industrial, transformado-o num mercado para máquinas e insumos modernos produtivos - a questão agrária

(4) Marx(1979); Lênin(1985); Kautsky(1980).

(5) Sorj (1980).

(6) Ibid., p. 09.

(7) No entanto, é preciso considerar que o objetivo de Marx é chegar ao âmago da produção capitalista, às suas leis internas. Para isto, este autor toma por base a Economia Inglesa do século passado (a mais desenvolvida da época), não tratando a pequena produção na forma em que ela existe atualmente. Para uma discussão mais ampla a esse respeito, consulte-se o pertinente trabalho de Shanin (1980).

adquiriu um caráter muito mais complexo, "tanto por sua ligação com o conjunto da dinâmica industrial, como pelos diferentes estratos e interesses específicos que passaram a conformar a realidade social no campo"⁸.

Nesse sentido, a própria diversidade de relações sociais na agricultura brasileira, caracterizada por uma heterogênea estrutura social de produção, muito contribuiu para a concepção de uma percepção mais nítida das relações sociais no campo e, dos interesses e contradições, que emergem da atual estrutura de classes.

Com isso, as mais diversas situações vividas pelos pequenos produtores rurais, antes reduzidas à tendência da disseminação generalizada de uma produção baseada exclusivamente, em relações de trabalho assalariadas, foram revisitadas e convertidas em um dos temas centrais do debate acadêmico relativo à questão agrária.

Nesse sentido, ocorreu uma redefinição dos termos do tradicional debate sobre diferenciação social. De acordo com Wilkinson, a principal característica desta orientação é a rejeição da clássica tese leninista de diferenciação social, expressa na tendência linear para a proletarianização⁹. Com a reorientação que foi dada ao debate acadêmico, houve, conseqüentemente, um crescente reconhecimento da persistência e da recriação da pequena produção, com base no

(8) Ibid., p. 147.

(9) Wilkinson (1986), p.39

trabalho familiar.

Para aqueles que passaram a sustentar a referida posição, o argumento a ser defendido, é o de que, a pequena produção familiar não desaparece com a modernização e nem impede o processo de desenvolvimento da agricultura, ao contrário, ela persiste e prevalece em diversas atividades do setor primário, adaptando-se às mudanças técnicas e econômicas, determinadas no processo de modernização do setor agrícola.

E assim, na última década, várias contribuições importantes foram capazes de ressaltar a permanência e a atualidade da pequena produção no contexto brasileiro¹⁰. Não pretendemos, por isso, realizar uma revisão da vasta literatura especializada no tema, o que se tornaria exaustivo e desnecessário, tendo em vista que os diversos analistas da questão já a realizaram de forma cuidadosa e bastantes minuciosa¹¹.

Nosso objetivo, nesta parte do trabalho, é apenas o de situar a nossa postura teórica com relação ao tema, relacionando-a aos objetivos mais amplos do estudo que nos propomos fazer.

(10) Entre as contribuições mais recentes sobre o tema há várias a destacar, tais como: Sorj, op. cit., Lacerda, op. cit.; Soares (1987), Musumeci (1988), Wilkinson (1986), Campos (1987), entre outras.

(11) Entre as diversas revisões críticas já realizadas sobre essa temática destacamos: Campos, op. cit., (capítulo I); Castro et alii., p.63.89; e, em especial, Wilkinson, op.cit., (capítulo II).

A nossa opção teórica, portanto, vai de encontro a qualquer tipo de posicionamento que desconsidere a diversidade de dinâmicas vivenciadas pela produção familiar quando submetida à estratégias capitalista de modernização.

Nesse sentido, um lugar especial na análise fica reservado a Wilkinson¹², que analisa a transformação do processo de trabalho da produção familiar, sob o impacto dos programas governamentais de modernização e de sua subordinação à agroindústria.

Tendo como ponto de partida a crítica à tese clássica de diferenciação social¹³, o autor retoma a questão das características internas da pequena produção, objetivando mostrar que com a modernização da agricultura cresce a importância do trabalho não-familiar, como parte constituinte do processo de trabalho da exploração familiar. Wilkinson ilustra sua argumentação com as análises sobre os PDRI's implantados no Nordeste brasileiro. Vejamos, portanto, em linhas gerais, a essência da crítica por ele formulada à equivocada concepção do pequeno produtor:

(12) op. cit.

(13) É com base em Lênin (1985), que surge a tese de diferenciação social, segundo a qual a universalização do modo de produção capitalista e de suas relações mercantis determina a diferenciação do campesinato, e a sua desintegração. Ou seja, o campesinato (entendido como unidade de produção baseada no trabalho familiar) se desdobra progressivamente em burguesia rural e proletariado rural, caminhando o "campesinato médio" para um desses dois extremos. Para uma crítica a essa posição ver, portanto, Wilkinson, op. cit. Capítulo II.

"... no contexto brasileiro, uma concepção errônea do pequeno produtor é comum, tanto ao nível do planejamento estatal, quanto ao nível acadêmico. Esta concepção está baseada na suposta auto-suficiência do trabalho familiar no processo de trabalho da pequena produção. No contexto das políticas do Estado, tal concepção está em consonância com a minimização das relações de classe capitalista no meio rural, e está de acordo com a caracterização de minifúndio como um setor produtivo, excluindo-o do papel de reservatório de força de trabalho.

No âmbito de debate acadêmico, porém diríamos que tal conceito deriva muito da falsa polarização existente no debate clássico Leninista x Populistas, que ainda tem que ser superado"¹⁴.

Assim, o que Wilkinson¹⁵ destaca é o fato de que, embora o debate acadêmico, no contexto brasileiro, indique, empiricamente, a presença do trabalho não-familiar no processo produtivo da pequena produção agrícola, tem se evitado, sistematicamente, considerar, a nível teórico, o seu papel. Conformando-se por isso, uma definição dogmática do produtor agrícola auto-suficiente. Com isso, a referência ao trabalho contratado quando ocorre, se faz apenas no sentido de considerá-lo como um fenômeno essencialmente de transição para a consolidação de uma agricultura capitalista.

Isto ocorre, em grande medida, devido ao fato de que, as expectativas criadas, em torno de um processo de

(14) Ibid., p.43

(15) Ibid., p.197

modernização de produtores familiares, estão ainda muito marcados pelas idéias de homogeneização do espaço rural e de generalização das relações capitalistas no campo. O que em muito tem contribuído por reduzir um complexo processo de transformação social a uma clássica abordagem em termos de diferenciação.

Vejamos, portanto, as implicações desse tipo de posicionamento teórico, quando contextualizado numa perspectiva mais ampla de integração de produtores familiares a um padrão agrário moderno de produção e de comercialização sob a égide do Estado.

Como já foi visto anteriormente através de Wilkinson, na concepção de programas oficiais de modernização, o conceito de produtor familiar baseia-se, fundamentalmente, na suposta auto-suficiência das unidades produtivas em termos de mão-de-obra. Passando por conseguinte, a ser um critério norteador da escolha dos beneficiários a serem instalados nos referidos programas¹⁶. E assim, propõe-se transformar produtores familiares em "pequenos empresários rurais", com vistas a se obter resultados de eficiência econômica, adequados ao padrão agrário moderno de produção no qual estejam inseridos.

Atrelada à mesma lógica de concepção dos referidos projetos, adota-se, portanto, a presença do trabalho

(16) Albuquerque (1974) p.93-101

contratado, como o indicativo maior, de que os produtores já tenham se capitalizado. E, conseqüentemente, começa a se exigir de produtores inseridos em uma mesma estrutura de modernização, além de uma condição social análoga, semelhantes respostas econômicas, capazes de justificar o volume de investimento realizado pelo Estado, nesses espaços¹⁷.

Se isso não ocorre, passa-se, portanto, a se ter uma visão simplificadora de outro pólo extremo. E, como vem ocorrendo nos últimos anos, começam a ser ressaltadas as limitações técnicas e econômicas da pequena produção¹⁸. E, em sua esteira, acaba-se por se decretar também, a inviabilidade dos próprios projetos de modernização.

Porém, esse é um tipo de posicionamento que, como bem destaca Martine, ao enfatizar "as inter-relações entre eficiência econômica, tamanho e modernidade", tem em muito, contribuído para o fortalecimento de um argumento próprio daqueles que são contrários à pequena produção: o de que viabilidade econômica depende da adoção de um comportamento

(17) De modo geral, as chamadas análises de viabilidade sócio-econômica dos Perímetros Públicos de Irrigação adotam uma visão economicista que enfatiza critérios de produção e produtividade. Desse modo, a eficiência dos Perímetros Irrigados passa a ser medida tomando-se como referência aspectos estritamente quantitativos, sem haver uma preocupação maior com as implicações sociais e políticas, de médio e longo prazo, das mudanças em curso, sob o grupo social envolvido.

(18) Ver Martine (1991), p.35

empresarial, escala de produção e disponibilidade de capital e que por isso, "não há mais lugar para os pequenos"¹⁹.

O caso específico dos projetos públicos de irrigação, pela diversidade de situações, que pode ser encontrada em suas áreas, torna-os um rico espaço de observação das alterações que ocorrem com a dinâmica da produção familiar, frente a estratégias capitalistas modernizadoras. Podendo, por isso mesmo, contribuir para desmistificar a assepcia que caracteriza alguns discursos a respeito da modernização agrícola.

Sendo os perímetros públicos espaços organizados pelo Estado, tem-se como pressuposto inicial que os instrumentos de política agrícola, necessários a um maior envolvimento dos produtores com a modernização, estejam disponíveis na prática e que assim, a atividade produtiva possa ser dirigida para a constituição de um determinado tipo de agricultor, coerente com a orientação capitalista do Estado. Vejamos então a esse respeito, o próprio discurso oficial:

"... tem-se suposto que os produtores, durante a operação desses projetos, disporão de crédito adequado, para as atividades de investimento ou custeio; contarão com novas e mais produtivas tecnologias no campo da irrigação, dando-se prioridade à pesquisa de campo da

(19) Ibid., p.18-19

agricultura irrigada; e terão acesso a modernos serviços de assistência técnica prestados pelo governo ou pela iniciativa privada". Supõe-se, ainda, que os preços pagos pelos produtos agrícolas, além de cobrirem os custos de produção, serão suficientes para a geração de excedentes destinados à amortização dos investimentos ou à realização de novas inversões produtivas"²⁰.

Além disso, como nesses projetos, a produção é planejada para desenvolver, basicamente, cultivos comerciais, supõe-se que novas demandas passarão a se impor, em particular, no que se refere à adoção de novas tecnologias e ao posicionamento dos produtores perante o mercado de insumos, de produtos e de trabalho.

Como consequência desses pressupostos, infere-se também, que os produtores adotarão atitudes e comportamentos distintos daqueles que os caracterizavam, enquanto um produtor familiar, dedicado à prática de uma agricultura de sequeiro, apresentando, quase sempre, fracas ligações com o mercado e baixos índices de tecnificação e de produtividade:

"...tem-se admitido que os colonos selecionados (e os pequenos irrigantes em geral) já são ou virão a ser verdadeiros empresários (...) dotados de espírito cooperativo e da competitividade necessárias à conquista de novos mercados"²¹.

(20) Relatório MARA/SENIR (1990), p.40

(21) Ibid., p.41

E, dentre as novas demandas há pouco mencionadas, o trabalho contratado é uma das que merecem atenção especial, pelas suas próprias implicações teóricas sobre o processo de transformações sociais, em áreas como os perímetros irrigados. Expliquemos, portanto, melhor essa questão.

A contratação de trabalhadores (permanentes ou temporários), surge no âmbito de um perímetro de irrigação pública não necessariamente como resultado de um clássico processo de diferenciação social, que indique a ocorrência de uma camada de produtores capitalizados em detrimento de outra que se proletariza. Esse é um dos aspectos do processo de trabalho, que no caso de colonos irrigantes, pode estar ocorrendo como uma decorrência da própria natureza da agricultura irrigada que, ao longo do seu desenvolvimento passa a impor aos produtores um acompanhamento mais cuidadoso e sistemático da produção. A esse respeito, vejamos algumas constatações empíricas de um recente trabalho sobre "Relações de Produção em um Projeto da CODEVASF"²².

"Dos 47 colonos entrevistados, 45 declararam possuir pelo menos um trabalhador permanente no lote. Quase 90% deles mantêm mais de 02 pessoas disponíveis para as atividades agrícolas. Os trabalhadores permanentes, empregados pelos colonos desempenham tarefas de maior responsabilidade que os demais. É necessário um mínimo de

(22) Almeida Jr. (1986)

treinamento, pois exigem cuidados especiais, a irrigação e a pulverização. É muito comum encontrar um desses trabalhadores comandando o processo de trabalho na ausência momentânea do colono"²³.

E ainda no mesmo estudo, acerca do uso do trabalho temporário:

"A grande massa trabalhadora efetivamente se compõe de assalariados em regime temporário de trabalho (...) Como se sabe, a atividade que requer um uso concentrado é a colheita. Para este tipo de atividade é que, fundamentalmente, se contrata o trabalho temporário. É comum também no transplante e replante, beneficiamento e, às vezes nos tratamentos culturais"²⁴.

Essas são algumas das evidências que demonstram que, além do trabalho contratado - quase sempre colocado como o indicativo maior de um processo de capitalização de pequenos produtores - há ainda, todo um conjunto de elementos a ser considerado na determinação das tendências a serem seguidas em áreas, como os perímetros de irrigação.

É, portanto, nesse contexto, que entendemos ser importante examinar o processo de modernização/transformação da produção familiar, sobre uma outra ótica, onde a ênfase seja dada às implicações sociais e políticas de médio e longo prazo das mudanças em curso sobre o grupo social envolvido.

(23) Ibid. p.87-88

(24) Ibid. p.92

Esse procedimento é, ao nosso ver, apenas o ponto de partida para a análise de um processo de transformações sociais mais amplo, cujo maturação não é tão rápida quanto tem sido desejada, nem a sua forma tão homogênea, como se pensava.

CAPITULO III

A AREA ESTUDADA E OS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

3. O QUADRO ATUAL

3.1. Características Físicas¹

O Perímetro Irrigado de São Gonçalo (PISG) localizado no município de Sousa, Estado da Paraíba, tem uma área total 4.100ha, e uma superfície irrigada de 2.364ha.

O Projeto está ligado às sedes de alguns municípios pela BR-230, com as seguintes distâncias: Sousa, 15Km, Cajazeiras, 30Km, Fatos, 131Km, Campina Grande, 320Km e João Pessoa, 440Km.

O clima da região, de acordo com a classificação de Köppen, é um clima seco de estepes, semi-árido quente. A temperatura média anual é de 27°C, com uma máxima de 38°C e uma mínima de 12°C. A precipitação média anual está em torno de 894mm e os períodos de chuva correspondem aos meses de janeiro a maio.

(1) As informações desta seção foram extraídas do "Projeto de Desenvolvimento Econômico e Social", elaborado por técnicos do DNOCS/EMATER e da Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de São Gonçalo (CAMISG), 1992, p.07-09.

A vegetação é do tipo caatinga, hiperxerófila, arbórea arbustiva, sendo mais densa nas áreas mais próximas dos rios e riachos. Quanto ao suprimento hídrico, é assegurado pelos açudes Eng. Avidos (com capacidade de 250.000.000m³ de volume máximo) e pelo açude São Gonçalo (com capacidade para 44.600.000m³ de volume máximo). O açude Eng. Avidos tem uma descarga máxima de 2.400ç/s e alimenta diretamente o açude São Gonçalo.

3.2. Características Sócio-Econômicas²

Os pequenos produtores instalados na área do Perímetro estão assentados em lotes individuais, com área média de 4,28ha. A população total do Perímetro corresponde a 4.119 pessoas, numa média de 09 pessoas por família.

O Perímetro está dividido em três núcleos habitacionais, os quais foram sendo construídos nas diversas fases de implantação do projeto, que teve início a partir do ano de 1973.

Os núcleos habitacionais contam com os seguintes estabelecimentos de ensino: duas Escolas Estaduais de 1^ª Grau Completo, 03 Escolas da 1^ª Fase do 1^º Grau e 01 Escola Agrotécnica Federal existindo um convênio entre a Cooperativa dos Irrigantes (CAMISG) e a Prefeitura de Sousa, que coloca à disposição dos irrigantes um ônibus escolar

(2) Idib., p.11-20.

para o transporte dos estudantes, filhos dos associados, para a sede do município onde existem escolas de todos os níveis: 1º, 2º e 3º graus.

O perímetro dispõe também de postos médicos odontológicos, com plantões semanais, mediante convênio mantidos pela Prefeitura Municipal de Sousa.

Quanto às principais atividades econômicas, destacam-se a exploração agrícola comercial das culturas de arroz, banana, feijão, côco, tomate e melancia, além da exploração pecuária de corte (criação de gado bovino em regime de criação extensiva e semi-extensiva).

Dos 426 colonos, oficialmente instalados, 402 estão associados à Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de São Gonçalo Ltda (CAMISG), que os representa junto à Gerência do Perímetro (DNOCS) e a Instituições Financeiras diversas.

A Cooperativa foi fundada a 13 de outubro de 1973, com 63 sócios fundadores. A 07 de outubro de 1979 passou à denominação atual, com a participação de 164 associados.

A CAMISG dispõe de máquinas agrícolas, tratores, equipamentos para a irrigação, usina de beneficiamento de arroz obtidos, em sua maior parte, a partir de financiamentos concedidos pelo BNB (Banco do Nordeste do Brasil), a partir do ano de 1991.

Existe um quadro técnico à disposição da CAMISG constituído por: 01 engenheiro agrônomo, 07 técnicos

agrícolas e 01 veterinário, além de 02 assistentes sociais vinculadas ao DNOCS.

A comercialização da produção dos sócios da cooperativa é feita diretamente no mercado local (via posto de revenda da CAMISSG), a indústrias locais, regionais e interestaduais, CEASA's de outros centros consumidores da região Nordeste, a saber: Sousa, Cajazeiras, Campina Grande e João Pessoa, na Paraíba; Caruaru, Arcoverde, Bezerros, Belo Jardim e Recife, em Pernambuco; Arapiraca, em Alagoas; Pau dos Ferros, Caicó e Natal, no Rio Grande do Norte. Os produtos são conduzidos em frota da própria cooperativa.

Após a colheita, a produção, ou é diretamente comercializada aos consumidores da região, ou através dos CEASA's, no caso de se destinar a outros centros de comercialização.

Além da produção comercial, os colonos destinam 20% dos seus lotes para o plantio de produtos de "subsistência" (milho, feijão e arroz) e criam em média 02 vacas para a produção de leite destinado ao consumo familiar.

3.3. A Area de Pesquisa e a sua Ocupação no Passado³

Embora o Perímetro de São Gonçalo só tenha sido criado na década de 70, a prática da agricultura irrigada na

(3) A reduzida bibliografia disponível sobre o FISSG fez com que tomássemos como referência histórica apenas documentos oficiais sobre a Política de Irrigação e em

área, que hoje lhe é correspondente, antecede aos anos 40, quando - ainda no quadro geral da solução hidráulica⁴ - foi criado o Posto Agrícola de São Gonçalo⁵, na tentativa de criação de uma base técnica mais ampla para a agricultura, mediante a execução de serviços de pesquisa e experimentação agrônômica, com lavouras de sequeiro e irrigadas⁶.

Dentre os trabalhos realizados pelo Posto Agrícola de São Gonçalo destacam-se aqueles levados a efeito no campo de melhoramentos genético de rebanhos bovinos, recuperação de solos afetados pela salinização, adubação, pesquisas com plantas xerófilas e a exploração da bacia de irrigação do açude público de São Gonçalo, incluindo-se também, a faixa seca de propriedade do DNOCS⁷.

Com a criação do Posto Agrícola foi introduzida uma série de melhorias na infraestrutura da área, como a implantação de redes de eletrificação e a construção de melhores estradas de acesso à área do Perímetro.

As terras circunvizinhas ao açude de São Gonçalo eram, em parte, pertencentes ao DNOCS, sendo arrendadas a produtores familiares que ali praticavam as chamadas

Cont. nota (3)

especial, depoimentos obtidos junto a funcionários/técnicos do DNOCS, que trabalham no Projeto, desde os primeiros anos de sua instalação.

(4) Para maiores referências sobre a solução hidráulica, voltar ao Capítulo I, deste trabalho.

(5) DNOCS (1985), p.26.

(6) Ibid., p.27.

(7) Ibid., p.61.

"culturas de vazantes", propiciadas pelas flutuações sazonais do nível daquele reservatório.

A outra parte das terras era composta por propriedades particulares, exploradas por arrendatários, ou ocupadas por pastagens, sendo por isso, consideradas sub-utilizadas, pois tratavam-se de terras de boa qualidade, passíveis de irrigação e, ocupadas, predominantemente, por fazendas de criação de gado.

Quanto à área cultivada, mantinha-se uma tradição de desenvolver cultivos permanentes, entre os quais destacavam-se banana, goiaba e côco, por serem culturas de fácil comercialização e, que já tinham mercado assegurado (fábricas de Pernambuco). As culturas temporárias (feijão, milho e mandioca), também eram produzidas na área e se destinavam, principalmente, à manutenção das famílias ali residentes.

Com base no trabalho de Costa⁸, podemos sintetizar alguns aspectos, que caracterizam a área de pesquisa anteriormente à instalação do Perímetro:

- 1) A mecanização agrícola era quase ausente, o uso de insumos industriais (fertilizantes/defensivos) também era inexpressivo;
- 2) O trabalho agrícola se fazia basicamente através da utilização de mão-de-obra familiar, abrangendo homens, mulheres e crianças (acima dos dez anos de idade). Esta era uma situação comum entre os pequenos

(8) Costa, op. cit., p.29-31.

estabelecimentos, uma vez que a insuficiência de recursos e a ausência de financiamentos não permitiam a contratação de trabalhadores;

- 3) Os grandes proprietários, por sua vez, empregavam mão-de-obra temporária, embora de forma reduzida, tendo em vista que parcela importante dessas terras não eram aproveitada para a agricultura e sim, para a criação de gado;
- 4) Em relação aos custos de produção, os pequenos estabelecimentos apresentavam, via de regra, saldos negativos, pois o valor da produção quando comparado aos custos revelavam que os rendimentos resultantes da produção agrícola só davam para garantir a reprodução familiar;
- 5) O sistema de drenagem do solo era deficiente, resultando em salinização de uma parte da área e inundação de outra, acarretando, conseqüentemente, diminuição da área cultivada, no período referente aos anos de 1963-69.

Diante desse quadro, a criação do Perímetro Irrigado numa área como a acima caracterizada, deveria representar, de acordo com o discurso oficial, a introdução de práticas agrícolas mais eficientes, através dos colonos irrigantes, considerados como verdadeiros "agentes modernizadores".

E foi norteando-se por essa linha de raciocínio, que o Perímetro de São Gonçalo foi criado, a exemplo de outros perímetros, sob a responsabilidade do DNOCS.

A implantação do PISG se deu nos mesmos moldes de assentamento oficial, com desapropriação da área, desestruturação do sistema tradicional de produção e remoção da população local para a instalação dos lotes irrigados. Como parte da área que hoje corresponde ao perímetro, já era propriedade do DNOCS, tivemos indicações de que não houve ação organizada por parte dos produtores residentes no local à implantação do projeto pois estes teriam sido preferencialmente os seus beneficiários, inclusive, por já terem adquirido alguma experiência com os cultivos irrigados, através da prática da agricultura de vazante.

Os grandes proprietários, por sua vez, embora insatisfeitos com a implantação do Projeto, não chegaram a criar resistência, tendo em vista que receberam indenizações compatíveis ao valor das terras desapropriadas.

Após a desapropriação da área, teve início a etapa da execução do Projeto, compreendendo construção de obras referentes à infra-estrutura geral (rede de irrigação e drenagem), sistematização de terrenos, até à infra-estrutura social do Projeto (casa de colonos, urbanização, água, eletrificação e obras de assistência social). Além do acompanhamento dessas obras, coube ao DNOCS, a seleção, treinamento e assentamento dos colonos, a operação e administração direta da estrutura hidráulica, o planejamento agrícola, além da supervisão das tarefas da cooperativa dos irrigantes, que deveria funcionar, nesse período, apenas

como um subsetor do DNOCS.

Quanto à sistemática utilizada para a seleção dos irrigantes, o DNOCS baseou-se numa legislação específica sobre o assunto, que fixa normas para a aquisição de lotes nos projetos de irrigação. Exigindo-se, portanto, que os candidatos apresentassem os seguintes requisitos:⁹

- "a) ter a agropecuária como atividade exclusiva;
- b) ter idoneidade comprovada;
- c) ser chefe de família;
- d) ter idade entre 19 e 60 anos;
- e) ter condições físicas e mentais que o tornem apto ao trabalho".

A ênfase inicial, portanto, corresponde a critérios gerais, e, só numa etapa posterior, é que determina-se prioridades de caráter social, incluindo-se:¹⁰

- "a) os proprietários atingidos pela desapropriação;
- b) os chefes de família mais numerosas;
- c) os alfabetizados."

Somar-se-iam também ao projeto, outros produtores oriundos da área de sequeiro e, mesmo em alguns casos, de outros estados da região Nordeste.

No que se refere ao processo de aquisição e de distribuição dos lotes, este também obedeceu à Lei, que

(9) Portaria MINTER, 02.01.76 apud BNB/ETENE. (1985:25-26).

(10) Ibid., p.26.

dispõe sobre a Política de Irrigação¹¹, estando vinculado à responsabilidade de amortização anual desta parte do investimento público. Deste modo, de acordo com as normas de colonização existentes¹², no ato do assentamento os colonos recebem uma autorização de ocupação (válida por cinco anos), considerada como um "Contrato Experimental", que estabelece as relações preliminares entre os colonos e o órgão executor (DNOCS). Terminada essa fase, assina-se o Contrato Particular de Promessa de Compra e Venda, programado para valer durante vinte e cinco anos (prazo máximo para pagamento do lote). Porém, a outorga da escritura definitiva da propriedade está prevista como "último documento", expedido aos colonos/irrigantes. Momento em que lhes deve ser reconhecido a "posse definitiva e real da área ocupada".¹³

Porém, qualquer contrato pode vir a ser rescindido se "no período probatório não se confirmar a capacidade para explorar o lote" e se, no uso da terra, houver qualquer modificação do "objetivo de concessão"¹⁴. Além disso, não é permitido ao colono "ceder, transferir, emprestar, arrendar, permutar, hipotecar ou alienar" o lote sem anuência do órgão

(11) Lei no. 6.662 de 25/06/79, também conhecida como Lei de Irrigação.

(12) Cf. DNOCS. Normas de Colonização. Manual de ocupação espacial. Brasília, 1979, Apud Costa (1984), p.31-34.

(13) Ibid., p.31.

(14) Ibid., p.33.

executor (DNOCS), nem atrasar as amortizações em mais de seis meses, nem deixar de cultivar o lote por mais de três meses¹⁵. Por isso, pode vir a ser excluído do Projeto, aquele que não cumprir as obrigações que lhe forem atribuídas, ou não observar as diretrizes definidas no Projeto.

3.4. Metodologia

3.4.1. Procedimentos da Pesquisa

O trabalho de pesquisa de campo se desenvolveu junto aos produtores instalados no Perímetro Irrigado de São Gonçalo (PISG), localizado no município de Sousa, Estado da Paraíba.

A população analisada está distribuída entre três núcleos habitacionais (ou agrovilas), os quais foram denominados, de acordo com a ordem numérica em que a sua infra-estrutura ia sendo concluída, a ponto de permitir o assentamento das primeiras famílias selecionadas. Desse modo, os núcleos residenciais passaram a ser chamados apenas por núcleos um, dois e três, os quais, na atualidade, apresentam respectivamente 101, 169 e 156 famílias instaladas.

(15) Ibid., p.34.

Verificamos que os colonos foram sendo alocados de maneira tal, entre os diversos núcleos, que poder-se-iam ter se criado determinadas condições diferenciadoras na chegada das primeiras famílias ao Perímetro, tais como: assistência técnica mais sistemática e, possivelmente, a obtenção dos melhores lotes agrícolas.

Por considerarmos a possibilidade de ocorrência de melhores condições de atendimento aos primeiros colonos instalados, o que permitiria uma maior eficiência na orientação da atividade produtiva, tivemos, portanto, o cuidado de efetuar a pesquisa de campo, tomando-se cada núcleo separadamente.

3.4.2. As Etapas da Pesquisa e os Instrumentos Utilizados

O trabalho de campo, que constitui a base do presente estudo, foi realizado em diferentes momentos: fevereiro de 1988, abril de 1989, abril/setembro de 1992 e, por fim, janeiro de 1993.

No ano de 1988, além de estabelecermos os primeiros contatos com a administração do Perímetro e da Cooperativa dos Irrigantes, tivemos oportunidade de realizar algumas entrevistas com os colonos/irrigantes, de acordo com um roteiro já previamente estabelecido.

Parte importante do material de campo foi também coletada no ano de 1989, porém, nesse período, nossos

contatos se restringiram ao pessoal técnico-administrativo, através da realização de entrevistas com funcionários do DNOCS (assistentes sociais, gerentes do Perímetro, técnicos agrícolas).

Esses contatos iniciais permitiram a preparação do trabalho de campo correspondente à primeira fase da pesquisa, período em que elaborávamos o nosso projeto de dissertação.

Por razões diversas, tivemos de interromper a pesquisa de campo, no período compreendido entre os anos de 1990/91, de modo que a nossa ausência prolongada da área de pesquisa fez com que surgissem novos questionamentos, em função da própria dinâmica vivida no perímetro, os quais nos levaram inclusive, a modificar a proposta inicial do trabalho.

Assim sendo, a segunda etapa do processo de pesquisa só veio a ocorrer em abril/92, quando voltamos ao Perímetro, com o intuito de fortalecer os vínculos institucionais, já mantidos anteriormente, com o pessoal de apoio administrativo (funcionários do DNOCS e da Cooperativa) e, ao mesmo tempo, estabelecer novos contatos com os colonos irrigantes, tendo em vista a elaboração dos questionários.¹⁶

(16) Adaptamos aos objetivos da nossa pesquisa o questionário elaborado pela equipe coordenada por Hughes Lamarche (Groupe de Recherches Sociologiques,

Em setembro/92, testamos os questionários que seriam utilizados em etapa posterior da pesquisa. Afora alguns ajustamentos posteriores que se fizeram necessários, os mesmos já contavam com alguns itens básicos, que foram mantidos e entre os quais destacamos:

- condições atuais de vida e de trabalho do irrigante e as anteriores à sua vinda para o Projeto;
- relação do irrigante com a orientação técnica, com a cooperativa e com o DNOCS; e
- por fim, perspectivas de vida e nível de satisfação dos produtores em relação ao Projeto.

Os questionários foram aplicados entre os meses de janeiro e fevereiro/93, sobre uma amostra de 83 colonos irrigante, correspondendo a 19.48% de um total de 426 produtores que compõem o universo da pesquisa.

Para a delimitação da amostra, tivemos a princípio, o cuidado de que a participação dos produtores fosse relativamente proporcional ao número de colonos residentes por núcleo residencial. E assim, seguindo o mesmo critério, aplicamos questionários sobre aproximadamente 20% dos colonos residentes em cada um dos núcleos

Cont. nota (16)

Paris X - Nanterre) para a "Pesquisa de Comparação Internacional sobre a Exploração Familiar", aplicado no Brasil por Anita Brumer (UFRGS), Ghislaine Duque (UFPB) e Maria de Nazareth B. Wanderley (UNICAMP).

habitacionais, considerados separadamente (24 colonos do núcleo I, 30 do núcleo II e 29 do núcleo III), utilizando-se como sistema de referência cadastros do DNOCS, que nos forneceram as unidades produtivas, em sua distribuição por núcleo residencial.

Utilizamos uma amostra proporcional estratificada, uma vez que esta é mais representativa do que a amostra aleatória simples ou sistemática. O tipo de amostragem utilizado, é importante quando existem diferenças significativas entre os grupos analisados, por isso, com a sua utilização, procuramos assegurar que obteremos as mesmas proporções na amostra, que as encontradas na população.

Porém, no decorrer da análise dos resultados obtidos (e já mesmo na fase de aplicação dos questionários), verificamos que as diferenças entre os núcleos, se existiram no passado, não adquirem relevância no presente. E por isso, na apresentação dos resultados (a ser feita no Capítulo IV), deixamos de lado nossa preocupação inicial, passando a considerar o Perímetro em seu conjunto, e não mais por núcleo habitacional, tendo em vista a manutenção de tal procedimento não adquiriria significado para a investigação pretendida.

Além da aplicação dos questionários, ainda nesta etapa da pesquisa de campo, voltamos a entrevistar membros da diretoria da Cooperativa dos Irrigantes (gerente, presidente, vice-presidente) e da administração do

Perímetro.

As entrevistas e a aplicação dos questionários foram realizadas em situações diversas: algumas na cooperativa, outras no escritório do DNOCS e, mais frequentemente, nas casas dos próprios colonos.

Além dos questionários e entrevistas realizadas, consultamos o material bibliográfico diverso, que nos permitiu complementar as informações necessárias para alcançar o conjunto das questões apresentadas.

O material consultado, inclui documentos sobre a Política Estatal de Irrigação, relatórios de acompanhamento e execução das atividades do Projeto, informes de órgãos ministeriais, discursos de técnicos do DNOCS, que somados à bibliografia disponível sobre os Perímetros de Irrigação, nos forneceram importantes subsídios sobre a temática em questão.

Além destes relatórios, utilizados como dados secundários, foi fundamental também, a consulta na Cooperativa (da documentação sobre a posição financeira dos produtores (fichas cadastrais) e de dados quantitativos fornecidos pela coletoria de renda do município de Sousa e pela EMATER local, que juntamente com os questionários e as entrevistas realizadas formaram um conjunto satisfatório de informações para responder às expectativas do trabalho.

CAPITULO IV

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO MODERNIZADA

4.1 - O Desejo de uma Vida Melhor

Os colonos irrigantes que hoje vivem em São Gonçalo, são todos de origem rural, netos e filhos de pequenos produtores rurais - moradores, parceiros, arrendatários, ou em alguns poucos casos, pequenos proprietários. (Conforme Tabela I).

Além disso, parcela significativa desses produtores é constituída por agricultores sem vínculo anterior de propriedade com a terra¹. Não sendo proprietários, grande parte dos entrevistados, antes de sua instalação no Perímetro, não trabalhava com renda própria, nem tinha acesso ao crédito bancário, tendo em vista que os órgãos competentes exigem a propriedade da terra como garantia de crédito. (Ver Tabela III, na pág. 73).

Por isso mesmo, a necessidade de recursos para o custeio da produção, estabelecia a subordinação desses

(1) Apenas 9,6% dos entrevistados eram pequenos proprietários, que possuíam, no entanto, parcelas bastante reduzidas de terras, cujo vínculo de propriedade por ser resultado de herança, levou-os, quando de sua ida para o perímetro, à deixá-las com outros parentes, também herdeiros das mesmas terras. (Conforme Tabela II).

TABELA I - Origem do agricultor

A.

É filho de agricultor?	V.A.	V.R.
Sim	79	95,2
Não	04	4,8
TOTAL	83	100

B.

Sempre trabalhou na agricultura?	V.A.	V.R.
Sim	83	100
Não	---	---
TOTAL	83	100

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

TABELA II - Condição do produtor (antes da ida p/o PISG)

Descrição	V.A.	V.R.
Arrendatário	---	---
Parceiro	75	90,4
Proprietário	08	9,6
TOTAL	83	100

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

produtores, aos proprietários das terras em que trabalhavam e/ou aos grandes proprietários de terras da região em que habitavam. O que é um indicativo importante da ausência de envolvimento anterior, por parte da população analisada, com mecanismos dirigidos para a capitalização do campo.

Tais características sendo comuns aos colonos irrigantes revelam por isso, semelhanças das experiências anteriores, vividas por esses produtores, não só quanto aos tipos de cultivos desenvolvidos, como nas técnicas de produção utilizadas: os produtos eram basicamente de subsistência e as técnicas utilizadas para o cultivo desses produtos, apresentavam um incipiente grau de mecanização.

Por serem originários de uma cultura forjada no contexto de uma agricultura de sequeiro, praticada, de modo geral, em áreas inóspitas da região semi-árida do Nordeste e, na maioria dos casos, caracterizada por baixos índices de tecnificação e de produtividade - a decisão de ir para um Perímetro de Irrigação acaba sendo, portanto, mais um elemento comum das trajetórias individuais desses produtores, por indicar a existência de semelhanças nas expectativas criadas em torno de um processo de modernização, dirigido pelo Estado.

A referência aos desejos de "tornar-se proprietário"/ "deixar de ser empregado" (71%) ou "poder mudar de vida", (24,1%) sendo os fatores mais citados, entre os motivos que levaram os produtores à decisão de ingressar

TABELA III - Utilização do crédito oficial (antes da ida p/o projeto)

Já usava crédito oficial anteriormente?	V.A.	V.R.
Sim	—	—
Não	83	100
TOTAL	83	100

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

TABELA IV - Principais motivações da ida para o Perímetro

Principais motivações	V.A.	V.R.
Para tornar-se proprietário/deixar de ser empregado	59	71,0
Mudar de vida	20	24,1
Ter mais liberdade	4	4,8

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

no Perímetro, apontam também na direção de semelhanças, do ponto de vista, das condições de existência em que viviam, antes de sua integração ao Perímetro. Se antes, na área de sequeiro, "a vida de privação", aparece como uma referência ligada à lembrança do passado, de grande parte dos produtores analisados, a ida para o perímetro surge, portanto, como referência para a afirmação de uma vida melhor. (Consulte-se Tabela IV, na pág. 75).

É nesse contexto, que a primeira mudança importante, vivenciada por parcela significativa desses produtores, está ligada à obtenção de um lote de terra² (88,8%, ver Tabela V), que além de lhes assegurar a sobrevivência, passa a ser para alguns, sinônimo de liberdade (52,5%), em contraste com a subordinação a que eram submetidos, enquanto trabalhadores rurais, seja na condição de morador/parceiro ou arrendatário.

Além disso, quando de sua chegada ao Perímetro, os colonos passaram a dispor de uma casa, que embora em suas dimensões não atendessem ao tamanho médio das famílias instaladas (média de 07 filhos por família), lhes proporcionaram algumas vantagens importantes, tais como:

(2) Os colonos de São Gonçalo ainda não possuem a escritura definitiva dos lotes, por não haverem concluído a amortização dos mesmos. Não obstante esse fato, não constatamos entre os entrevistados, maiores preocupações a respeito do reconhecimento legal do seu direito à propriedade da terra. De acordo com

TABELA V - Nível de satisfação em relação ao projeto

A.			B.		
Está satisfeito em relação ao projeto?	V.A.	V.R.	Por quê?	V.A.	V.R.
Sim	80	96,4	Sente-se dono da terra	71	88,8
Não	03	3,6	Sente-se livre	35	52,5
TOTAL	83	100	Sente-se seguro	20	25,0

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

TABELA VI - Nível de escolaridade dos filhos dos colonos/irrigantes

Escolaridade	V.A.	V.R.
Ainda não frequenta a escola	16	2,7
Nunca frequentou a escola	08	1,3
Alfabetizado	12	2,0
1a. a 4a. série	256	42,9
5a. a 8a. série	211	35,3
2o. grau incompleto	25	4,2
2o. grau completo	45	7,5
Superior incompleto	17	2,8
Superior completo	07	1,2
TOTAL	597	100

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

água encanada, energia elétrica, pintura (externa e interna) e piso cimentado³.

A questão da escolaridade dos filhos é também mais um indicativo importante das mudanças ocorridas na vida desses produtores. Constatamos que 42,9% dos filhos dos colonos entrevistados cursam (ou já concluíram) a 1ª fase do 1º grau, 35,3% estão na 2ª fase do 1º grau e 11,7% já chegaram ao 2º grau (7,5% já o concluíram e 4,2% ainda estão cursando, conforme Tabela VI, na pág. 77).

Considerando que a média de idade dos filhos (V. Tabela VII) é predominante, na faixa de 21 a 30 anos (41,4%), seguidos pela faixa de 11 a 20 anos (34,7%), tem-se que a maioria dos filhos dos colonos entrevistados ou, chegaram em São Gonçalo, ainda crianças (na época de iniciar a vida escolar), ou vieram a nascer posteriormente à vinda dos pais para o Perímetro. O que significa dizer que, a escolarização dos filhos passou a ser viabilizada através do Projeto. Esse é um dado significativo quando comparado ao nível de escolaridade dos pais, que em sua maioria, são

Cont. nota (2)

informações obtidas junto ao DNOCS, dos 426 colonos oficialmente instalados 28,2% têm o contrato de compra e venda, 39,0% assinaram o de concessão de uso e 32,8% estão na fase experimental. Para maiores informações sobre o processo de aquisição e de distribuição dos lotes, reportar-se ao capítulo III.

- (3) O Perímetro de São Gonçalo, a exemplo de outros projetos públicos, está organizado sob o sistema de agrovilas. Desse modo, cada colono selecionado ao ser instalado no

TABELA VII - Faixa etária dos filhos

Idades	V.A.	V.R.
0 a 10 anos	54	9,0
11 a 20 anos	207	34,7
21 a 30 anos	247	41,4
31 a 40 anos	89	14,9
TOTAL	597	100

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

TABELA VIII - Escolaridade dos colonos

Grau de Instrução	V.A.	V.R.
Analfabetos/assinam o nome	50	69,9
1o. grau incompleto	23	27,7
1o. grau completo	02	2,4
TOTAL	83	100

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

analfabetos, assinando somente o nome (69,9%), (conforme Tabela VIII, na pág. 79).

As transformações por que passam esses produtores, podem ser percebidas também a nível do consumo familiar. A cesta básica de alimentos sofreu alterações importantes, já que a composição alimentar anteriormente, se dava basicamente através de cereais e grãos (arroz, feijão, milho e farinha), além desses alimentos básicos, aparece, atualmente, a ocorrência regular de carne, laticínios, frutas e verduras (Ver Tabela IX).

Além disso, há grande diversificação no uso de eletrodomésticos, sendo os mais significativos entre os colonos: (Ver Tabela X) o rádio (92,8%), a geladeira (88,1%), o fogão (100%), a televisão (89,1%), além do uso do telefone (36,1%), e de automóveis próprios (25,3%). Estas alterações são significativas ao considerarmos que, anteriormente à vinda para o Perímetro, nem mesmo a eletricidade era acessível ao conjunto desses produtores e que, em muitos casos, o nível de monetarização de sua economia inviabilizava a aquisição destes tipos de produtos.

O que está ocorrendo, portanto, é uma crescente urbanização do consumo familiar - não só pela interiorização

Cont. nota (3)

projeto passa a dispor de uma casa com as seguintes dimensões: salas (02), quartos (02 a 03), banheiro, cozinha, dispensa e terraço. A exemplo dos lotes agrícolas, os colonos mantêm com o DNQCS contratos experimentais, e, portanto, não pagam aluguéis.

TABELA IX

CONSUMO MÉDIO ANUAL DE PRODUTOS BÁSICOS POR FAMÍLIA⁽¹⁾

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE ATUAL
. Milho	Kg	240
. Feijão	Kg	360
. Mandioca (farinha)	Kg	60
. Mandioca (goma)	Kg	60
. Hortaliças	Kg	600
. Arroz	Kg	720
. Frutas (banana, laranja, mamão)	Kg	960
. Ovos	Dz	48
. Aves (galinha, galeto)	Kg	120
. Peixe	Kg	60
. Carne (bovinos)	Kg	240
. Carne (caprinos)	Kg	100
. Carne (ovinos)	Kg	120
. Leite "in natura"	L	600

FONTE: CAMISG. agosto/92.

(1) Média de 5 pessoas por família.

TABELA X - Padrão de Consumo de bens duráveis

Conforto da casa	V.A.	V.R.
Geladeira	73	88,1
Televisão	74	89,1
Telefone	30	36,1
Rádio	77	92,8
Automóvel	21	25,3
Fogão a gás	83	100,0

TABELA XI - Renda Familiar (Em termos de salários mínimos)*

Renda Familiar	V.A.	V.R.
Menos de 01	---	---
De 01 a 02	33	39,8
De 03 a 04	13	15,7
De 04 a 05	06	7,2
De 05 a 06	---	---
+ de 06	07	8,4
Não soube especificar	23	27,7
Não quis declarar	01	1,2
TOTAL	83	100

FONTE: Pesquisa de campo, jan/93.

* Salário mínimo em valor corrente de jan/93: Cr\$. 1.250,70

do uso de objetos produzidos no setor de bens de consumo, mas também pela criação de novos hábitos de consumo viabilizados pela produção industrial, associada à existência de crédito ao consumidor. Aliás, é importante mencionar, que para os colonos de São Gonçalo é assegurado o crédito no comércio local, especialmente para os sócios da Cooperativa, pois qualquer inadimplência no mercado local, poderá obstaculizar a liberação do crédito oficial, comprometendo, dessa forma, a obtenção dos recursos para o financiamento da produção.

Por outro lado, os resultados da pesquisa de campo indicaram um baixo nível de renda monetária familiar (conforme os dados da tabela XI). Porém, as informações prestadas pelos produtores acerca dessa questão, se mostraram inconsistentes quando comparados aos gastos do consumo corrente. Se tomarmos, por exemplo, o item alimentação, o de maior participação relativa nos gastos totais, (Ver Tabela XII) e o compararmos às demais despesas correntes, obteremos, a partir desse confronto, um resultado em termos de despesas que em muito ultrapassa a renda familiar (aproximada) que nos foi declarada. Isto sem falar que, 41% dos entrevistados afirmaram que após deduzidas as demais despesas mensais, ainda há uma "sobra". Embora no caso estudado, essas "sobras" não sejam valores significativos a ponto de permitirem a formação de

TABELA XII - Gastos mensais (Em termos de salários mínimos)**

A.

Alimentação	V.A.	V.R.
Menos de 01	07	65,1
Mais de 01	54	13,2
Mais de 02	11	13,2
Não soube especificar	11	13,2
TOTAL	83	100

* Em valor corrente em Jan/93.

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

B.

Demais Despesas**	V.A.	V.R.
Menos de 01	12	14,5
Mais de 01	28	33,7
Mais de 02	27	32,5
Não soube especificar	16	19,3
TOTAL		

** Incluindo vestuário, educação, saúde, lazer, transporte, água, luz e telefone.

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

TABELA XIII - Principais Alterações (Provocadas a partir da ida para o Perímetro)

A.

Acha que a sua vida mudou depois que veio p/o PISG?	V.A.	V.R.
Sim	71	85,5
Não	12	14,5
TOTAL	83	100

B.

Em caso afirmativo: Por quê?	V.A.	V.R.
Acesso à terra	61	85,5
Obtenção de uma casa	33	46,5
Melhoria da condição financeira	47	66,2
Acesso ao crédito oficial	41	57,8
Possibilidade de produzir durante o ano todo	33	46,5

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

uma reserva, possibilita-lhes uma monetarização importante para a aquisição dos produtos de consumo, dos quais não se é produtor.

Quando indagados sobre essa assincronia de resultados entre renda/consumo, os entrevistados a justificaram alegando não ter condições de fazer um cálculo econômico mais preciso, por não terem "muita idéia" acerca dos ganhos adquiridos e dos gastos efetuados ao longo do mês, tendo em vista que vários dos itens de consumo que consideramos na pesquisa (habitação, saúde, educação, transporte, lazer), são despesas praticamente inexistentes, no caso desses produtores⁴. Porém, ao nosso ver, tal justificativa mais do que uma dificuldade matemática, demonstra ser o tema "renda familiar", também, entre os entrevistados, uma questão delicada e de difícil tratamento.

Como já foi dito anteriormente, uma outra característica pretérita de grande parte desses produtores, era a prática de uma agricultura típica de subsistência, que implica numa articulação unilateral com o mercado a nível do consumo. Este tipo de articulação, se por um lado, resguarda o produtor da subordinação aos elementos de mercado que incidem diretamente na produção comercial, não significa, por outro lado, uma autonomia

(4) Com exceção do item "alimentação" os demais gastos são pouco relevantes, em consequência dos seguintes motivos: Habitação pelo o fato dos colonos não terem de pagar aluguéis; Despesas com vestuário, segundo os

maior do que a que passam a ter, a partir de sua especialização em cultivos comerciais.

Por sua vez, a especialização na produção irrigada, determina uma articulação bilateral com o mercado (consumo-venda), o que, evidentemente, numa economia inflacionária pressupõe uma maior vulnerabilidade, isto porém, entre os colonos de São Gonçalo, não significa nível insatisfatório de sobrevivência. Como demonstra os dados da pesquisa, na qual 85,5% dos entrevistados, afirmaram que a vinda para o Perímetro implicou em mudanças qualitativamente positivas em suas condições de sobrevivência e de reprodução. Dentre as principais alterações mencionadas, destacam-se: melhoria de condição financeira (66,2%), acesso a financiamentos (oriundos do sistema bancário, 57,8%) e acesso à terra, mediante a aquisição de um lote agrícola, (85,5%, consulte-se Tabela XIII, na pág. 84).

Cabe destacar, no entanto, que esse nível quase generalizado de satisfação atual, não é característico dos primeiros anos de instalação dos produtores no Projeto, devido ao limitado controle que os mesmos afirmaram ter, sobre o processo produtivo. Existem muitas queixas por parte dos colonos, sobre o caráter autoritário que

Cont. nota (4)

entrevistados ocorrem apenas nas "épocas de festas" (juninas e de final de ano); Os serviços de saúde e educação são proporcionados pelo poder público, mediante a existência de convênios entre a Prefeitura do Município de Sousa, DNOCS e Cooperativa dos Irrigantes.

caracterizou a ação do DNOCS no início do projeto⁵. A exemplo do que ocorreu nos demais Projetos de Irrigação Pública, sob a responsabilidade do DNOCS, a própria definição do sistema de produção (quanto ao que plantar), era uma imposição do órgão executor no sentido de que, mesmo em terrenos desfavoráveis a determinados tipos de produtos, os cultivos, já previamente definidos pelo sistema de produção, deveriam, necessariamente, ser introduzidos nos lotes agrícolas.

Esse tipo de comportamento impositivo adotado pelo DNOCS, ao desconsiderar quase que por completo, as experiências anteriores acumuladas e trazidas pelos produtores, acabou por provocar prejuízos consideráveis e frustrações das expectativas criadas por parte de vários colonos, sendo inclusive, apontado como o principal motivo de desistência de alguns irrigantes que abandonaram (ou repassaram) os seus lotes agrícolas e residenciais, mesmo nos primeiros anos de operação do projeto⁶.

Ainda com relação às alterações de ordem mais geral, tem-se que a prática da irrigação acabou por provocar também, mudanças na forma como estes produtores

-
- (5) Uma maior discussão acerca da tutela do DNOCS, na fase de implantação dos projetos públicos de irrigação, pode ser encontrada em Burstzyn (1984). E, especificamente, para o caso do projeto São Gonçalo, consulte-se Costa. (1984).
- (6) Sobre outros motivos de desistência dos colonos de São Gonçalo, consulte-se o trabalho de Costa. Op. cit., p.87

passariam a encarar o processo produtivo. Se antes da ida para o perímetro, a questão central era o acesso à terra, agora, com esse acesso assegurado, outras demandas passaram a ser colocadas na "ordem do dia": sementes selecionadas e maquinaria (44,2%), crédito (76,7%), assistência técnica sistemática (44,4%), foram, portanto, as mais citadas entre os entrevistados. (Ver Tabela XIV).

Observa-se, com isso, que importantes alterações no processo de trabalho das unidades produtivas analisadas, provocadas a partir da prática da agricultura irrigada, já podem ser delineadas. Será, portanto, sobre essas transformações que trataremos na seção a seguir.

4.2 - O Processo de Trabalho

4.2.1 - O Trabalho Familiar

De maneira geral, os colonos participam de um núcleo familiar composto por pai, mãe e filhos, tendo porém, ocorrido casos de parentes (sobrinhos, netos) compondo este núcleo.

As famílias compõem-se em média de 07 filhos (Ver Tabela XV), sendo que nem todos residem com os pais. Registramos a saída de 23,5% dos filhos dos entrevistados. Desse percentual, 13,6% migraram para São Paulo, 2,4% saíram em direção a outros municípios paraibanos e 4,0%, para outras unidades da federação. (Ver Tabela XVI). O que faz com que essa média fique em torno de 05 filhos por núcleo

TABELA XIV - Principais demandas para um bom desempenho na agricultura

A.

Para ser bem sucedido na agricultura precisa ser dono da terra?	V.A.	V.R.
Sim	40	48,2
Não	43	51,8
TOTAL	83	100

B. Em caso afirmativo:

Por quê?	V.A.	V.R.
Para ter acesso ao crédito oficial	40	100,0
Porque se tem mais estímulo para trabalhar	34	85,0
Porque não precisa pagar renda aos proprietários	25	62,5
Não soube justificar a afirmação	01	2,5

C. Em caso negativo:

O que é o mais importante para ser bem sucedido?	V.A.	V.R.
"Ajuda de Deus"	04	9,3
Assistência técnica	20	46,5
Assistência financeira crédito/ financiamentos	33	76,7
Ter experiência com agricultura	10	23,3
Usar sementes selecionadas	19	44,2
Água/invernos	05	11,6

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

TABELA XV - Quantidade de Filhos

Número de filhos	V.A.	V.R.
Homens	323	54,1
Mulheres	274	45,9
TOTAL	597	100

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

TABELA XVI - Residência/migração

Residência dos filhos	V.A.	V.R.
Moram com os pais	363	60,8
Moram no Perímetro (casados)	94	15,7
Município de Sousa	21	3,5
Em outros municípios da Paraíba	14	2,4
Migraram para São Paulo	81	13,6
Migraram para outros estados	24	4,0
TOTAL	597	100

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

TABELA XVII - Participação do Trabalho Feminino no Lote Rural

As esposas/filhas trabalham no lote?	V.A.	V.R.
Sim	—	—
Não	83	100
TOTAL	83	100

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

familiar.

Por outro lado, 76,5% dos filhos dos entrevistados, continuam na área do Perímetro. Desse total, 15,7% já estão casados e habitam em suas próprias casas, enquanto que os solteiros (60,8%), permanecem morando com os pais. (Cf. Tabela XVI). Do total dos filhos casados que permanecem no Perímetro, 58,7% continuam trabalhando nas unidades produtivas paternas, pois, embora já tenham constituído suas próprias famílias, não conseguiram ainda, a obtenção de um lote agrícola⁷.

Não há diferenças relevantes entre o número de filhos (54,1%) e o número de filhas (45,9%). (Voltar à Tabela XV). Pôde-se verificar no entanto, que nessas unidades de produção a divisão sexual do trabalho é excludente, tanto no que se refere aos trabalhos domésticos (conservação das residências e dos alimentos), que é um serviço exclusivamente feminino, quanto nos demais trabalhos. Basicamente, o trabalho da roça no lote rural é, predominantemente, masculino, e a força de trabalho feminina não se faz presente neste tipo de atividade. (consulte-se Tabela XVII, na pág. 90).

(7) Constatamos que a permanência dos filhos casados trabalhando/residindo nas unidades produtivas paternas se deve à ausência da abertura de novos lotes (rurais e urbanos). Assim sendo, apenas 21% dos filhos casados conseguiram a obtenção de lotes agrícolas, através de repasse de lotes, mediante a desistência de alguns colonos.

Esse, porém, não é um fenômeno isolado. Um estudo sobre a posição social da mulher em Perímetros de Irrigação, publicado pelo Instituto Internacional de Cooperação para a Agricultura (IICA), após realizar alguns estudos de casos em perímetros da CODEVASF, chegou a constatar resultados semelhantes:

"O trabalho das mulheres no processo de produção agrícola não se constitui numa atividade real e sistemática. Pode-se dizer que as mulheres restringem-se aos afazeres domésticos"⁸.

Esse fato, em grande medida, pode ser atribuído à separação casa/roçado, que teve, por consequência, alterações na organização do trabalho familiar. Atualmente, alguns membros da família passam a ficar em casa, enquanto outros vão à roça. Isto, portanto, impõe a redefinição do trabalho da mulher que, cada vez mais, passa a desempenhar tarefas caseiras, dentre elas, o cuidado com os quintais das casas e a criação dos animais domésticos.

Quanto ao responsável imediato pelo trabalho no lote rural e titular do mesmo junto ao DNOCS, como colono, é normalmente o marido. É ele quem administra o processo produtivo, responsabiliza-se pela contratação da mão-de-obra necessária, decide o que plantar e, sobretudo, é a ele que pertence a produção do seu lote.

(8) IICA, (1981), p.10, Apud Almeida Junior (1986), p.91

Porém, como vimos no item anterior, a "autonomia" do colono no perímetro, está, antes de tudo, condicionada às características de sua inserção às regras do mercado capitalista. E assim, as decisões do que plantar, das condições tecnológicas de cultivo e do período do plantio, por exemplo, não dependem exclusivamente da sua vontade individual. Ela está condicionada à existência de um padrão de produção instituído, sujeito a riscos e que busca aumentos de produtividade, através do uso de insumos diversos, defensivos, fertilizantes e de uma maior racionalização das técnicas de produção.

Quanto à participação dos filhos no trabalho da roça, constatamos que, embora mais de 52,0% dos colonos entrevistados tenham filhos que frequentam regularmente à escola, estes, mesmo estudando, se constituem em mão-de-obra indispensável ao processo de trabalho dos irrigantes. Um colono quando questionado sobre o grau de contribuição da ajuda dos filhos, assim se referiu: "...eles não ajudam, trabalham!". (Tabela XVIII).

Outra constatação de importância detectada através da pesquisa, é que a ocorrência de casamentos dos filhos e a constituição de uma nova família, sem que haja a disponibilidade de novos lotes rurais e urbanos, têm contribuído para a redução da mão-de-obra familiar. Embora os filhos casados, residentes no Perímetro e que ainda não adquiriram seus próprios lotes, continuem a trabalhar nas

TABELA XVIII - Participação do trabalho dos filhos no lote rural

A.

Os filhos trabalham no lote?*	V.A.	V.R.
Sim	64	77,1
Não	19	22,9
TOTAL	83	100

B.

Quantos membros ajudam?	V.A.	V.R.
De 01 a 02	36	56,3
De 03 a 04	18	28,1
De 05 a 06	08	12,5
+ de 06	02	3,1
TOTAL	64	100

* Incluindo-se solteiros e casados

C.

Em que épocas?	V.A.	V.R.
Preparo do solo	53	82,8
Plantio	55	85,9
Tratos culturais	54	84,4
Colheita	58	90,6

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

unidades de produção paternas, o nascimento dos netos tem implicado, obviamente, na redução dos elementos de produção comparativamente ao aumento nos de consumo, exigindo portanto dos elementos produtivos, uma produção de sobretabalho necessária à reprodução dos elementos apenas de consumo.

E, embora o trabalho familiar continue a ter uma participação importante no processo de trabalho das unidades produtivas analisadas, verificamos que as necessidades de mão-de-obra, (além dos membros da família), no âmbito do Perímetro, continuam grandes, (não obstante à pequena dimensão dos lotes agrícolas, em torno de 4,28 ha). O que não deixa de ser uma decorrência particular da agricultura irrigada que exige um acompanhamento mais sistemático e cuidadoso da produção. Impondo-se conseqüentemente, uma demanda por um tipo de mão-de-obra, com um certo nível de qualificação, para atender as necessidades de expansão deste tipo de prática agrícola.

Como se sabe, a relação entre modernização tecnológica e absorção de mão-de-obra nem sempre apresenta a mesma direção. A utilização de insumos modernos pode aumentar o emprego de mão-de-obra, enquanto que a introdução de máquinas, em geral, libera trabalhadores.

Especificamente, no caso analisado, é isso o que vem ocorrendo. Como teremos oportunidade de ver nas seções subsequentes, a expansão dos cultivos irrigados no

Perímetro de São Gonçalo, tem se dado muito mais no sentido de uma maior utilização de produtos químicos e insumos agrícolas, do que no uso de máquinas e equipamentos. Tanto é assim, que as próprias famílias já não conseguem satisfazer a demanda por serviços, decorrente do tipo de organização da produção que se instalou naquela área.

Nesse sentido, parcela importante da mão-de-obra que hoje atua no perímetro, passou a ser constituída, efetivamente, de trabalho contratado. A importância do trabalho contratado e a sua relação com o incremento tecnológico no âmbito do PISG, serão, por isso, os temas tratados a seguir.

4.2.2 - O Trabalho Contratado

Se uma das condições essenciais do caráter capitalista da produção agrícola é a presença do trabalho contratado, essa participação se processa em São Gonçalo, adaptando-se, porém, às necessidades de expansão da lavoura irrigada. E por isso, esse indicador, por si só, e tomado de forma isolada, não é suficiente, nem nos autoriza a afirmar a ocorrência e/ou a consolidação de pequenos empreendimentos capitalistas no âmbito do Projeto. Mesmo que parcela significativa da mão-de-obra empregada na produção já seja constituída pelo trabalho contratado, este se faz presente, como expressão de uma intensificação do uso de capital que varia conforme as etapas do processo

produtivo: (TABELA XIX).

Como pode ser observado na tabela XIX, a diferença do volume de contratação de mão-de-obra, no caso estudado, ocorre nos lotes agrícolas, por fases de cultivos. Enquanto que na fase do plantio se aglutina o maior número de contratação (68,8%), a fase de preparo do solo por ser mais mecanizada, é a de menor percentual de contratação (23,4%). Quanto à forma de pagamento utilizada, verificamos que o pagamento "por diária" substituiu a forma "por empreitada", como pode também ser observado na tabela XIX.

Outra constatação de importância detectada na pesquisa, foi o fato de não termos encontrado entre os entrevistados, elementos da mão-de-obra familiar que tenham precisado vender a sua força de trabalho como estratégia de sobrevivência. O que pudemos observar, é que a falta de recursos próprios para a produção, tem mobilizado os produtores na busca de outras estratégias econômicas⁽⁹⁾, que não seja o assalariamento.

As necessidades de mão-de-obra em São Gonçalo, cujo uso é bastante intenso em todas as fases de produção,

(9) Nesse processo de busca de atividades alternativas à agricultura, detectamos apenas o desenvolvimento de atividades autônomas, como o comércio próprio (25%). Mesmo nesses casos, observamos que a manutenção física dos produtores tem na agricultura sua fonte mais significativa, sendo a persistência do trabalho agrícola que legitima a reprodução produtiva e onde o produtor considera haver realmente trabalho.

TABELA XIX - Participação do trabalho contratado (por fases de cultivo)

A.

Contrata trabalhadores?	V.A.	V.R.
Sim	77	92,8
Não	06	7,2
TOTAL	83	100

B.

Em que períodos?	V.A.	V.R.
Preparo do solo	18	23,4
Plantio	53	68,8
Tratos culturais	27	35,1
Colheita	59	76,6

C.

Forma de pagamento	V.A.	V.R.
Por diária	69	89,6
Por empreitada	15	19,5

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

são, por isso, supridas por trabalhadores rurais, oriundos das áreas de sequeiro, circunvizinhas ao Projeto.

Por ora, o que se quer destacar, é que a tendência do pessoal ocupado no Perímetro, aponta na direção de uma estrutura social em que as relações de trabalho familiar estão sendo reduzidas e o trabalho contratado ampliado.

Embora, sem querer nesse ponto da análise, aprofundar a questão, acreditamos ser esse um momento de ativa transição das relações de trabalho no Perímetro. O que irá prevalecer depois, depende em alguma medida, de decisões políticas de difícil previsão. Esta é uma questão, que pela sua importância, será retomada posteriormente, no item 4.5.1 desse mesmo capítulo.

4.3 - A Produção Agrícola do Perímetro

Como já foi dito anteriormente, durante os primeiros anos de operação dos perímetros públicos de irrigação, havia um limitado controle dos produtores sobre o processo produtivo.

A própria definição dos sistemas de produção foi uma imposição do DNOCS, no sentido de que, mesmo em terrenos desfavoráveis a determinados tipos de cultivos, aqueles que já haviam sido previamente definidos pelo planejamento estatal, deveriam, necessariamente, ser introduzidos nos lotes agrícolas.

Somente o cultivo de produtos "não tradicionais e de alto valor adicionado por hectare" permitiria rentabilizar os projetos de irrigação. No discurso oficial, esse tipo de direcionamento agrícola, aparece portanto, como uma tentativa de organizar a atividade agrícola, adequando-a aos padrões de uma agricultura comercial modernizada, que permita garantir uma margem de lucro suficiente para rentabilizar os projetos face aos custos fixos da agricultura irrigada¹⁰.

Dentre as culturas apontadas como as únicas que dariam vantagens em termos econômicos às áreas irrigadas, incluíam-se frutas e hortaliças, em especial, uva, melão, cebola, batata, tomate e alface. Previam-se, por isso, que a produção de culturas como o algodão, o arroz e o feijão (tidas como tradicionais), seria comparativamente pequena nos perímetros de irrigação¹¹.

O Perímetro de São Gonçalo não foi uma exceção à regra geral. Sendo a atividade agrícola dirigida para a comercialização, não havia, portanto, na fase de implantação do Projeto, uma área destinada aos cultivos de subsistência, os quais poderiam ser produzidos apenas, em locais que não se prestavam à irrigação, conhecidos como "bota-fora".

Além disso, a produção total dos colonos (incluindo-se a do consumo próprio), deveria ser colocada na

(10) ENB/Etene, (1986), p.98

(11) Ibid., p.98

Cooperativa dos Irrigantes, que só posteriormente, destinaria a cada família a cota referente à manutenção familiar. Esta situação acabou por gerar uma crescente insatisfação entre os colonos/irrigantes, levando-os, em alguns casos, a desistirem dos seus lotes agrícolas ainda durante os primeiros anos de sua instalação no perímetro.

Estas, porém, são características da fase inicial do Projeto. Atualmente, pode-se observar a existência de uma relativa autonomia na organização das unidades produtivas, quanto ao comportamento dos produtores na instância mais imediata do processo produtivo, isto é, quanto à decisão da área e do sistema a ser cultivado, assim como pela opção de comercializar (ou não), através da cooperativa. Constatamos ainda, que os colonos podem destinar 20% dos seus lotes para o auto-consumo familiar (arroz, feijão, milho), além de poderem criar 02 vacas em média, para a produção de leite, também voltada para o consumo próprio.

No que diz respeito à composição da produção comercializada, os dados obtidos em São Gonçalo, revelam uma situação também diversa daquela que foi prevista no planejamento oficial. A pauta de produtos, cujo plantio foi registrado no PISG, se refere, fundamentalmente, àqueles tidos como tradicionais: arroz, banana, côco. Dentre as culturas de alto valor comercial, apontados como necessárias à viabilização econômica da irrigação no Nordeste, somente o

tomate vem conseguindo se colocar entre os principais produtos. As experiências com frutas e hortaliças não conseguiram êxitos, aparecendo apenas o melão e a melancia, porém, com baixa expressividade. (Ver Tabela XX).

A concentração da produção em culturas que não coincidem com as recomendadas no planejamento estatal, não é no entanto, uma característica peculiar do PISG. De acordo com análises oficiais, este fato também vem ocorrendo em outros perímetros do DNOCS, podendo ser explicado por dificuldades na comercialização de produtos de alto valor. Dificuldades estas que, por sua vez, refletem a estreiteza dos mercados locais e a inexistência de canais de exportação para o exterior¹².

As condições de realização da pesquisa durante um período de estiagem prolongada (quando não estava havendo uma produção regular no perímetro em decorrência do racionamento de água para a irrigação¹³), não permitiu uma avaliação mais precisa de resultados quantitativos em termos do alcance do valor bruto da produção total e do valor da produção comercializada pelo perímetro, limitando por isso, o conteúdo deste importante aspecto.

(12) BNB/ETENE (1986), p.99. E também, Sampaio; Irmão & Gomes(1978), p.134

(13) Em períodos de estiagens prolongadas, o déficit hídrico dos açudes Eng^o Avidos e São Gonçalo, que abastecem o Perímetro e o município de Sousa, impõe o racionamento de água para a irrigação. Nesses momentos, a prioridade passa a ser o consumo humano e animal. (Cf. CAMISG. Projeto de Desenvolvimento Econômico e Social, 1992, p.15

TABELA XX - Composição da pauta de produtos produzidos no PISG

Produtos	V.A.	V.R.
Arroz	76	91,6
Banana	54	65,1
Tomate	50	60,2
Feijão	74	89,1
Côco	14	16,9
Milho	40	48,2
Melancia	01	1,2
Melão	01	1,2

TABELA XXI- Participação do Perímetro na Arrecadação de ICMS do Setor Primário do Município de Sousa/PB (Em milhões de Cruzeiros*/ Valores correntes do ano de 1992)

MESES	ARRECADADAÇÃO TOTAL DE ICMS DO SETOR PRIMARIO DO MUNICIPIO DE SOUSA/PB	ICMS DO PERIMETRO DE SÃO GONÇALO	%
Maio	27.584,2	7.604,7	27,6
Junho	42.618,2	22.138,3	52,0
Julho	59.669,8	23.846,8	40,0
Agosto	71.449,3	12.088,2	17,0
Setembro	81.012,5	16.256,6	20,0
Outubro	100.178,3	19.391,3	19,4
Novembro	165.334,8	36.996,9	22,4
Dezembro	116.451,9	31.791,8	27,3

Média da contribuição para o ano de 1992: 25,6%

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Coletoria de Renda do Município

Apenas para ilustrar a questão, apresentamos alguns dados em termos da participação do PISG na arrecadação do ICMS, junto ao município de Sousa, obtidos na Coletoria local, para o ano de 1992 (voltar à Tabela XXI, na pág.103). De acordo com os dados apresentados na referida tabela, podemos observar um importante grau de contribuição do perímetro em relação ao setor primário do município, mesmo sendo um período em que a produção foi tida como irregular (em decorrência da seca que se iniciava naquele ano), a participação do perímetro alcançou uma média, em termos percentuais, em torno de 25,6%.

Já em se tratando da média de rentabilidade do PISG, os resultados conseguidos junto ao DNOCS referentes ao quadriênio 1989-92, indicam que a produtividade das culturas irrigadas são, evidentemente, superiores àquelas obtidas pelas mesmas culturas quando produzidas em áreas de sequeiro (conforme Tabela XXII). Por outro lado, as produtividades obtidas durante o mesmo período, indicam, no entanto, que não há qualquer tendência definida, quanto ao aumento ou queda da produtividade na área do perímetro. (cf. a Tabela XXII).

4.4 - A Mecanização e Seus Efeitos Sobre a Demanda Por Mão-de-Obra no PISG.

Como já foi visto anteriormente (no capítulo I), o Estado, através de suas Políticas Agrícolas, foi o elemento

TABELA XXII - (A) Média das produtividades do Perímetro irrigado de São Gonçalo - 1989/92 em Kg/ha

A.

CULTURAS	1989	1990	1991	1992	MÉDIA 1989-92
Tomate	41.500	40.250	39.200	43.558	41.127
Arroz	5.750	5.374	5.138	5.898	5.540
Banana	35.000	39.240	37.680	30.000	35.480
Feijão	3.618	1.200	1.150	1.202	1792,5
Milho	2.152	2.600	2.994	2.852	2649,5
Melancia	20.550	25.400	21.750	21.500	22.300
Melão	---	---	17.000	17.500	13.250

FONTE: Dados originais: Relatórios Anuais de Acompanhamento da Produção - (Referentes ao quadriênio 1989-92) - DNOCS/PISS.

B. Produtividade média do Município de Sousa*

PRODUTOS	MÉDIA (Kg/ha)
Arroz	1.500
Algodão	1.200
Milho (isolado)	1.000
Feijão (isolado)	800
Milho consorciado	600
Feijão consorciado	400
Banana (irrigada)	30.000

FONTE: EMATER/PB.

* Considerando apenas os produtos que são produzidos no PISS.

determinante das transformações que ocorreram na base técnica da agricultura brasileira, sobretudo a partir dos anos 60. Desse modo, a irrigação passou a ser vista como uma das principais estratégias modernizantes para o setor agrícola, em particular, para a pequena produção das zonas semi-áridas do Nordeste. Nesse sentido, foram criados os Perímetros de Irrigação, onde a atividade produtiva passou a ser dirigida para a constituição de um determinado tipo de agricultor, que coerente com a orientação capitalista do Estado, deveria integrar-se a um padrão agrário de produção, através da incorporação ao seu processo produtivo dos mais diversos tipos de insumos químicos e de equipamentos modernos.

Na realidade observada, podemos portanto, reproduzir momentos diferentes desse processo, a partir dos diversos graus de envolvimento dos produtores com os elementos de modernização.

Como pode ser observado nas Tabelas XXIII/XXIV, em São Gonçalo a tecnificação do processo de trabalho das unidades produtivas não está se dando no mesmo ritmo para todas as fases de cultivo, nem para todos os produtos. O que não invalida a constatação de que o processo de trabalho desses produtores está passando por transformações substanciais.

De acordo com os dados obtidos na pesquisa de campo, pode-se verificar que a etapa do processo produtivo

TABELA XXIII - Uso de Equipamentos

A.

Utiliza equipamentos para produzir?	V.A.	V.R.
Sim	83	100
Não	--	---
TOTAL	83	100

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

B.

Em que épocas?	V.A.	V.R.
Preparo do solo	83	100
Plantio	40	48,2
Tratos culturais	76	91,6
Colheita	63	75,9

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

que apresenta uma maior mecanização, é a de preparo do solo, na qual o conjunto dos produtores entrevistados, afirmou utilizar o trator/grade aradora e, de forma complementar, o sulcador (42,2%) e o arado (15,7%).

Já na fase de plantio, constatamos que apenas para dois produtos (arroz/feijão), se faz uso de alguma mecanização. Nesta fase, 90% dos produtores afirmaram utilizar a "semeadeira" para o arroz, 17,5% a plantadeira, para o feijão, enquanto que para os demais produtos, o plantio ainda é feito de forma manual.

Com relação à etapa seguinte da produção, observamos que está havendo a ênfase nos "tratos culturais" e não mais na "limpa" (manual), que é feita apenas de forma a complementar a atuação dos produtos químicos, largamente utilizados no Perímetro (98,7%), tais como: (herbicidas, pestecidas, fungicidas). O que aponta portanto, para a redefinição do papel deste tipo de produtor que passa a assumir, cada vez mais, o caráter de realizador da produção industrial.

Ainda com relação à fase dos tratos culturais, observamos que dentre os equipamentos utilizados, o pulverizador foi o mais significativo (98,7%). Indicando que o tipo de tecnologia que vem sendo utilizado é pouco sofisticado, mas altamente consumidor de produtos químicos.

A grande prevalência desse tipo de tecnologia é atribuída à incidência de pragas que assolam o projeto,

TABELA XXIV - Tecnificação do Processo de Trabalho (por fases de cultivo)

A. Preparo do solo

Equipamentos utilizados	V.A.	V.R.
Trator/grade aradora	83	100
Sulcador	35	42,2

B. Plantio

Equipamentos utilizados	V.A.	V.R.
Semeadeira (p/o arroz)	36	90,0
Plantadeira (p/o feijão)	07	17,5
Cultivador	04	100

C. Tratos culturais

Equipamentos utilizados	V.A.	V.R.
Pulverizador	75	98,7
Capinas (manual)	43	56,6
Cultivador	02	2,6

D. Colheita

Descrição	V.A.	V.R.
Manual	52	82,5
Batedeira p/o arroz	57	90,5
Colhedeira p/o feijão	23	36,5

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

atingindo os principais cultivos¹⁵. Esse fato passou a ser inclusive, um grave problema para os produtores que mesmo atribuindo a sua ocorrência ao uso indiscriminado de produtos químicos, (por parte de alguns irrigantes), permanecem utilizando-os, devido ao desconhecimento de outras formas alternativas de combatê-las.

Com relação à colheita, última etapa do processo produtivo, verificamos que esta também vem sendo realizada de forma manual para quase todos os produtos. Mais uma vez, a exceção é o arroz, cuja colheita é semi-mecanizada: o corte é manual, mas posteriormente, 90,5% dos colonos utilizam a "batedeira" para despolar o produto.

Já podemos portanto, delinear algumas transformações importantes, consideradas a partir da situação anterior de baixo uso de tecnologia que caracterizava parcela significativa desses produtores antes de sua chegada ao Perímetro. Com base no que já foi exposto, observamos que o progresso técnico no PISG, está sendo orientado muito mais no sentido do uso de capital químico-biológico, que também se expressa numa maior utilização de herbicidas, mas que à sua exceção, constituem-se em técnicas não poupadoras de força de trabalho.

(15) As pragas mais comuns que assolam os cultivos no PISG, são principalmente: moleque (banana); vaquinha e percevejo de grão (arroz); lagarta de folha (côco).

Por isso, a expansão da mecanização como vem ocorrendo em São Gonçalo, se encontra bastante atrelada à crescente demanda por mão-de-obra, como já tivemos oportunidade de ver na seção anterior, que tratou do processo de trabalho no âmbito do Projeto.

Nesse sentido, o que parece mais relevante, é a constituição de uma reorganização do processo de trabalho, onde, aos poucos, vai se difundido o uso de equipamentos de cultivo e um maior estreitamento com as relações comerciais.

Mesmo assim, não obstante essas constatações, algumas limitações à expansão da mecanização e por conseguinte, da própria lavoura irrigada no âmbito do Perímetro foram apontadas pelos entrevistados. (Conforme Tabela XXV).

A ausência de uma assistência técnica mais sistemática (42,1%), a carência de equipamentos (40,3%) e a falta de uma maior disponibilidade de recursos para a produção (78,9%), foram, portanto, as principalmente mencionadas. Sobre essas questões, tomadas separadamente, discorreremos a seguir.

Com relação à questão da assistência técnica, pudemos verificar que esta não tem se dado regularmente no âmbito do Perímetro, embora o DNOCS órgão responsável pela sua implantação, tivesse como uma das suas principais atribuições, assistir tecnicamente aos colonos de forma sistemática, em todas as fases do processo produtivo.

TABELA XXV - Principais Problemas (a nível da produção)

A.

Tem problemas a nível da produção?	V.A.	V.R.
Sim	57	68,7
Não	26	31,3
TOTAL	83	100,0

B. Em caso afirmativo

Quais?	V.A.	V.R.
Falta de equipamentos/maquinaria	23	40,3
Falta de assistência técnica sistemática	24	42,1
Falta de recursos financeiros (próprios)	45	78,9
Outras (Salinização, pragas, dimensão dos lotes)	20	35,0

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

O que pudemos constatar é que os técnicos agrícolas do DNOCS, foram ao longo do tempo, sendo retirados do Perímetro⁽¹⁶⁾, Tanto é assim que, atualmente, apenas os sócios da Cooperativa é que dispõem de alguma orientação técnica, mediante um convênio firmado entre aquela entidade e o DNOCS, através do qual colocou-se à disposição dos produtores cooperados, técnicos agrícolas vinculados ao DNOCS e que atuam no Perímetro. Mesmo assim, apenas 13,2% dos produtores associados à Cooperativa, declararam receber orientação técnica em todas as fases de cultivo e mesmo nesses casos, esta tem se dado de forma eventual, pois os técnicos só visitam os lotes no caso de serem solicitados pelos colonos. (Tabela XXVI).

Não foi possível detectar na pesquisa, o que tem motivado esse tipo de comportamento por parte dos técnicos. Do seu lado, eles alegam que é porque o seu grau de influência sobre os produtores, foi sendo relativizado ao longo do tempo de maturação do projeto, em função de uma maior assimilação por parte dos colonos das práticas de irrigação. Por outro lado, o mesmo fato é encarado pelos colonos, como um demonstrativo de ineficiência por parte do DNOCS, que estaria mais uma vez, longe de cumprir os

(16) A partir do início da década de 80, foi havendo redução do quadro de funcionários do DNOCS, nos perímetros públicos, em virtude da diminuição de recursos para a manutenção desses projetos. A esse, respeito consulte-se o já citado trabalho do BNB/Etene (1986), p.83-84.

TABELA XXVI - Acompanhamento técnico

A.

Utiliza orientação de técnicos agrícolas?	V.A.	V.R.
Sistematicamente	11	13,2
As vezes	35	42,2
Não utiliza	37	44,6
TOTAL	83	100

B. Em caso afirmativo

De quem?	V.A.	V.R.
Técnicos do DNOCS/Cooperativa	43	93,5
Através dos 'particulares'	03	6,5
TOTAL	46	100,0

C.

Em que fases da produção?	V.A.	V.R.
Preparo do solo	15	19,6
Plantio	66	83,5
Tratos culturais	21	26,6
Colheita	19	24,0
Em todas as fases	10	12,7
Não especificou	06	7,6

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

objetivos inicialmente pretendidos, quando da implantação do Projeto.

O segundo fator limitante à expansão da lavoura irrigada no âmbito do FISG, está relacionado à carência de equipamentos, sejam próprios ou mesmo da cooperativa. Nesse sentido, verificamos que apenas um dos entrevistados, dispõe de equipamentos próprios, e para os demais, o acesso a esse tipo de tecnologia só se faz possível, mediante o aluguel das máquinas feito à cooperativa, ou aos proprietários particulares de fora do Ferímetro. (Ver Tabela XXVII).

Por isso, para aqueles produtores que afirmaram utilizar a mecanização em todas as fases do cultivo, começa a surgir o problema da falta de equipamentos, tendo em vista que as suas demandas são coincidentes, devido às próprias exigências do calendário agrícola, que são as mesmas para todos os produtores.

A não-disponibilidade de equipamentos pode ser, portanto, um elemento desorganizador do ritmo de trabalho, na medida em que, se estes não estão disponíveis no momento adequado, pode-se comprometer todas as etapas do ciclo produtivo.

O principal motivo pelo qual os equipamentos nem sempre estão disponíveis no momento oportuno, é atribuído à não-consolidação de um estoque de equipamentos por parte da Cooperativa, que embora já tenha adquirido um número

TABELA XXVII - Utilização de equipamentos próprios

A.

Utiliza equipamentos próprios?	V.A.	V.R.
Sim	01	1,2
Não	82	98,8
TOTAL	83	100

B. Em caso afirmativo

Como os obtém?	V.A.	V.R.
Alugando		
Tomando emprestado		
TOTAL	82	100

C.

De quem?	V.A.	V.R.
Cooperativa	73	88,0
Particulares	14	16,9
Outros	--	---
TOTAL		

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

razoável de máquinas¹⁷, não o fez de forma a acompanhar o ritmo de sua demanda, devido à crescente expansão do número de associados ocorrido nos últimos anos¹⁸.

Por fim, o terceiro e último aspecto a ser abordado e que, de acordo com os entrevistados, tem também atuado como limitante a um maior desenvolvimento da irrigação no interior do Perímetro, é a ausência de recursos próprios para a produção, que os colocam frequentemente, na dependência do crédito de custeio.

No processo de obtenção de recursos financeiros para a produção, a cooperativa passou a desempenhar um importante papel, ao proporcionar o acesso conjunto ao crédito bancário, seja para custeio ou para investimento. Por isso, e ao contrário do que afirmaram nossos entrevistados, esse tem sido, ao nosso ver, um importante aspecto de expansão, e não de retração da agricultura, no âmbito do Perímetro.

Por entendermos que o avanço da produção irrigada, organizada em bases familiares, não pode ser feito sem se referenciar às políticas oficiais e aos seus mecanismos de capitalização do campo, expliquemos portanto melhor, a questão colocada, relacionando-a com o que já foi exposto anteriormente.

(17) O estoque atual de equipamentos da CAMISG se encontra anexo a este trabalho.

(18) Sobre a recente expansão do quadro de associados da CAMISG, trataremos no item 4.5 deste mesmo capítulo.

Como já foi visto no capítulo I, o crédito agrícola foi o veículo principal de generalização das relações capitalistas no campo brasileiro, sobretudo a partir dos anos 60. Vimos ainda, que esse importante instrumento de modernização só se tornou acessível aos pequenos produtores do Nordeste semi-árido, a partir do surgimento dos chamados Programas Especiais e da criação dos Ferímetros Públicos de Irrigação, antes, a sua utilização se restringia aos médios e grandes proprietários da região.

Especificamente, no caso dos Projetos Públicos de Irrigação, vimos também, que os altos custos inerentes à lavoura irrigada, associado à ausência de recursos próprios, tem levado os colonos irrigantes, sistematicamente, à recorrência do crédito oficial, (seja para o custeio ou para investimento), cujo acesso, nesses espaços, lhes deve ser assegurado através da intermediação das cooperativas/associações de produtores.

Particularmente, no espaço tomado para a delimitação do nosso objeto de estudo, a possibilidade do acesso conjunto aos instrumentos de modernização, via cooperativa, vem provocando, ao longo do tempo de maturação do Projeto, uma crescente procura pelo crédito de custeio, oriundo do sistema bancário.

É, portanto, nesse contexto, que consideramos o uso sistemático do crédito agrícola, como uma possível referência para as transformações já ocorridas (e a

ocorrerem), já que este instrumento de política agrícola tem sido acessível a todos os colonos associados à CAMISG. Feitas portanto as considerações necessárias, os mecanismos lógicos do referido processo de transformação, no âmbito do PISG, podem ser explicados da seguinte forma.

A ausência de recursos próprios por parte de parcela significativa dos entrevistados (77,9%), coloca-os na dependência do crédito de custeio. Isto, por sua vez, impõe aos produtores a necessidade de um retorno economicamente satisfatório. Por conseguinte, passa a compor a lógica de organização do processo produtivo, a necessidade de uma margem de lucro, que permita remunerar os recursos aplicados na produção, além de manter a reprodução familiar. E por isso, o financiamento bancário torna-se um elemento fundamental no processo de transformação dos colonos irrigantes, que passam a utilizar, sistematicamente, o crédito oficial, por estimular o desenvolvimento de uma lógica diferente na organização das unidades produtivas.

De acordo com a observação do modelo de organização das unidades produtivas analisadas, pudemos verificar, entre os produtores que utilizam regularmente o crédito oficial, que está havendo uma tendência em se buscar níveis de produtividade mais elevados.

E havendo condições favoráveis, isto é, não ocorrendo frustrações de safras, pode-se apontar como tendência a ser seguida, na área do Perímetro, que a

reprodução dos colonos irrigantes passe a se dar, cada vez mais, além do mínimo necessário à sua sobrevivência, e conseqüentemente, que as unidades produtivas comecem a se constituir em elemento de acumulação para os produtores.

Por outro lado, mesmo que a nível teórico, a utilização do crédito oficial possa ser um elemento que estimule o crescimento econômico de alguns produtores, não existem indicadores suficientes para afirmar que essa diversidade de comportamentos entre os colonos de São Gonçalo, possa estar gerando um clássico processo de diferenciação social¹⁹, na medida em que não se constituíram classes antagônicas entre os produtores do perímetro, mas apenas uma diversidade econômica, em termos de manutenção e reprodução familiar, o que é um indicativo de que suas condições não se homogeneizaram.

4.5 - O Processo de Comercialização

Não se pode falar da comercialização hoje em São Gonçalo, sem se tomar como referência a Cooperativa dos Irrigantes, que passou de simples atuante de comercialização, à agente efetivo de transformação na área do Perímetro. E portanto, pela importância atual exercida pela cooperativa, iremos na seção a seguir, dar uma ênfase especial a sua atuação, na tentativa de mostrar, como a sua

(19) Para maiores referências teóricas acerca desta questão se reportar ao capítulo II.

organização recente, em novas bases administrativas, passou a representar uma importante forma de incorporação dos colonos irrigantes de São Gonçalo, ao padrão de uma agricultura comercial modernizada.

4.5.1 - CAMISG: da Criação à Situação Atual.

O surgimento da Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de São Gonçalo (CAMISG), em setembro de 1973, pouco tempo após a implantação do Projeto, faz com que as suas trajetórias se confundam, formando um mesmo conjunto de informações.

E como já foi visto no capítulo anterior, a exemplo do que aconteceu nos primeiros anos de implantação do Perímetro, a criação da cooperativa, também se fez, sem a efetiva participação dos colonos/irrigantes.

A própria decisão em se criar uma cooperativa, não partiu dos produtores, que aliás, não tinham qualquer experiência anterior com as práticas associativistas. Nesse sentido, muito mais do que uma ação espontânea, por parte dos produtores, a associação à cooperativa assumiu um caráter compulsório, passando a ser uma das exigências do DNOCS aos produtores que fossem se instalando no Perímetro:

"A CAMISG foi criada sem a participação dos associados, que ao entrarem no Projeto seriam automaticamente a ela filiados, como condição necessária às

realizações de suas atividades como irrigantes (...). Os irrigantes tinham uma visão negativa sobre Cooperativas, por isso muito desses agricultores só aceitavam participar da cooperativa porque era uma condição necessária para ser aceito no Projeto"²⁰.

Nesse contexto de obrigatoriedade, aos poucos, foi se gerando entre os colonos irrigantes, um sentimento de descontentamento e de insatisfação que, por sua vez, acabou por provocar a reprodução no interior do perímetro, de mecanismos de comercialização, semelhantes àqueles que caracterizavam a prática anterior de parcela importante desses produtores, quando ainda produziam em áreas de sequeiro e eram subordinados aos proprietários de terra.

E, não obstante as proibições existentes por parte do DNOCS, alguns colonos passaram a comercializar a sua produção com os "atravessadores" locais, representados basicamente, pelos comerciantes de insumos modernos. Progressivamente, a situação foi se agravando. Tanto é assim que, no início dos anos 80, em meio a problemas financeiros decorrentes da diminuição de recursos para a manutenção do Perímetro²¹ e à crescente insatisfação por parte dos colonos, o DNOCS resolveu decretar o início do período de

(20) Costa, (1984), p. 117

(21) O DNOCS ressentiu-se de problemas orçamentários em decorrência das restrições financeiras, que tem caracterizado as instituições do governo federal nos últimos anos, cf. relatório técnico MARA/SENIR (1990), p.40-42.

auto-gestão administrativa²² da CAMISG. Nesse sentido, é que no início da década de 1980, a cooperativa foi desvinculada do DNOCS, passando o seu gerenciamento a ser feito através de uma diretoria eleita e composta apenas por colonos, e com autonomia para definir as suas diretrizes de atuação e de funcionamento²³.

Embora, a partir do ano de 1982 a CAMISG tenha de fato, passado a ser dirigida pelos próprios colonos, não se registraram ainda, nos primeiros anos da auto-gestão, mudanças significativas na postura dos colonos frente àquela entidade, até pela situação deficitária em que a receberam e mesmo, pela falta de familiaridade dos produtores com a sua mecânica de funcionamento.

Existem aliás, muitas queixas por parte dos colonos, com relação às gestões das duas primeiras diretorias eleitas, a partir do início do período de auto-gestão, em termos de desempenho administrativo. Entre os entrevistados, as principalmente mencionadas foram: ineficiência, distanciamento em relação aos sócios e até desmandos administrativos, como por exemplo, desvios de recursos por parte dos dirigentes.

(22) Sobre o tema consulte-se o trabalho do BNB et alii, que trata especificamente do processo de autonomização das Cooperativas de Irrigantes.

(23) Anteriormente ao período de auto-gestão, a diretoria da CAMISG também era composta e eleita pelos colonos/irrigantes, porém, a tutela do DNOCS se manifestava de forma implícita (ou explícita), através

Em virtude dessas circunstâncias, a posição dos produtores frente à cooperativa pouco se modificou. A única alteração de importância que pudemos detectar ocorrida no período, foi o fato de que os colonos passaram a se sentir, efetivamente, donos da sua produção, podendo escolher como e com quem comercializá-la.

E em meio a insatisfações, a possibilidade de escolher com quem comercializar a produção levou importante parcela dos produtores a optar pelos intermediários e não pela cooperativa, que chegou a operar em alguns períodos, apenas com cerca de trinta associados. Conseqüentemente, foram se criando novos vínculos de dependência dos colonos face aos atravessadores locais que, como já dissemos anteriormente, eram representados naquele momento, pelos comerciantes de insumos modernos.

E até bem pouco tempo atrás, era esse o quadro característico da comercialização no PISG. Tanto foi assim, que mesmo em períodos recentes (mais precisamente em 1988, ano em que tivemos oportunidade de visitar o Perímetro pela primeira vez²⁴), pudemos constatar a evidência desse fato. Observamos inclusive, que a intermediação comercial

Cont. nota (23)

dos gerentes da cooperativa (designados por aquele órgão) e, através do controle efetivo da execução dos serviços ligados à produção e à comercialização.

(24) O ano de 1988 foi o ano em que começamos a recolher material de campo para a elaboração do projeto de dissertação.

parecia estar se institucionalizando no âmbito do Projeto. Registramos, a propósito, a presença de um comerciante de insumos agrícolas, que havia ocupado uma casa de farinha de propriedade do DNOCS (então desativada), na qual instalara o seu "escritório" de comercialização. E portanto ali, sem mesmo precisar sair da área do Perímetro, os irrigantes adquiriam os fertilizantes, defensivos, enfim, os insumos necessários à produção, ao mesmo tempo em que a repassavam para aquele intermediário.

Embora a gerencia do Perímetro já houvesse exigido a desocupação do imóvel, medidas concretas nesse sentido, ainda não haviam sido tomadas. Aliás, nem mesmo a 3ª Diretoria Regional do DNOCS, à qual o Perímetro é jurisdicionado, havia sido informada sobre o acontecimento. O fato é que esse atravessador tinha respaldo, tanto de políticos locais, como dos próprios colonos. Vejamos portanto através do depoimento do Sr. S., 45 anos, colono irrigante, a forma como a comercialização estava sendo realizada e o tipo de percepção que se tinha da situação:

"a gente vai tirando os insumos no armazém e na hora de entregar a produção, ele vai acertando as contas e vai logo descontando os juros. Se sobra alguma coisa, a gente pode vender a outro.... ele é muito bom com a gente, tem ajudado muito e não faz o negócio prá todos não, só com gente de confiança.... se não tiver ninguém como ele aqui no perímetro, a gente não podia produzir. D. é que salva a gente nessa crise toda".
(entrevista nº 05, realizada em 1988)

É nesse contexto que outros estudos⁽²⁵⁾ também realizados no perímetro de São Gonçalo, no período ora considerado, apontaram como tendência a ser seguida naquela área o "fortalecimento de uma estrutura tradicional de comercialização".

Ocorre que essa tendência não veio a se confirmar, tendo em vista que importantes alterações foram se verificando ao longo do tempo, na área do Perímetro e a realidade, há pouco descrita, hoje se encontra bastante modificada.

A mudança mais significativa foi a reestruturação da própria cooperativa, que passou a atuar em novas bases administrativas e como já dito anteriormente, passou a assumir funções mais amplas do que a de simples agente de comercialização de produtos irrigados. Hoje, a cooperativa além de ser o principal agente de comercialização na área de Perímetro - (contando à época da pesquisa de campo em seu quadro social, com 402 associados) - passou a exercer funções de escoamento de produção, compra de insumos em melhores condições, e em especial, a de fornecedora do crédito bancário e de outros elementos de modernização, cujo acesso para os irrigantes individualmente, tornar-se-ia muito mais difícil.

Desse modo, a pesquisa de campo realizada entre os produtores de São Gonçalo, (jan/1993), revelou que a

(25) Graziano et alii, op. cit.

reestruturação da cooperativa é um fato recente que só agora começa a se manifestar, e cujas possibilidades de fortalecimento se ampliam, a partir da mudança de atitude dos produtores e do seu grau de envolvimento frente àquela entidade²⁶.

Reconhecendo a existência do processo de reestruturação da CAMISG, pode-se destacar três aspectos básicos que o evidencia nos primeiros anos dessa década:

- 1) O processo de reorganização interna da cooperativa, iniciado a partir do ano de 1990, tem-se feito acompanhar da crescente importância do crédito oficial no âmbito do projeto, cuja utilização atualmente supera o de origem informal, como pôde ser verificada na tabela XXVIII:
- 2) Em decorrência do primeiro aspecto, a mecanização no Perímetro está associada à utilização de financiamentos oriundos do sistema bancário (de custeio e de investimento, ver a Tabela XXVIIIe, na pág.129).
- 3) O terceiro e último aspecto a destacar é o fato de que a comercialização não está mais sujeita

(26) A mudança de posicionamento dos produtores frente à Cooperativa pode ser explicada em virtude da diminuição da ingerência do DNOCS sobre a entidade, que teve início a partir do ano de 1982 quando começou o período de auto-gestão da CAMISG. Embora nos primeiros anos da

TABELA XXVIII - Utilização do crédito agrícola

A.

Utiliza o crédito agrícola (custeio/investimento)	V.A.	V.R.
Sim	68	81,9
Não	16	19,3
TOTAL	83	100

B. Em caso afirmativo

Origem do financiamento	V.A.	V.R.
Bancos (via Cooperativa)	66	88,5
Particulares	02	3,0

* Custeio

C.

Por que utiliza?	V.A.	V.R.
Por falta de recursos próprios	53	77,9
Tem recursos mas acha vantajoso	15	22,1
TOTAL	68	100

D. Em caso negativo

Por que não utiliza?	V.A.	V.R.
Medo de endividar-se	03	18,8
Porque dispõe de recursos próprios	13	81,2
TOTAL	16	100

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

E. Finalidade

Com que finalidade?	V.A.	V.R.
* Custeio	68	100,0
** Investimento	67	98,5

* Água, defensivos, mão-de-obra (diárias), sementes, juros, taxa de comercialização, trabalhos mecânicos e outros.

** Construção de poços Amazonas (cacimbões), eletrificação dos lotes, mediante a obtenção de financiamento, via BNB/FNE.

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

TABELA XXIX - Forma como realiza a comercialização

De que forma comercializa a produção	V.A.	V.R.
Através da Cooperativa	73	87,9
Através dos particulares	09	10,8
Ambas as formas	04	4,8
TOTAL	597	100

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

aos agentes de intermediação, que atualmente no Perímetro, são figuras secundárias; (Consulte-se Tabela XXIX, na pág. 129).

A partir dessas evidências, surgem portanto as indagações: que fatores teriam provocado a reversão da atitude dos produtores frente à cooperativa? Como foi possível tal reestruturação? Quais são as perspectivas e as implicações sociais de médio e longo prazo, do processo de reestruturação da cooperativa, sobre o grupo social envolvido?

Para a melhor compreensão do referido processo, fomos buscar respostas a partir de nossos próprios informantes, até mesmo por falta de maiores referências teóricas sobre o fato.

De acordo com os entrevistados, constatamos que a mudança mais importante está relacionada às alterações na linha de atuação da própria cooperativa que, em novas bases administrativas²⁷ e ao contrário das diretorias anteriores, passou a priorizar objetivos mais amplos que a mera comercialização de produtos irrigados ou o simples repasse

Cont. nota (26)

auto-gestão não tenham se verificado importantes alterações nesse sentido, o que só veio a ocorrer em anos recente, a partir do surgimento de iniciativas e lideranças entre os produtores, inibidas durante o longo período de tutela do DNOCS.

- (27) O atual presidente da Cooperativa, que já se encontra em sua segunda gestão administrativa, vem conseguindo manter uma continuidade em sua linha de atuação, por

de crédito bancário aos seus associados. A ênfase passou a ser o atendimento de outras demandas, que estivessem diretamente relacionadas às atividades produtivas e às necessidades mais imediatas do Perímetro, tais como: fortalecimento da infra-estrutura hídrica do Projeto, extensão da rede elétrica aos lotes agrícolas, aumento do estoque de equipamentos e da frota de veículos e a médio/longo prazo, introdução de novos cultivos²⁸.

É nessa perspectiva que a mais recente atuação da Cooperativa tem sido no sentido de promover a elaboração de "Projetos de Desenvolvimento Econômico e Social", junto ao Banco do Nordeste (BNB), com vistas a obtenção de recursos na linha de financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), para a concretização desses objetivos²⁹.

Desse modo, a ampliação das funções da cooperativa, aliada às possibilidades desta facilitar o acesso conjunto a equipamentos de altos custos e à utilização de instalações comuns de armazenamento/beneficiamento de produtos, fizeram com que a CAMISG passasse a ser vista

Cont. nota (27)

contar com o apoio e o respaldo dos produtores, os quais demonstraram um elevado nível de satisfação em relação a sua administração.

(28) Existe um projeto na CAMISG que inclui a introdução de novos cultivos, como uva e acerola, na pauta dos produtos do perímetro. (Ver anexos deste trabalho).

(29) Não se pode deixar de considerar que o desempenho atual da CAMISG está associado também a circunstâncias externas favoráveis, como, por exemplo, a abertura de

pelos produtores, como uma "verdadeira empresa", conforme expressão usada por um de nossos entrevistados.

Por outro lado, não obstante essas constatações, é ainda prematuro considerar que o desempenho favorável da cooperativa, seja um atestado de que esta, hoje, já tenha uma estrutura tecnológica e politicamente consolidada ou que venha a ser a solução global para os problemas do Perímetro, pelo menos na forma como se encontra estruturada no momento. A reorganização do processo produtivo em São Gonçalo, a partir da reestruturação da cooperativa, é um importante aspecto de um processo mais amplo de transformação social, cuja consolidação depende, em grande medida, do nível de organização política dos colonos irrigantes e que no Perímetro ainda é incipiente. Pudemos inclusive, observar que embora reconheçam a importância de uma "cooperativa de verdade", não percebem que o seu bom desempenho está diretamente relacionado ao apoio, à credibilidade e à participação deles próprios, colonos irrigantes, junto àquela associação.

Embora essa limitação particular se refira

Cont. nota (29)

novas linha de financiamento rural, a partir da constituição do FNE, instituído em setembro de 1989 (coincidindo com o início da 1ª gestão do atual presidente) e cuja programação oferece amplas prioridades aos pequenos produtores e suas associações/cooperativas. Maiores informações sobre o FNE e os financiamentos concedidos à CAMISG, consulte-se os anexos deste trabalho.

naturalmente, ao fato do Perímetro ter sido um espaço organizado pelo Estado, e ao controle ideológico que caracterizou os primeiros anos de implantação do Projeto. A exemplo do que ocorreu em outros perímetros, também implantados no contexto do regime militar, cuja especificidade era ter sob controle, qualquer tentativa de reivindicação por parte dos produtores.

Existe porém um potencial de organização própria dos colonos/irrigantes, que se evidencia, não apenas na consciência dos problemas existentes, mas principalmente, na percepção de que, qualquer melhoria para os pequenos agricultores passa pela sua organização e a sua participação em associações de produtores. Por conseguinte, começa a se forjar no Perímetro uma consciência quase generalizada da importância das práticas associativistas. (Ver Tabela XXX).

Porém, as tendências a serem seguidas e as implicações futuras do processo de modernização e transformação social em curso, no âmbito do PISG, não são lineares, sendo por isso, ainda uma incógnita.

Por ora, o que se pode afirmar com base nas informações disponíveis para os primeiros anos dessa década, é que esse é um momento de um processo ainda em construção, que por isso mesmo, apresenta transformações parciais, mas que já serve como demonstração de que à cooperativa cabe um importante papel a ser desempenhado e que além disso, é sempre possível recomeçar.

TABELA XXX - Importância das práticas associativistas

A.

Acha que os pequenos produtores podem influenciar sobre as políticas agrícolas?	V.A.	V.R.
Sim	64	77,1
Não	19	22,9
TOTAL	83	100

B. Em caso afirmativo

De que forma?	V.A.	V.R.
Organizando-se em cooperativas	62	96,9
Através de abaixo-assinados	11	17,2
Não sabe	03	4,7

C. Em caso negativo

Por quê?	V.A.	V.R.
Porque os políticos não permitem	03	15,8
Porque os agricultores são acomodados	08	42,1
Porque os agricultores são desunidos	06	31,6
Porque os pequenos não tem poderes	02	10,5

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estratégia oficial de modernização de pequenos produtores do Nordeste semi-árido, mediante a sua instalação em perímetros públicos de irrigação implantados na região a partir da década de 70, foi uma das formas encontradas pelo Estado para viabilizar a penetração do capitalismo no campo, acelerando transformações nas relações de produção, não caracterizadas como capitalistas.

O processo de transformações sociais em curso, em um perímetro público de irrigação, foi portanto, o nosso objeto de estudo.

Procurou-se, nos limites deste trabalho, analisar o conjunto de transformações sociais, vivenciadas por colonos/irrigantes residentes em um perímetro de irrigação, sob uma ótica que contemplasse as expectativas criadas pelo grupo social envolvido e que indicasse o significado que essas mudanças representaram em suas vidas.

Partindo de uma perspectiva comparativa das condições anteriores, de manutenção e de reprodução destes produtores em relação às condições atualmente vividas, não se pôde deixar de considerar características pretéritas dos colonos/irrigantes, enquanto pequenos produtores de áreas inóspitas do semi-árido do Nordeste.

Outro elemento fundamental que não se pôde perder de vista, foi o caráter inicial dirigido das atividades

com todo um modo de vida anterior e conseqüentemente, com o universo referencial desses produtores.

Na situação anterior, a reprodução da unidade familiar se baseava na produção de cultivos de subsistência. Sendo esses cultivos que garantiam a reprodução econômica e social dos produtores, estabelecia-se portanto, uma articulação unilateral com o mercado, significativamente, a nível de consumo.

A produção de culturas irrigadas por sua vez, determinou uma articulação bilateral com o mercado (consumo-venda), o que pressupõe uma maior vulnerabilidade aos elementos de mercado, que incidem diretamente sobre a produção comercial (flutuações de preços, superprodução, entraves à comercialização).

A partir da produção irrigada, os produtores passaram a depender do mercado, porém, se há vulnerabilidade, isto não significa para os colonos/irrigantes de São Gonçalo, nível insatisfatório de sobrevivência. Constatamos que a vinda para o Projeto implicou em mudanças qualitativamente positivas para os produtores que ali se instalaram, especialmente, em termos de condição financeira, aumento de produção e maiores possibilidades de escolarização para os filhos.

A obtenção de um lote irrigado e o acesso a uma moradia, representaram uma garantia de trabalho e de residência permanente, transformando em prática corrente,

situações consideradas como excepcionais ou inexistentes no passado.

A visão que os produtores passaram a ter do processo produtivo, é também um indicativo de mudança. Se no passado, a questão central era o acesso à terra, atualmente, com esse acesso assegurado, outras questões se colocam na "ordem do dia". Dentre elas, destacam-se, especialmente, aquelas relacionadas aos instrumentos de política agrícola (assistência técnica, crédito, política de preços,) e às exigências próprias de expansão da lavoura irrigada, (sementes selecionadas, maquinaria, insumos químicos, entre outras).

Quanto ao nível atual de tecnificação dos colonos irrigantes do PISG, pudemos delinear a ocorrência de transformações importantes, consideradas a partir da situação de baixo uso de tecnologia, característica anterior do processo de trabalho destes produtores, quando produziam em áreas de sequeiro.

A utilização de novas técnicas, bem como o acesso aos instrumentos de política agrícola, nos permite afirmar, portanto, a ocorrência de um processo de tecnificação entre os colonos de São Gonçalo, embora esta não esteja se dando no mesmo ritmo para todas as fases de cultivo e para todas as unidades produtivas. O que indica portanto, a existência de diversidade econômica entre os produtores e que as suas condições não se homogeneizaram.

A relação efetivamente significativa, no entanto, é a constituição de uma reorganização do processo de trabalho da pequena produção agrícola, onde aos poucos, vai se interiorizando o uso de novos equipamentos de cultivo, um maior estreitamento com as transações comerciais e por conseguinte, um crescente envolvimento com a lógica modernizante.

Por outro lado, o direcionamento da produção para um estreitamento cada vez maior das relações comerciais, aumentou a necessidade de obtenção de recursos financeiros para o custeio de produção. Desse modo, a ausência de recursos próprios coloca-se, frequentemente, na dependência do crédito (bancário ou de particulares). Porém, no PISG as necessidades de recursos financeiros são hoje, predominantemente atendidas pela Cooperativa dos Irrigantes, visto que este importante instrumento de política agrícola tem sido acessível a todos os colonos e ela associados (correspondendo - na época da pesquisa de campo - a 85% dos produtores instalados no projeto).

O acesso conjunto ao crédito agrícola, via cooperativa, foi considerado como referência para o estudo das transformações já ocorridas (e a ocorrer), tendo em vista que a recorrência sistemática ao sistema bancário tem exigido dos produtores um retorno econômico, que permita remunerar os recursos aplicados na produção, além do que é necessário para a manutenção/reprodução da unidade

produtiva. Pudemos constatar, - de acordo com o modelo das unidades produtivas analisadas, que utilizam sistematicamente, o crédito oficial - uma tendência em se buscar níveis de produção mais elevados.

As transformações por que passam esses produtores, puderam ser percebidas também, a nível do consumo, onde observamos importantes alterações no padrão alimentar e uma crescente urbanização do consumo familiar. Há grande diversificação no uso de bens de consumo duráveis (eletrodomésticos, automóveis), que anteriormente à vinda para o Perímetro, não eram acessíveis a esses produtores, seja pelo nível de monetarização de sua economia (que inviabilizava a aquisição destes tipos de produtos), ou mesmo, pela ausência em seus locais de residência anterior, da infra-estrutura social de que é dotada o Projeto (telefonia, eletrificação, água encanada), que acaba por estimular a criação de novos hábitos consumidores.

Outro indicativo importante das mudanças ocorridas com esses produtores, está relacionada às maiores possibilidades de escolarização para os filhos. Constatamos que é exatamente a faixa etária dos filhos que chegou ao Projeto, ainda na fase de iniciar uma vida escolar (compreendida entre 21 a 30 anos), que corresponde o maior índice de escolaridade da população do Projeto. Esse é um indicativo importante, quando comparado ao nível de escolaridade dos pais, que em sua maioria são analfabetos

(assinando só o nome).

Quanto à participação dos filhos no trabalho familiar, observamos que continua importante, embora nem todos os filhos solteiros residentes na unidade doméstica se constituam em mão-de-obra ativa no trabalho da roça. A força de trabalho feminina não se faz presente nos lotes rurais, reduzindo-se aos afazeres domésticos (esposas) ou como no caso das filhas, às atividades escolares, ou mesmo, a outras atividades urbanas (comércio e serviços em geral).

Outra constatação de importância detectada é que a ausência da abertura de novos lotes (rurais/urbanos) poderia estar condicionando os filhos (sobretudo, os casados), a saírem do Perímetro em busca de outras possibilidades de trabalho fora da região ou até mesmo, fora da agricultura. No entanto, constatamos que a maioria dos filhos continua habitando na área do Projeto. Observamos inclusive, que em alguns casos, os filhos casados permanecem trabalhando com os pais. Por outro lado, a permanência dos filhos casados nas unidades produtivas paternas, tem contribuído para a redução dos elementos de produção (mão-de-obra familiar) comparativamente ao aumento nos de consumo, a partir da constituição de uma nova família que passa a depender também, da mesma unidade produtiva, exigindo-se dos elementos produtivos uma produção de sobretalho necessária à reprodução dos elementos apenas de consumo.

Não obstante esse fato, a natureza da agricultura irrigada e da infra-estrutura implantada no Projeto, impõe ao colono a recorrência à utilização de trabalho contratado, superando as disponibilidades do trabalho familiar.

Ainda com relação à utilização da mão-de-obra contratada, observamos que esta é originária de áreas circunvizinhas ao Perímetro. Não encontramos, entre os colonos, elementos da mão-de-obra familiar que tenham precisado vender a sua força de trabalho como estratégia de sobrevivência. A falta de recursos próprios para a produção, leva-os à recorrência ao uso do crédito (como já dito anteriormente), ou mesmo, à busca de outras estratégias econômicas que não seja o assalariamento, (como um pequeno comércio, por exemplo).

Por fim, quanto ao nível de organização dos colonos/irrigantes, assinala-se que ainda é incipiente. A Cooperativa dos Irrigantes, que supostamente seria uma instância de organização dos produtores, representou inicialmente, mais uma das ações do Estado, via DNOCS, no sentido de dirigir a vida dos colonos no Projeto. A própria decisão em se criar uma cooperativa não partiu do produtores, tendo sido decretada pelo DNOCS, a exemplo do que ocorreu em demais projetos, sob a sua responsabilidade.

E após se deparar com problemas, que vão desde o baixo nível de associativismo a deficiências administrativas durante o período de tutela do DNOCS,

(ou mesmo, na fase inicial da auto gestão), a Cooperativa dos Irrigantes vai, aos poucos, se reestruturando, especialmente, a partir da mudança de posicionamento dos produtores frente à entidade. E portanto, só à medida em que o DNOCS foi diminuindo a sua ingerência sobre a Cooperativa foi que os colonos começaram a dar respostas efetivamente transformadoras, através do surgimento de iniciativas e de lideranças entre os produtores, que vêm incentivando a participação dos associados no processo de tomada de decisões, seja em questões particulares, seja em questões mais gerais.

Atualmente, a comercialização já é predominantemente assumida pela cooperativa, havendo uma elevação significativa do número de associados. O que demonstra portanto, que há uma tendência geral de percepção da importância da autonomia da Cooperativa, à medida em que a sua consolidação econômica vai se confirmando. E só agora, a partir do desempenho atual da CAMISG, começa a se forjar entre os colonos/irrigantes de São Gonçalo, uma consciência (quase generalizada) da importância das práticas associativistas.

A reestruturação da Cooperativa dos Irrigantes é pois, um fato recente, mas que já demonstra a potencialidade de organização desses produtores, embora o estudo empírico de reorganização da CAMISG não permita maiores generalizações, sendo insuficiente para chegar a resultados

conclusivos mais abrangentes.

O raio amplo de abrangência de questões como essas, teria que deixar muitos temas importantes pendentes, impondo a necessidade de estudos específicos sobre eles.

Mas, como assinalamos anteriormente, a amplitude das questões tratadas não permitiria realizar um tratamento empírico detalhado, não somente por dificuldades práticas de conduzir uma pesquisa de tal abrangência, como também porque não era este o propósito deste trabalho.

Conclui-se, portanto, que os colonos/irrigantes de São Gonçalo parecem aplicados no exercício das tarefas que lhes são colocadas pelo processo de trabalho da agricultura irrigada, só que a sua transformação em pequenos capitalistas parece exigir mais tempo do que o esperado, como necessário. Esse é, pois, um projeto socialmente meritório, mas cujos resultados econômicos proporcionados pelos produtores nele instalados, tende a ser minimizados, ao se exigir dos seus beneficiários respostas econômicas mais imediatas e homogêneas, em termos de produção/produtividade.

O apoio que o Estado e a sociedade devem conferir a projetos como esse, deve portanto, ser maior e menos comprometido com resultados imediatos. Do contrário, corre-se o risco de pôr a perder importantes conquistas econômicas e sociais, como as que vêm sendo conseguidas no PISG em períodos recentes.

Uma discussão dessas questões no entanto, levar-nos-ia também para além dos limites deste estudo, devendo por isso, ser deixada para um próximo trabalho.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMEIDA Jr., Armando F. **Relações de Produção em um Projeto da CODEVASF.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande, 1986.

AUED, Idaleto. **Nas Pegadas do Valor: projetos de irrigação do Nordeste no movimento geral de acumulação capitalista no Brasil.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande, 1980.

BNB/ETENE. **Avaliação do PROHIDRO e do Programa de Irrigação.** Fortaleza, 1985. (Projeto Nordeste, 16).

BNB. **Informações Básicas sobre o FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste).** s.l.1992.

BNB; DNOCS & SUDENE. **Pesquisa sobre organização cooperativa no Nordeste do Brasil.** Fortaleza, BNB 1981. (Estudos Econômicos e Sociais, 11).

BURSZTYN, Marcel. **O Poder dos Donos: planejamento e clientelismo no Nordeste.** Petrópolis, Vozes, CNPq, 1984,

CAMISB. Projeto de Desenvolvimento Econômico e Social.
Perímetro Irrigado de São Gonçalo. 1992.

CAMPOS, Indio. Os Colonos do Rio Uruguai (relações entre
pequena produção e a agroindústria no Oeste-Catarinense).
Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba
- Campina Grande, 1987.

CARVALHO, O. de A ECONOMIA POLITICA DO NORDESTE (seca,
irrigação e desenvolvimento). Rio de Janeiro: CAMPUS;
Brasília: ABID - Associação Brasileira de Irrigação e
Drenagem, 1988.

CASTRO, Ana Célia et alii. Evolução Recente e Situação
Atual da Agricultura Brasileira. Brasília, BINAGRI, 1979.

CODEVASF. Proposta de Auto-gestão das Cooperativas de
Irrigantes. Documento preliminar. Fortaleza, 1983.

CORREA, José B. Emancipação dos Projetos de Irrigação do
DNOCS: Fundamentos do Programa. s.l., 1990 (Mimeo.).

COSTA, Antonieta P. Cooperativismo e Estado (o caso do
Projeto São Gonçalo). Dissertação de Mestrado.
Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa, 1984.

DELGADO, Guilherme da C. **Capitalismo Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo, Icone-Unicamp, 1985.

DNOCS. **Normas de Colonização. Manual de Ocupação Espacial**. Brasília, 1979.

GRAZIANO DA SILVA, J. COORD; Angela Kageyama et alii. **A Irrigação e a Problemática Fundiária do Nordeste**. Campinas, Instituto de Economia: PRONI, 1988.

GUIMARÃES, Alberto P. **A Crise Agrária**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

IANNI, Otávio. **Relações de Produção e Proletariado Rural**, In: Szmeccsany, T. e Queda, O. - **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo, 1973, p.148-159.

IICA. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Comitê Institucional da Família e da Mulher Rural. **A Posição da Mulher em Projetos de Irrigação**. Brasília. CODEVASF, 1980.

KAGEYAMA, Angela et alii. **O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Campinas, Unicamp, 1987. Mimeo.

-----, Modernização, produtividade e emprego na agricultura: uma análise regional. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 1985.

KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. São Paulo, Proposta Editorial, 1980.

LACERDA, Guilherme N. de. Capitalismo e Produção Familiar na Agricultura Brasileira. São Paulo. Instituto de Pesquisas Econômicas, 1985.

LENIN, Vladimir I. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: O processo de formação do mercado interno para grande indústria; tradução e apresentação de José Paulo Netto; revisão, com base no original russo, de Paulo Bezerra - 2ª edição. - São Paulo: Nova Cultural, 1985.
(Os economistas).

MARA/SENIR. Atuação da CODEVASF e do DNOCS no Desenvolvimento da Irrigação no Nordeste. Brasília, 1990.
(Versão preliminar).

MARTINE, George. A Trajetória da Modernização Agrícola: a quem beneficia? In: Lua Nova, São Paulo, CEDEC, nº.23. 1991. p. 07-37

_____ & BESKOW, Paulo R. **O Modelo, Os Instrumentos e As Transformações na Estrutura de Produção Agrícola**, In: MARTINE, George & GARCIA, Ronaldo (org.). **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Caetés/Hucitec, 1987. p. 19-39.

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1979. Livro III, Vol. VI, Cap. XXXVII.

MINTER/DNOCS. **DNOCS - Pensamento e Diretrizes**. Fortaleza, 1984. (Edição comemorativa do 75º aniversário do DNOCS).

MIRANDA, Erico. **Tomate Industrial: Gênese e Desenvolvimento da Produção Integrada nas Áreas Irrigadas de Petrolina e Juazeiro**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1991.

MOTA, Dalva M. **Os Camponeses e Busca da Autonomia Possível**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande, 1990.

MULLER, Geraldo. **Ambivalência da Modernização Agrária**. *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo (21): p.168-184, jul. 1988.

_____, **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo. Hucitec - Educ, 1989.

MUSUMECI, Leonarda. **O Mito da Terra Liberta.** São Paulo, Vértice Ed., Revista dos Tribunais; ANFOCS, 1988.

NIEPCE. **O DNOCS e o Novo Nordeste: uma perspectiva histórica (1909-1984).** Fortaleza, DNOCS, 1984, 2v.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Religião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes.** 3ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

PROINE. **Programa de Irrigação do Nordeste. Legislação.** Brasília, 1986.

-----, **Programa de Irrigação do Nordeste. Proposta Básica: Síntese (1986-1990).** Brasília, 1986.

SAMPAIO, Yoni et alii. **Política Agrícola no Nordeste: intenções e resultados.** Brasília, BINAGRI, 1979.

SHANIN, Teodor. **A Definição de Camponês: conceituações e desconceituações.** In: **Trabalho e Dominação.** Estudos CEBRAP, Petrópolis. Ed. Vozes, 1980.

SOARES, Luis Eduardo. **Camponeses: Ideologia e Política.** Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

SORJ, Bernardo. Estado e Classe Sociais na Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

SUDENE. Diagnóstico do Desempenho do Programa de Irrigação do Nordeste. Recife, Assessoria Rural, 1980.

----- . Relatório Sintético sobre Programas de Irrigação do Nordeste. Recife, 1980 (Vários volumes).

VIEIRA, Vicente de Paulo P. B. Sistema de Exploração do Perímetro Irrigado no Nordeste Brasileiro: aspectos administrativos, técnicos e sócio-econômicos. Fortaleza, DNOCS, 1979.

VILELA, Sérgio. Aguas Públicas/ Riquezas Privadas (a política de irrigação para o Vale do São Francisco: Bebedouro e Nilo Coelho). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande, 1991,

WILKINSON, John. O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção. São Paulo, Hucitec, 1986,

LISTA DOS ANEXOS

QUESTIONARIO

FNE: PROCEDIMENTOS EM RELAÇÃO AOS PEQUENOS PRODUTORES, SUAS
ASSOCIAÇÃO E COOPERATIVAS

RELAÇÕES DOS PRINCIPAIS BENS ADQUIRIDO PELA CAMISG, E SEUS
RESPECTIVOS VALORES

RELAÇÃO DO FATURAMENTO DOS ULTIMOS 12 MESES

QUADRO 1 - FINALIDADES DO PROJETO E FINANCIAMENTO

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL (CAMISG) *

QUADRO 2 - AVALIAÇÃO DOS BENS

QUADRO 3 - PROJEÇÃO DAS RENDAS

QUADRO 4 - PROJEÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO

QUADRO 5 - ANÁLISE FINANCEIRA

QUADRO 6 - QUADRO DE RECEITAS DAS CULTURAS EXISTENTES

QUADRO 7 - DESPESAS DAS CULTURAS EXISTENTES

QUADRO 8 - LIBERAÇÕES DE PARCELAS

QUADRO 9 - PLANO DE REEMBOLSO

QUESTIONARIO PARA PEQUENOS PRODUTORES RESIDENTES NA AREA DO
PERIMETRO IRRIGADO DE SÃO GONÇALO (1992)

Nº DO QUESTIONARIO:

DATA:

A. DADOS PESSOAIS:

01. Nome:

02. Data de nascimento (idade)

03. Local de Nascimento:

04. Estado Civil:

() solteiro

() casado

() viúvo

() separado

() outros

05. Escolaridade

Ele: () analfabeto

() só assina o nome

() 1º grau incompleto

() 1º grau completo

B. DADOS FAMILIARES:

06. Quantos filhos o Sr. tem? ()

() Homens

() Mulheres

07. Quantos moram com o Sr.?

TABELA 1 - Situação dos filhos

FILHOS	IDADE	SEXO	ANOS NA ESCOLA	RESIDENCIA	PROFISSÃO
01	:	:	:	:	:
02	:	:	:	:	:
03	:	:	:	:	:
04	:	:	:	:	:
05	:	:	:	:	:
06	:	:	:	:	:
07	:	:	:	:	:
08	:	:	:	:	:
09	:	:	:	:	:
10	:	:	:	:	:
11	:	:	:	:	:
12	:	:	:	:	:

C. ORIGEM DO IRRIGANTE:

08. Seu pai era agricultor?

() Sim () Não

Se sim, em que condição?

() Arrendatário () Proprietário

() Parceiro/Meeiro () Outros

Se não, o que ele fazia?

09. E o Sr., antes de vir para o perímetro exercia algum outro tipo de atividade?

Se sim, qual?

10. O Sr. sempre habitou nesta região (município)?

() Sim () Não

Se não, onde o Sr. morava antes de vir para esta região?

11. Há quanto tempo está na região?

E na área de perímetro?

12. Desde a sua chegada no perímetro o Sr. sempre tem trabalhado no mesmo lote?

() Sim () Não

Se não, de quem foi o lote anteriormente?

E por que o Sr. mudou de lote?

13. Antes de vir para o perímetro o Sr. já possuiu alguma outra área de terra?

() Sim () Não

Se sim, o que fez com ela?

D. DADOS FISICOS DO LOTE:

14. Qual o tamanho do seu lote?

Area total: Area irrigável:

Area irrigada: Area de sequeiro:

15. Suponho que o Sr. pudesse aumentar a área explorada do lote, qual a área ideal que o Sr. gostaria de explorar?

16. Que benfeitorias o Sr. realizou em seu lote?

17. O Sr. tem o título de propriedade registrado?

() Sim () Não

Se sim, desde quando?

Se não, quando deve recebê-lo?

E. PRODUÇÃO:

18. Fazer o calendário agrícola dos principais cultivos
(anexos)

19. Qual o tipo de irrigação que o Sr. utiliza?

() Gravidade () Pressão

() Aspersão () Outros

Quais?

20. Que equipamentos o Sr. utiliza para produzir?

a. Na fase de preparação do solo:

b. Na fase de plantio:

c. Tratos:

d. Colheita:

21. Estes equipamentos são próprios?

() Sim () Não

Em caso afirmativo, o Sr. aluga os seus equipamentos?

() Sim () Não

22. No caso de não possuir equipamentos próprios, como faz
para obtê-lo?

a. () alugado

b. () tomando emprestado

c. () não se aplica

No caso de afirmativa "a", aluga de quem e qual a forma de pagamento?

23. O Sr. utiliza tração animal?

() totalmente () não utiliza
() parcialmente () não se aplica

Quando?

24. O Sr. utiliza adubos químicos?

() regularmente sobre todas as culturas
() regularmente sobre uma parte
() de vez em quando
() não utiliza

25. O Sr. utiliza adubos naturais?

() regularmente sobre todas as culturas
() regularmente sobre uma parte das culturas
() de vez em quando
() não utiliza

26. Qual o problema de praga mais comum em seu lote?

(especificando as culturas)

27. Para tratar das culturas, o Sr. utiliza produtos químicos como fungicidas, pesticidas, herbicidas?

() Sim () Não

28. O Sr. conhece alguma tecnologia de combate biológico (tecnologia alternativa)?

() Sim () Não

Se sim, quais?

- O Sr. utiliza algumas dessas tecnologias?
() Sim () Não
29. O Sr. utiliza sementes selecionadas?
() Sim () Não
30. Em caso afirmativo.
Para quais culturas:
Quem as controla?
Como o Sr. as adquire?
31. O Sr. utiliza os serviços de um técnico?
() sistematicamente
() de vez em quando
() nunca
32. Em caso afirmativo:
Em que época?
E de quem?
33. O Sr. cria animais?
() Sim () Não
Se sim, quais?
Que quantidade?
Com que objetivo?
34. O Sr. trabalha no lote?
() Sim () Não
35. Recebe ajuda da família?
() Sim () Não
36. Em caso afirmativo, quantos membros da família ajudam no lote? Em que épocas?

37. O Sr. emprega mão-de-obra além dos membros da família?

() Sim () Não

38. Em caso afirmativo:

Em que períodos?

Qual a remuneração?

39. O Sr. utiliza crédito de custeio?

() Sim () Não

Por que?

40. Em caso afirmativo, qual a origem do financiamento?

F. COMERCIALIZAÇÃO:

41. Como o Sr. realiza a comercialização da sua produção?

42. Quais os principais problemas que o Sr. encontra para realizar a comercialização dos seus produtos?

43. Quem são os principais compradores?

44. Se o Sr. fosse modificar alguma coisa na forma como o Sr. realizava a sua produção e a comercialização dos seus produtos, o que o Sr. gostaria de modificar?

a. Na produção:

b. Na comercialização:

45. O Sr. possui alguma outra fonte de renda além da agricultura?

() Sim () Não

Se sim, qual (is)?

46. Qual a renda familiar mensal?

47. Como o Sr. utiliza a sua renda mensal?

Saúde:

Alimentação:

Vestuário:

Educação:

Transporte:

Telefone:

Água:

Lazer:

Outros:

48. Depois de deduzidas todas as despesas sobra alguma reserva financeira?

() Sim () Não

Em caso afirmativo, o que é feito com essa reserva?

H. PARCERIA:

49. O Sr. realiza parceria com outros produtores?

() Sim () Não

50. Em caso afirmativo?

a. Com quem?

b. Em que área?

c. Com quais produtos?

d. Qual a renda originária dessas parcerias?

51. Em caso negativo, por quem?

I. O IRRIGANTE E A VIDA SOCIAL LOCAL:

52. Quando o Sr. não está trabalhando como o Sr. utiliza o

seu tempo? (feriado, fins de semana, etc.)

53. O Sr. gosta de assistir televisão?

54. Em caso afirmativo, que programa o Sr. mais gosta de assistir na televisão?

55. O Sr. costuma ouvir rádio?

56. Em caso afirmativo, quais os seus programas preferidos no rádio?

57. O Sr. é membro de alguma organização profissional?

() Sim () Não

58. Se sim, qual (is)?

59. O Sr. tem alguma responsabilidade a nível local (no sindicato, na Igreja na Cooperativa, etc)?

() Sim () Não

60. Em caso afirmativo, qual (is)?

61. O Sr. é filiado a algum partido político?

() Sim () Não

Por que?

62. O Sr. vota nas eleições?

() alguma vezes () sempre

() nunca () não quis responder

63. Qual a sua religião?

64. Conforto da casa:

() água encanada

() luz elétrica

() telefone

() banheiro

televisão

geladeira

automóveis: utilitários

 passeio

Area coberta da casa: (em m²)

Quantidade de cômodos:

Ampliação da casa:

J. OPINIÕES:

65. O que o Sr. acha que é importante para um agricultor para que ele possa ser bem sucedido na agricultura?

66. O Sr. acha que um produtor agrícola deve necessariamente ser proprietário da terra?

Sim Não

Por que?

67. Qual é na sua opinião, o principal problema enfrentado pelos produtores neste perímetro?

68. E pelos produtores da área de sequeiro?

69. O que o Sr. achou da política agrícola do Governo Collor?

70. O que o Sr. espera do novo Governo?

71. O Sr. acha que os produtores agrícolas podem de alguma forma influenciar na política agrícola?

Sim Não

Se não, por que?

Se sim, de que forma?

72. O Sr. acha que o Governo deve intervir na agricultura?

() Sim () Não

Se sim, de que forma?

73. No caso de enfrentar uma situação muito difícil, o Sr. acha que poderia contar com a ajuda do Governo?

() Sim () Não

Se sim, de que forma?

Se não, de que forma?

74. Após a sua instalação no perímetro, o Sr. acha que recebeu ajuda do Governo?

Se sim, de que forma e em que períodos?

75. Como o Sr. acha que tem sido a contribuição dos agricultores desta região para o desenvolvimento da mesma?

76. Na sua opinião, de que depende o futuro da agricultura da região do sertão?

77. Caso lhe propusessem uma propriedade mais importante e em melhores condições, porém em uma outra região, o Sr. deixaria o seu lote e iria trabalhar em uma outra terra?

(na mesma condição de produtor)

() Sim () Não

Por que?

78. O Sr. se sente livre para tomar decisões relativas à produção no seu lote?

() Sim () Não

Por que?

79. O que mudou na sua vida depois da sua vinda para o

perímetro?

80. Supondo que por algum motivo, o Sr. tivesse que deixar de produzir e de comercializar a sua produção, quanto tempo o Sr. acha que poderia sobreviver com os recursos do seu lote?
81. No seu município quem o sr. acha que tem mais influência sobre a vida local? De que forma?
82. Na sua opinião, qual foi o pior período para a agricultura brasileira? Por que?
83. E o melhor? Por que?

TABELA 2: CALENDARIO AGRICOLA

PRODUTOS	AREA / HA	PRODUÇÃO	PRODUTIVIDADE	DESTINO
Arroz	:	:	:	:
Feijão	:	:	:	:
Milho	:	:	:	:
Tomate	:	:	:	:
Côco	:	:	:	:
Banana	:	:	:	:
	:	:	:	:
	:	:	:	:
	:	:	:	:
	:	:	:	:

TABELA 3: RENDA

PRODUTOS (Kg)	RECEITA (Cr\$)	DESPESA (Cr\$)	LUCRO (Cr\$)
:	:	:	:
:	:	:	:
:	:	:	:
:	:	:	:
:	:	:	:
:	:	:	:
:	:	:	:
:	:	:	:
:	:	:	:
:	:	:	:
:	:	:	:
:	:	:	:
:	:	:	:
:	:	:	:
:	:	:	:

FNE: PROCEDIMENTOS EM RELAÇÃO AOS PEQUENOS
PRODUTORES, SUAS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS*

Instituído pela Constituição Brasileira e regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27.set.89, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) objetiva a execução de programas de financiamento para setores produtivos.

Os recursos destinados ao FNE correspondem a 1,8% da arrecadação líquida do Imposto de Renda e do Imposto sobre produtos Industrializados. E, conforme estabelecido em Lei, o aporte de recursos do Fundo está imune a restrições monetárias conjunturais, o que assegura a estabilidade na oferta de crédito a longo prazo para a promoção dos projetos.

A administração dos recursos do FNE cabe ao BNB, adequando o seu emprego em termos de prazos, carência, encargos, etc às especificidades da agropecuária, agroindústria, indústria e mineração da Região Nordeste.

Na aplicação de recursos do FNE, o BNB obedece a diretrizes e princípios baseados em dispositivos constitucional (Art. 159, I, "c") e na Lei nº 7.827/89,

(1) Para outras informações complementares sobre a filosofia e a programação do FNE consulte-se BNB. Informações básicas sobre o FNE, s.l. 1992.

dentre os quais se destacam:

- destinação de pelo menos, metade dos recursos ao semi-árido nordestino;
- tratamento preferencial aos pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas.

Com relação à zona semi-árida nordestina, as ações concentram-se em cinco atividades: irrigação, agroindústria, exploração pecuária, mineração e difusão tecnológica.

A estas categorias de produtores é dispensado tratamento privilegiado, através de: acesso a todos os programas do fundo e redução dos encargos financeiros dos financiamentos.

Tipos de Financiamento

Mediante o enquadramento em diversos programas do FNE, as cooperativas poderão obter financiamento para custeio, investimento e comercialização, inclusive sob a forma de adiantamento a cooperados, aquisição de bens para fornecimento à cooperados e para prestação de serviços, integralização de cotas-partes, taxa de retenção e repasse a cooperados.

As associações têm financiamento direto para as suas explorações produtivas e atividades de prestação de serviços ao quadro social. Os associados também têm crédito para suas explorações individuais e em condomínio.

As condições de financiamento são as do FNE. Ressalte-se que, em função desta estratégia, é que há uma redução de encargos diferencial de 10% para os financiamentos de projetos integrados², exceto nos caso de comercialização, além dos abatimentos normalmente concedidos pelo FNE a cooperativas e associações de pequenos produtores.

(2) Entende-se por projeto integrado aquele que dimensiona as necessidades globais de um grupo de associados ou de suas respectivas organizações no que se refere à produção, comercialização, capacitação e desenvolvimento social e ecológico, com base em roteiro fornecido pelo BNB.

RELACAO DOS PRINCIPAIS BENS ADQUIRIDO PELA CAMISG, E SEUS RESPECTIVOS VALORES

QUANT	E S P E C I F I C A C A O	VALOR DE MERCADO
01	- CAMINHAO 1418 ANO DE FABRICACAO 93	4.414.893.000,00
01	- CAMINHAO 1418 ANO DE FABRICACAO 93	4.414.893.000,00
01	- CAMINHAO 1214 ANO DE FABRICACAO 93	3.433.606.000,00
01	- CAMINHAO 1214 ANO DE FABRICACAO 93	3.433.606.000,00
01	- CAMINHAO CARRETA ANO DE FABRIC. 93	11.201.611.000,00
01	- SCANIA 112 T ANO DE FABRIC..... 90	5.200.000.000,00
01	- CARRETA VOLVO ANO DE FABRIC..... 86	4.750.000.000,00
01	- GRADE ARADORA 24 DISCOS.....	50.300.000,00
01	- MOTO HONDA 125 ANO DE FABRIC....92	140.000.000,00
01	- MOTO HONDA 125 ANO DE FABRIC....90	120.000.000,00
01	- MOTO HONDA 125 ANO DE FABRIC....91	110.000.000,00
01	- MOTO HONDA 125 ANO DE FABRIC....89	90.000.000,00
01	- MOTO HONDA 125 ANO DE FABRIC....82	50.000.000,00
01	- FIAT UNO ANO DE FABRICACAO.....86	270.000.000,00
01	- FIAT UNO ANO DE FABRICACAO.....93	500.000.000,00
01	- CAMINHAO FORD F11000 ANO AFBRIC.82	700.000.000,00
01	- CAMINHAO FORD F4000 ANO FABRIC..90	2.600.000.000,00
01	- CAMINHAO FORD F14000 ANO FABRIC.91	2.950.000.000,00
01	- CAMINHAO MERC.BENZ 1418 ANO F...91	3.840.000.000,00
01	- GRADE ARADORA 24 DISCOS.....	50.300.000,00
01	- ARADO DE DISCO 4X16.....	362.000.000,00
03	- SULCADORES DE 3 LINHAS.....	90.000.000,00
02	- GRADE ARADORA 14 DISCO CONT.REMOTO	64.000.000,00
03	- GRADE ARADORA 24 DISCO CONT.REMOTO	210.000.000,00
03	- TRATORES MASSEY FERGUSON 297/4 NOVO	7.800.000.000,00
01	- MAQUINA DE BENEFICIAMENTO DE ARROZ	10.300.000.000,00
01	- GRADE ARADORA 24 DISCOS.....	70.300.000,00
02	- TRATORES MAR. WALMET/88.....	2.600.000.000,00
02	- GRADE ARADORA MAR. TATU.....	140.600.000,00
02	- TRILHADEIRA C3.....	1.000.000.000,00
01	- CARRETA AGRICOLA MARC. DEMAG.....	230.000.000,00
01	- CENTRAL TELEFONICA PASX 4/16.....	330.000.000,00
04	- CONDICIONADOR DE AR.....	110.000.000,00
01	- CAMINHONETE FORD ANO DE FABRIC..92	3.200.000.000,00
01	- SECADOR DE CEREAIS M.D.ANDREA.....	5.945.500.000,00
03	- TRATORES MASSEY FERGUSON 297/4....	10.142.000.000,00
01	- COLHEITADEIRA MASSEY FERGUSON 3640	14.356.000.000,00
03	- GRADE ARADORA 24 DISCOS.....	1.232.000.000,00
06	- CARRETAS AGRICOLAS 06 TONELADAS...	964.000.000,00
01	- MOTONIVELADORA CARTEPILLAR 12 B...	11.611.329.000,00
01	- CENTRO DE INSEMINACAO.....	1.889.000.000,00
02	- MICRO COMPUTADORES (PC-386/PC-XT).	180.000.000,00
02	- TRATOR DE ESTEIRA M.KOMATSU D-30..	6.000.000.000,00
105	- VACAS-TOUROS-NOV.NOVIL.BEZ.BEZA...	2.500.000.000,00
TOTAL GERAL DOS BENS EM 30/06/93....CR\$		129.645.938.000,00

CAPITAL INTEGRALIZADO.....CR\$ 89.619.066.543,00

RELAÇÃO DO FATURAMENTO DOS ULTIMOS 12 MESES

JUNHO/92

BANANA	Cr\$	112.055.091,00	
ARROZ	Cr\$	110.000.700,00	
			222.055.791,00

AGOSTO/92

BANANA	Cr\$	100.000.000,00	
ARROZ	Cr\$	180.000.000,00	
			280.000.000,00

SETEMBRO/92

BANANA	Cr\$	80.000.000,00	
ARROZ	Cr\$	220.000.000,00	
			300.000.000,00

OUTUBRO/92

BANANA	Cr\$	100.000.000,00	
ARROZ	Cr\$	260.000.000,00	
			360.000.000,00

NOVEMBRO/92

BANANA	Cr\$	50.000.000,00	
ARROZ	Cr\$	400.000.000,00	
			450.000.000,00

DEZEMBRO/92

BANANA	Cr\$	100.000.000,00	
ARROZ	Cr\$	500.000.000,00	
			600.000.000,00

JANEIRO/93

BANANA	Cr\$	200.000.000,00	
ARROZ	Cr\$	600.000.000,00	
			800.000.000,00

FEVEREIRO/93

BANANA	Cr\$	445.666.500,00	
ARROZ	Cr\$	2.371.894.133,00	
			2.817.560.633,00

MARÇO/93

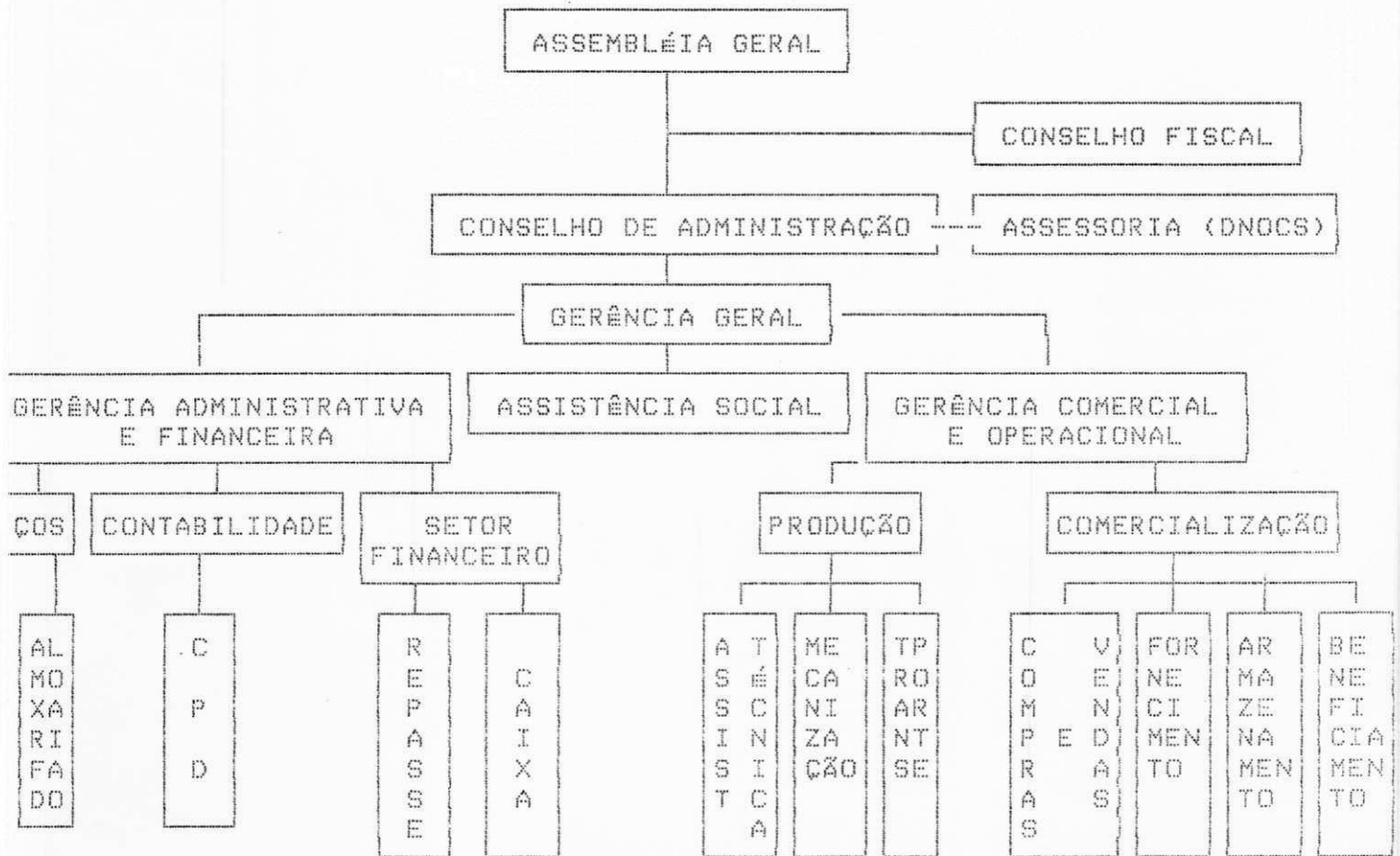
BANANA	Cr\$	500.000.000,00	
ARROZ	Cr\$	2.400.000.000,00	
			2.900.000.000,00

QUADRO 1

FINALIDADES	RECURSOS FINANCEIROS (R\$)		
	PREÇO UNITÁRIO	COOPERATIVA	REPASSE
INSTAÇÃO DE 03 TRATORES MASSEY FERGUSON MOD. MF-297.4	274.475.715	823.427.145	823.427.145
INSTAÇÃO DE 02 TRATORES MASSEY FERGUSON MOD. MF-275	149.986.522	299.973.044	299.973.044
INSTAÇÃO DE 10 TRILHADEIRAS VENCEDORA MOD. CB 450	24.847.932	248.479.20	248.479.320
INSTAÇÃO DE 03 GRADES ARADORAS C.R DE 24 DISCOS	30.758.455	92.275.395	92.275.395
INSTAÇÃO DE 01 ARADO UB-SOLADOR	8.244.658	8.244.658	8.244.658
INSTAÇÃO DE 01 SULCADOR DE 3 LINHAS	10.152.400	10.152.400	10.152.00
INSTAÇÃO DE 02 GRADES ARADORAS DE 14 DISCOS DE 26" SUPERT	22.467.827	44.935.654	44.935.654
INSTAÇÃO DE 01 MOTONIVELADORA-CATERPILLAR, MOD.120	826.954.000	826.954.000	826.954.000
INSTAÇÃO DE 01 SECADOR CONTINUO PARA CEREAIS - TIPO D-40			
1 CAPACIDADE DE 45 TONELADAS E MONTAGEM	327.386.000	327.386.000	327.386.000
INSTAÇÃO DE 01 EMPACOTAMENTO COMPLETO	222.750.000	222.750.00	222.750.000
INSTAÇÃO DE 02 CAMINHÕES COM CAPACIDADE PARA 14 T.	290.000.000	580.000.000	580.000.000
INSTAÇÃO DE 02 CAMINHÕES COM CAPACIDADE PARA 10 T.	202.010.906	404.021.812	404.021.812
POST DE 30 KM REDE TRIFÁSICA DE ALTA TENSÃO EM 13.8 KV	27.860.000	835.800.000	835.800.00
INSTAÇÃO DE 30 KM DE REDE TRIFÁSICA DE BAIXA TENSÃO			
Ø\220V	25.900.000	777.000.000	777.000.000
INSTAÇÃO DE 10 SUBSTACOES DE 45 KVA	18.200.000	182.000.000	182.000.000
INSTAÇÃO DE 05 SUBSTACOES DE 75 KVA	23.100.000	115.500.000	115.500.000
INSTAÇÃO DE UMA CAMARA FRIGORIFICA	1.200.000.000	1.200.000.00	1.200.000.000
INSTAÇÃO DE 02 BAUS FRIGORÍFICOS	140.200.657	280.401.314	280.401.314
INSTAÇÃO DE 60 CONJUNTOS DE IRRIGACAO NSB 90 - 5X4 BP	12.572.000		754.320.000
INSTAÇÃO DE 1800 TUBOS TIGRE 4"	220.000		396.000.000
INSTAÇÃO DE 40 CONJUNTO DE IRRIGACAO ELETROBOMBA 4x6"	6.765.000		270.600.000
INSTAÇÃO DE 20 CONJUNTOS DE IRRIGACAO ELETROBOMBAS 8x "	15.159.000		303.180.000
INSTAÇÃO DE 300 TUBOS DE AÇO ZINCADO DE 6"	354.000		106.200.000
REGULARIZACAO EM 600 HA DE SOLOS SISTEMATIZADOS	700.000		420.000.000
INSTAÇÃO DE 300 POÇOS AMAZONAS	5.980.000		1.794.000.000
PLANTACAO DE 20 HA DE ACEROLA IRRIGADA	4.217.800		84.357.600
PLANTACAO DE 100 HA DE BANANA IRRIGADA	5.569.160		556.916.000
PLANTACAO DE 50 HA DE UVA IRRIGADOS	32.474.000		1.623.700.000
RESCRICAO DE COTAS-PARTES - 3%	-		189.278.208
RELAÇÃO DE ELABORACAO E ASSISTENCIA TÉCNICA	-	47.088.832	107.105.472
T O T A I S		7.326.389.574	6.605.657.200
			13.932.046.854

FONTE: PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
 CAMISG -COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DOS IRRIGANTES DE SÃO GONÇALO LTDA.
 AGOSTO DE 1992

Estrutura Organizacional (CAMISG) *



ASSEMBLÉIA GERAL - A Assembléia Geral, conforme o Artigo 20º do Estatuto Social, que poderá ser Ordinária ou Extraordinária, é o órgão supremo da CAMISG, tendo poderes dentro dos limites da Lei do Estatuto, para tomar toda e qualquer decisão de interesse social;

CONSELHO FISCAL - O Conselho Fiscal, conforme o Artigo 46º do Estatuto Social, é constituído por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, qualquer destes para substituir qualquer daqueles, todos associados eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de 01 (um) ano, sendo permitida a reeleição, para o período imediato, de apenas 1/3 (um terço) dos seus integrantes. Compete ao Conselho Fiscal fiscalizar todos os atos do Conselho de Administração e convocar, quando necessária, a realização de Assembléia Geral Extraordinária se ocorrerem motivos graves e urgentes.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - O Conselho de Administração, conforme o Artigo 33º é composto por 05 (cinco) membros, todos associados, com os títulos de Presidente, Vice-Presidente, Secretário, os quais constituirão a Diretoria Executiva e 02 (dois) Conselheiros correspondendo aos últimos

igual número de suplentes, uns e outros eleitos para um mandato de 02 (dois) anos.

ASSESSORIA (DNOCS) - O DNOCS cedeu sem ônus à CAMISG 11 (onze) técnicos, sendo: 07 (sete) de nível médio e 04 (quatro) de nível superior, assim distribuídos: 07 (sete) técnicos agrícolas, 01 (um) agrônomo, 01 (um) veterinário e 02 (duas) assistentes sociais.

GERÊNCIA GERAL - O Gerente Geral, conforme o Artigo 43º do Estatuto Social, será o coordenador da execução das decisões tomadas pelo Conselho de Administração, cabendo-lhe, entre outras, por delegação deste, as seguintes atribuições:

- . Assessorar o Conselho de Administração no planejamento das atividades da AMISG e apresentar-lhe sugestões que julgar conveniente ao aprimoramento administrativo e sucesso das operações.

ASSISTÊNCIA SOCIAL - Os trabalhos relativos a Assistência Social, é prestado por técnicas do DNOCS, cedidas sem ônus para a prestação de serviço junto às famílias dos associados da CAMISG.

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - A Gerência Administrativa e Financeira, conforme o Artigo 44º do Estatuto Social, tem como finalidade auxiliar à Gerência Geral, ficando sob a sua coordenação os seguintes departamentos:

- . SERVIÇOS - que coordena as seções de:
 - . Secretaria
 - . Pessoal
 - . Almoxarifado
 - . Processamento de dados
- . CONTABILIDADE
- . SETOR FINANCEIRO - que coordena as seções de:
 - . Repasse
 - . Caixa

GERÊNCIA COMERCIAL E OPERACIONAL - também componente do Artigo 44º do Estatuto Social, tem a finalidade de auxiliar à Gerência Geral, ficando sob a sua coordenação os seguintes departamentos:

- . PRODUÇÃO - que coordena as seções:
 - . Assistência Técnica
 - . Mecanização
 - . Transporte
- . COMERCIALIZAÇÃO - que coordena as seções:
 - . Compras e Vendas
 - . Fornecimento
 - . Armazenamento e Beneficiamento.

QUADRO 2

AVALIAÇÃO DOS BENS

TIPO	Quant.	Valor	TIPO	Quant.	Valor	TIPO	Valor
ÁREAS	ha	Valor	(d) MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	Quant.	Valor	(e) OUTROS RECURSOS	Valor
terreno natural	90	-	Grade aradora - 24 discos	4	60.000.000	CAPITAL SOCIAL	
terreno artificial	100	100.000.000	Grade aradora - 14 discos	4	38.400.000	(140.000 Quotas	
terreno para cana	30	40.000.000	Trator VALMET	2	142.000.000	Partes	140.000.301,30
terreno para forrageira	30	40.000.000	Trator MASSEY FERGUSON	3	576.000.000		
			Colheitadeira forrageira	1	40.000.000	TOTAL	140.000.301,30
	250	180.000.000	Carreta agrícola	1	2.000.000		
			Colheitadeira arroz	2	10.000.000		
			Sulcador	5	5.000.000	TOTAL GERAL	
			Policultor 1.300	1	2.000.000	f = (a + b + c + d + e) - Cr\$	
INFRAESTRUTURAS	nº	Valor	Máquina forrageira	1	2.000.000		
canal c/4 fios(m)	40.000	46.400.000	Conjunto irrigação	102	722.800.000		
fiação elétrica (m)	350	29.000.000	Tubo PVC e alumínio	1.536	259.927.000		3.448.658.301,30
			Usina beneficiamento arroz	1	400.000.000		
			Moinho de martelo	1	20.000.000		
			Esteira carregadeira	1	20.000.000		
		75.400.000	Fiat Uno/87	1	10.000.000	(g) OBRIGADAS	Valor
			Caminhão FORD/82	1	40.000.000	FI/R.91/001-X	815.393.989,37
			Caminhão Mercedes/91	1	200.000.000	FI/R.91/002-8	89.071.274,49
IMÓVEIS	cab	Valor	Caminhão F-14.000/91	1	136.000.000	FI/R.91/003-6	646.667.967,15
terreno	02	5.000.000	Caminhão F-4.000/90	1	94.400.000	IFC/R.91/002-5	147.160.043,76
terreno para cana	20	30.000.000	Carreta VOLVO/87	1	200.000.000	IFC/T.91/001-3	404.957.588,57
terreno para forrageira	20	20.000.000	Moto - 125	2	5.000.000	TOTAL	2.103.250.863,34
terreno para casa	-	-	Telefone	1	3.223.000		
terreno para oficina	-	-	Fax	1	3.500.000		
terreno para depósito	-	-	Microcomputador	1	6.000.000		
terreno para armazenamento	-	-					
terreno para estacionamento	-	-					
terreno para outros	-	-					
terreno para reservas	-	-					
terreno para outros	-	-					
terreno para reservas	-	-					
	42	55.000.000	TOTAL		2.998.250.000		1.345.407.437,96

FONTE: PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
 CAMISG - COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DOS IRRIGANTES DE SÃO GONÇALO LTDA.
 AGOSTO DE 1992

QUADRO 3**PROJEÇÃO DAS RENDAS** (Valores em Cr\$ 1,00)

V E N D A S	ANO 92/93	ANO 93/94	ANO 94/95	ANO 95/96	ANO 96/97
ESUMO TOTAL DAS RECEITAS	33.898.420.000	37.659.500.000	39.249.220.000	40.430.300.000	37.790.300.000
T O T A S	33.898.420.000	37.659.500.000	39.249.220.000	40.430.300.000	37.790.300.000

QUADRO 3**PROJEÇÃO DAS RENDAS** (Valores em Cr\$ 1,00) (Continuação)

V E N D A S	ANO 97/98	ANO 98/99	ANO 99/00	ANO 00/01	ANO 01/02
ESUMO TOTAL DAS RECEITAS	38.671.380.000	40.434.620.000	40.435.700.000	40.436.940.000	37.800.000.000
T O T A S	38.671.380.000	40.434.620.000	40.435.700.000	40.436.940.000	37.800.000.000

QUADRO 4**PROJEÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO** (Valores em Cr\$ 1,00)

S P E C T F I C A Ç Õ E S / A N O S	92/93	93/94	94/95	95/96	96/97
Total das Despesas	16.686.010.560	16.743.370.560	16.743.370.560	16.743.370.560	17.331.100.560
Despesas Sociais e Funrural	73.500.000	171.500.000	226.800.000	268.100.000	268.100.000
do Financiamento Proposto	1.114.563.748	1.114.563.748	1.114.563.748	1.069.439.016	1.024.314.263
Financiamentos "em ser"	46.190.569	92.381.130	101.288.265	203.212.515	237.187.265
dos Financiamentos "em ser"	124.090.658	120.395.413	113.004.922	104.901.861	88.644.859
Elaboração e Assistência Técnica	5.505.113.400	6.144.497.000	6.414.749.400	6.615.533.000	6.166.733.000
(produtos da cesta básica/vestuário/saúde)	7.796.636.600	8.661.685.000	9.027.320.600	9.298.969.000	8.691.769.000
T O T A L	32.900.299.839	33.093.692.331	33.786.396.967	34.348.825.424	33.853.148.439

NTE: PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
MISG - COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DOS IRRIGANTES DE SÃO GONÇALO LTDA.
PLANO DE 1992

QUADRO 4

PROJEÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO (Valores em Cr\$ 1) (Continuação)

ESPECIFICAÇÕES / ANOS	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02
Total das Despesas	17.135.190.560	16.743.370.560	16.743.370.560	16.743.370.560	17.331.100.560
Sociais e Funrural	240.100.000	268.100.000	268.100.000	268.100.000	268.100.000
Financiamento Proposto	853.595.236	682.876.189	512.157.143	341.438.096	170.719.049
amentos "em ser"	237.187.265	237.187.265	190.996.696	144.806.127	42.881.877
s Financiamentos "em ser"	69.669.878	50.694.897	31.719.916	16.440.180	4.855.690
	6.316.516.600	6.616.267.400	6.616.451.000	6.617.001.800	6.168.385.400
Elaboração e Assistência Técnica	37.749.560	30.199.648	22.649.736	15.099.824	7.594.912
produtos da cesta básica/vestuário/saúde)	8.894.417.400	9.299.962.600	9.300.211.000	9.300.956.200	8.674.000.000
T O T A L	33.784.426.499	33.928.658.559	33.685.656.051	33.447.212.787	32.687.592.488

QUADRO 5

ANÁLISE FINANCEIRA (Valores em Cr\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÕES / ANOS	92/93	93/94	94/95	95/96	96/97
Vendas	33.898.420.000	37.659.500.000	39.249.220.000	40.430.300.000	37.790.300.000
AS Financiamento	13.932.046.854	-	-	-	-
T O T A L	47.830.466.854	37.659.500.000	39.249.220.000	40.430.300.000	37.790.300.000
Custeio	32.900.299.839	33.093.692.331	33.786.396.967	34.348.825.424	33.853.148.439
AS Financiamento	13.932.046.854	-	-	-	-
T O T A L	46.832.346.693	33.093.692.331	33.786.396.967	34.348.825.424	33.853.148.439
Financeiro (a-b)	998.120.161	4.565.807.669	5.462.823.033	6.081.474.576	3.937.151.561
a a Pagar do Financiamento	-	-	564.059.154	564.059.154	2.133.988.086
(c-d)	998.120.161	4.565.807.669	4.898.763.879	5.517.415.422	1.803.163.475

QUADRO 5

ANÁLISE FINANCEIRA (Valores em Cr\$ 1,00 (Continuação)

ESPECIFICAÇÕES / ANOS	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02
Vendas	38.671.380.000	40.434.620.000	40.435.700.000	40.438.940.000	37.800.000.000
AS Financiamento	-	-	-	-	-
T O T A L	38.671.380.000	40.434.620.000	40.435.700.000	40.438.940.000	37.800.000.000
Custeio	33.784.426.499	33.928.658.559	33.685.656.051	33.447.212.787	32.687.592.488
AS Financiamento	-	-	-	-	-
T O T A L	33.784.426.499	33.928.658.559	33.685.656.051	33.447.212.787	32.687.592.488
Financeiro (a-b)	4.886.953.501	6.505.961.441	6.750.043.949	6.991.727.213	5.112.407.512
a a Pagar do Financiamento	2.133.988.086	2.133.988.086	2.133.988.086	2.133.988.086	2.133.988.116
(c-d)	2.752.965.415	4.371.973.355	4.616.055.863	4.857.739.127	2.978.419.396

VTE: PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

41SG - COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DOS IRRIGANTES DE SÃO GONÇALO LTDA.

OSTO DE 1992

QUADRO 6

QUADRO DE RECEITAS DAS CULTURAS EXISTENTES

S C R I Ç Ã O	UNIDADE ÁREA (ha)	PRODUTIV T/ha/Ano	PRODUÇÃO (T)	V A L O R E S E M Cr\$ 1,00	
				UNITÁRIO	T O T A L
ana 20/50 ano	330	60	19.800	400.000	7.920.000.000
ana 10 ano	120	40	4.800	400.000	1.920.000.000
o	40	15**	600***	250.000	150.000.000
oz	1.100	6	6.600	700.000	4.620.000.000
io	105	3	315	500.000	157.500.000
ate	180	40	7.200	300.000	2.160.000.000
odão	30	2,5	75	1.500.000	112.500.000
jão	70	1,3	91	1.700.000	154.700.000
ancia	30	22	660	800.000	528.000.000
ão	20	18	360	700.000	252.000.000
T O T A L				17.974.700.000	

ilheiro/ha/ano; *** Milheiro.

FONTE: PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
CAMISG - COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DOS IRRIGANTES DE SÃO GONÇALO LTDA.
AGOSTO DE 1992

QUADRO 7

DESPESAS DAS CULTURAS EXISTENTES

CULTURAS	PREPARO DO SOLO (HORA/TRATOR)		SEMENTES/MUDAS Kg /Unid.		FERTILIZANTES			
					ORGÂNICO(T)		QUÍMICO(Kg)	
	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR
Banana 2 a 5 anos	-	-	-	-	16.500	330.000.000	349.470	327.485.200
Banana 19 ano	840	86.520.000	300.000**	120.000.000	6.000	120.000.000	127.000	119.812.800
Coco	-	-	-	-	200	800.000	4.400	120.800
Arroz	6.600	679.800.000	66.000	66.000.000	-	-	440.000	308.000.000
Milho	420	43.260.000	2.100	1.050.000	-	-	10.500	7.350.000
Tomate	1.440	148.320.000	54	10.800.000	1.800	36.000.000	180.000	151.200.000
Algodão	240	24.720.000	600	1.200.000	-	-	9.000	6.300.000
Feijão	490	50.470.000	1.050	2.100.000	-	-	14.000	9.800.000
Melancia	210	21.630.000	45	675.000	300	6.000.000	24.000	21.600.000
Melão	140	14.420.000	40	600.000	200	4.000.000	18.000	16.200.000
TOTAL	10.380	1.069.140.000	69.889*	202.425.000	25.000	496.800.000	1.176.450	969.868.800

* Kg sementes ** Mudax

QUADRO 7

DESPESAS DAS CULTURAS EXISTENTES (Continuação)

CULTURAS	DEFENSIVOS l/Kg		MÃO-DE-OBRA (homens/dia)		ÁGUA PARA IRRIGAÇÃO (1.000 m ³)		TOTAL
	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	
Banana 2 a 5 anos	2.640	47.520.000	52.800	528.000.000	5.940	15.087.600	1.250.092.800
Banana 19 ano	960	17.280.000	19.680	199.200.000	2.160	5.486.400	668.297.200
Coco	-	-	2.920	2.920.000	880	2.235.200	6.076.000
Arroz	1.100	55.000.000	145.200	1.463.000.000	27.500	69.850.000	2.641.850.000
Milho	105	7.350.000	3.990	39.900.000	630	1.600.200	100.510.200
Tomate	8.280	414.000.000	49.320	493.200.000	1.080	2.743.200	1.256.263.200
Algodão	90	7.200.000	3.420	34.200.000	144	365.760	73.985.760
Feijão	280	14.000.000	3.220	32.200.000	280	711.200	109.281.200
Melancia	540	43.200.000	4.200	42.000.000	180	457.200	135.562.200
Melão	400	32.000.000	3.830	38.600.000	120	304.800	106.324.800
TOTAL	14.395	637.550.000	288.630	2.873.420.000	32.974	98.841.560	6.348.045.360

Obs.: A banana será renovada a cada 6 anos.

FONTE: PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
CAMISG - COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DOS IRRIGANTES DE SÃO GONÇALO LTDA.

AGOSTO DE 1992

QUADRO 8

LIBERAÇÕES DE PARCELAS

ITENS FINANCIADOS	IMEDIATO	SET/OUT	NOV/DEZ	FEV/MAR	TOTAL
ADQUIZICAO DE 03 TRATORES MASSEY FERGUSON MODELO 297.4	823.427.145				823.427.145
ADQUIZICAO DE 02 TRATORES MASSEY FERGUSON MODELO 275	299.973.044				299.973.044
ADQUIZICAO DE 10 TRILHADEIRAS VENCEDORA MOD. CB 450	248.479.320				248.479.320
ADQUIZICAO DE 03 GRADES ARADORAS C.R. DE 24 DISCOS	92.275.395				92.275.395
ADQUIZICAO DE 01 ARADO SUB-SOLADOR	8.244.658				8.244.658
ADQUIZICAO DE 03 SULCADORES DE 3 LINHAS	10.152.400				10.152.400
ADQUIZICAO DE 02 GRADES ARADORAS DE 14 DISCOS DE 26" SUPERT	44.935.654				44.935.654
ADQUIZICAO DE 01 MOTONIVELADORA-CATERPILLAR, MOD.120	826.954.000				826.954.000
ADQUIZICAO DE 01 SECADOR CONTINUO PARA CEREALS - TIPO D-40					
COM CAPACIDADE DE 45 TONELADAS E MONTAGEM	327.386.000				327.386.000
ADQUIZICAO DE 01 EMPACOTAMENTO COMPLETO	222.750.000				222.750.000
ADQUIZICAO DE 02 CAMINHÕES COM CAPACIDADE PARA 14 T.	580.000.000				580.000.000
ADQUIZICAO DE 02 CAMINHÕES COM CAPACIDADE PARA 10 T.	404.021.812				404.021.812
INST DE 30 KM DE REDE TRIFÁSICA DE ALTA TENSÃO - 13.8KV	835.000.000				835.000.000
INSTAÇÃO DE 30 KM DE REDE TRIFÁSICA DE BAIXA TENSÃO					
30x220V	777.000.000				777.000.000
INSTAÇÃO DE 10 SUBESTAÇÕES DE 45 KVA	182.000.000				182.000.000
INSTAÇÃO DE 05 SUBESTAÇÕES DE 75 KVA	115.500.000				115.500.000
ADQUIZICAO DE UMA CAMARA FRIGORIFICA	1.200.000.000				1.200.000.000
ADQUIZICAO DE 02 BAÚS FRIGORÍFICOS	280.401.314				280.401.314
ADQUIZICAO DE 60 CONJUNTOS DE IRRIGACAO NSB 90 - 5X4 BP	754.320.000				754.320.000
ADQUIZICAO DE 1800 TUBOS TIGRE 4"	396.000.000				396.000.000
ADQUIZICAO DE 40 CONJUNTO DE IRRIGACAO ELETROBOMBA 4x6"	270.600.000				270.600.000
ADQUIZICAO DE 20 CONJUNTOS DE IRRIGACAO ELETROBOMBAS 8x6"	303.180.000				303.180.000
ADQUIZICAO DE 300 TUBOS DE AÇO ZINCADO DE 6"	106.200.000				106.200.000
REGULARIZACAO EM 600 HA DE SOLOS SISTEMATIZADOS	140.000.000	140.000.000	140.000.000		420.000.000
INSTAÇÃO DE 300 POÇOS AMAZONAS	1.140.000.000	654.000.000			1.794.000.000
PLANTACAO DE 20 HA DE ACEROLA IRRIGADA	54.648.000	17.809.600	11.900.000		84.357.600
PLANTACAO DE 100 HA DE BANANA IRRIGADA	386.344.000	115.572.000	55.000.000		556.916.000
PLANTACAO DE 50 HA DE UVA IRRIGADA	891.736.000		629.464.000	102.500.000	1.623.700.000
INSCRIÇÃO DE COTAS-PARTES - 3%	189.278.208				189.278.208
CUSTA DE ELABORAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	154.194.304				154.194.304
T O T A L S	12.065.601.254	927.381.600	836.364.000	102.500.000	13.932.046.854

INTE: PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
 AMISG - COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DOS IRRIGANTES DE SÃO GONÇALO LTDA.
 CUSTO DE 1992

QUADRO 9

PLANO DE REEMBOLSO

ITENS FINANCIADOS	PARCELA A PAGAR DO FINANCIAMENTO			
	92/93	93/94	94/95	95/96
ADQUIZIÇÃO DE 03 TRATORES MASSEY FERGUSON MODELO 297.4			102.928.393	102.928.393
ADQUIZIÇÃO DE 02 TRATORES MASSEY FERGUSON MODELO 275			37.496.630	37.496.630
ADQUIZIÇÃO DE 10 TRILHADEIRAS VENCEDORA MOD. CB 450			31.059.915	31.059.915
ADQUIZIÇÃO DE 03 GRADES ARADORAS C.R DE 24 DISCOS			11.534.424	11.534.424
ADQUIZIÇÃO DE 01 ARADO SUB-SOLADOR			1.030.582	1.030.582
ADQUIZIÇÃO DE 03 SULCADORES DE 3 LINHAS			1.269.050	1.269.050
ADQUIZIÇÃO DE 02 GRADES ARADORAS DE 14 DISCOS DE 26" SUPERT			5.616.956	5.616.956
ADQUIZIÇÃO DE 01 MOTONIVELADORA-CATERPILLAR, MOD. 120			103.369.250	103.369.250
ADQUIZIÇÃO DE 01 SECADOR CONTINUO PARA CEREAIS - TIPO D-40				
COM CAPACIDADE DE 45 TONELADAS E MONTAGEM			40.923.250	40.923.250
ADQUIZIÇÃO DE 01 EMPACOTAMENTO COMPLETO			27.843.750	27.843.750
ADQUIZIÇÃO DE 02 CAMINHÕES COM CAPACIDADE PARA 14 T.			72.500.000	72.500.000
ADQUIZIÇÃO DE 02 CAMINHÕES COM CAPACIDADE PARA 10 T.			50.502.726	50.502.726
CONSTRUÇÃO DE 30 TRIFASICO DE ALTA TENSÃO EM 13.8 KW				
CONSTRUÇÃO DE 30 KM DE REDE TRIFASICA DE BAIXA TENSÃO				
0/220V				
CONSTRUÇÃO DE 10 SUBESTAÇÕES DE 45 KVA				
CONSTRUÇÃO DE 05 SUBESTAÇÕES DE 75 KVA				
ADQUIZIÇÃO DE UMA CAMARA FRIGORÍFICA				
ADQUIZIÇÃO DE 02 BAUS FRIGORÍFICOS			35.050.164	35.050.164
ADQUIZIÇÃO DE 60 CONJUNTOS DE IRRIGAÇÃO NSB 90 - 5X4 BP				
ADQUIZIÇÃO DE 1800 TUBOS TIGRE 4"				
ADQUIZIÇÃO DE 40 CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO ELETROBOMBA 4x6"				
ADQUIZIÇÃO DE 20 CONJUNTOS DE IRRIGAÇÃO ELETROBOMBAS 8x6"				
ADQUIZIÇÃO DE 300 TUBOS DE AÇO ZINCADO DE 6"				
ADQUIZIÇÃO DE 600 HA DE SOLOS SISTEMATIZADOS				
CONSTRUÇÃO DE 300 POÇOS AMAZONAS				
PLANTACAO DE 20 HA DE ACEROLA IRRIGADA				
PLANTACAO DE 100 HA DE BANANA IRRIGADA				
PLANTACAO DE 50 HA DE UVA IRRIGADA				
RESCISÃO DE COTAS-PARTES - 3%			23.659.776	23.659.776
CUSTA DE ELABORAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA			19.274.288	19.274.288
T O T A L S			564.059.154	564.059.154

FONTE: PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
 CAMISG - COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DOS IRRIGANTES DE SÃO GONÇALO LTDA.
 AGOSTO DE 1992

QUADRO 9

PLANO DE REEMBOLSO (Continuação)

ITENS FINANCIADOS	PARCELA A PAGAR DO FINANCIAMENTO			
	96/97	97/98	98/99	99/00
UISICAO DE 03 TRATORES MASSEY FERGUSON MODELO 297,4	102.928.393	102.928.393	102.928.393	102.928.393
UISICAO DE 02 TRATORES MASSEY FERGUSON MODELO 275	37.496.630	37.496.630	37.496.630	37.496.630
UISICAO DE 10 TRILHADEIRAS VENCEDORA MOD. CB 450	31.059.915	31.059.915	31.059.915	31.059.915
UISICAO DE 03 GRADES ARADORAS C.R DE 24 DISCOS	11.534.424	11.534.424	11.534.424	11.534.424
UISICAO DE 01 ARADO SUB-SOLADOR	1.030.582	1.030.582	1.030.582	1.030.582
UISICAO DE 03 SULCADORES DE 3 LINHAS	1.269.050	1.269.050	1.269.050	1.269.050
UISICAO DE 02 GRADES ARADORAS DE 14 DISCOS DE 26" SUPERT	5.616.956	5.616.956	5.616.956	5.616.956
UISICAO DE 01 MOTONIVELADORA-CATERPILLAR, MOD.120	103.369.250	103.369.250	103.369.250	103.369.250
UISICAO DE 01 SECADOR CONTINUO PARA CEREAIS - TIPO D-40				
M CAPACIDADE DE 45 TONELADAS E MONTAGEM	40.923.250	40.923.250	40.923.250	40.923.250
UISICAO DE 01 EMPACOTAMENTO COMPLETO	27.843.750	27.843.750	27.843.750	27.843.750
UISICAO DE 02 CAMINHOS COM CAPACIDADE PARA 14 T.	72.500.000	72.500.000	72.500.000	72.500.000
UISICAO DE 02 CAMINHOS COM CAPACIDADE PARA 10 T.	50.502.726	50.502.726	50.502.726	50.502.726
NST DE 30 KM DE REDE TRIFÁSICA DE ALTA TENSÃO - 13,8KV	139.300.000	139.300.000	139.300.000	139.300.000
NSTRUCAO DE 30 KM DE REDE TRIFASICA DE BAIXA TENSÃO				
Ø\220V	129.500.000	129.500.000	129.500.000	129.500.000
NSTRUCAO DE 10 SUBSTACOES DE 45 KVA	30.333.333	30.333.333	30.333.333	30.333.333
NSTRUCAO DE 05 SUBSTACOES DE 75 KVA	19.250.000	19.250.000	19.250.000	19.250.000
UISICAO DE UMA CAMARA FRIGORIFICA	200.000.000	200.000.000	200.000.000	200.000.000
UISICAO DE 02 BAUS FRIGORÍFICOS	35.050.164	35.050.164	35.050.164	35.050.164
UISICAO DE 60 CONJUNTOS DE IRRIGACAO NSB 90 - 5X4 BP	125.720.000	125.720.000	125.720.000	125.720.000
UISICAO DE 1800 TUBOS TIGRE 4"	66.000.000	66.000.000	66.000.000	66.000.000
UISICAO DE 40 CONJUNTO DE IRRIGACAO ELETROBOMBA 4x6"	45.100.000	45.100.000	45.100.000	45.100.000
UISICAO DE 20 CONJUNTOS DE IRRIGACAO ELETROBOMBAS 8x6"	50.530.000	50.530.000	50.530.000	50.530.000
UISICAO DE 300 TUBOS DE AÇO ZINCADO DE 6"	17.700.000	17.700.000	17.700.000	17.700.000
GULARIZACAO EM 600 HA DE SOLOS SISTEMATIZADOS	70.000.000	70.000.000	70.000.000	70.000.000
NSTRUCAO DE 300 POÇOS AMAZONAS	299.000.000	299.000.000	299.000.000	299.000.000
PLANTACAO DE 20 HA DE ACEROLA IRRIGADA	14.059.600	14.059.600	14.059.600	14.059.600
PLANTACAO DE 100 HA DE BANANA IRRIGADA	92.819.333	92.819.333	92.819.333	92.819.333
PLANTACAO DE 50 HA DE UVA IRRIGADA	270.616.666	270.616.666	270.616.666	270.616.666
BSCRICAO DE COTAS-PARTES - 3%	23.659.776	23.659.776	23.659.776	23.659.776
XA DE ELABORACAO E ASSISTENCIA TÉCNICA	19.274.288	19.274.288	19.274.288	19.274.288
T O T A I S	2.133.988.086	2.133.988.086	2.133.988.086	2.133.988.086

INTE: PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
 MISG - COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DOS IRRIGANTES DE SÃO GONÇALO LTDA.
 CUSTO DE 1992

QUADRO 9

PLANO DE REEMBOLSO (Continuação)

ITENS FINANCIADOS	PARCELA A PAGAR DO FINANCIAMENTO		
	00/01	01/02	TOTAL
101-AQUISIÇÃO DE 03 TRATORES MASSEY FERGUSON MODELO 297.4	102.928.393	102.928.394	823.427.145
102-AQUISIÇÃO DE 02 TRATORES MASSEY FERGUSON MODELO 275	37.496.630	37.496.634	299.973.044
103-AQUISIÇÃO DE 10 TRILHADEIRAS VENCEDORA MOD. CS 450	31.059.915	31.059.915	248.479.320
104-AQUISIÇÃO DE 03 GRADES ARADORAS C.R DE 24 DISCOS	11.534.424	11.534.427	92.275.395
105-AQUISIÇÃO DE 01 ARADO SUB-SOLADOR	1.030.582	1.030.584	8.244.658
106-AQUISIÇÃO DE 03 SULCADORES DE 3 LINHAS	1.269.050	1.269.050	10.152.400
107-AQUISIÇÃO DE 02 GRADES ARADORAS DE 14 DISCOS DE 26" SUPERT	5.616.956	5.616.962	44.935.654
108-AQUISIÇÃO DE 01 MOTONIVELADORA-CATERPILLAR, MOD.120	103.369.250	103.369.250	826.754.000
109-AQUISIÇÃO DE 01 SECADOR CONTINUO PARA CEREAIS - TIPO D-400 COM CAPACIDADE DE 45 TONELADAS E MONTAGEM	40.923.250	40.923.250	327.306.000
110-AQUISIÇÃO DE 01 EMPACOTAMENTO COMPLETO	27.843.750	27.843.750	222.750.000
111-AQUISIÇÃO DE 02 CAMINHÕES COM CAPACIDADE PARA 14 T.	72.500.000	72.500.000	580.000.000
112-AQUISIÇÃO DE 02 CAMINHÕES COM CAPACIDADE PARA 10 T.	50.502.726	50.502.730	404.021.812
113-CONST DE 30 KM DE REDE TRIFÁSICA DE ALTA TENSÃO - 13.8KV	139.300.000	139.300.000	835.800.000
114-CONSTRUÇÃO DE 30 KM DE REDE TRIFÁSICA DE BAIXA TENSÃO 380\220V	129.500.000	129.500.000	777.000.000
115-CONSTRUÇÃO DE 10 SUBESTAÇÕES DE 45 KVA	30.333.333	30.333.335	182.000.000
116-CONSTRUÇÃO DE 05 SUBESTAÇÕES DE 75 KVA	19.250.000	19.250.000	115.500.000
117-AQUISIÇÃO DE UMA CAMARA FRIGORÍFICA	200.000.000	200.000.000	1.200.000.000
118-AQUISIÇÃO DE 02 BAUS FRIGORÍFICOS	35.050.164	35.050.166	289.401.314
119-AQUISIÇÃO DE 60 CONJUNTOS DE IRRIGAÇÃO NSB 90 - 5X4 BP	125.720.000	125.720.000	754.320.000
120-AQUISIÇÃO DE 1800 TUBOS TIGRE 4"	66.000.000	66.000.000	396.000.000
121-AQUISIÇÃO DE 40 CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO ELETROBOMBA 4x6"	45.100.000	45.100.000	270.600.000
122-AQUISIÇÃO DE 20 CONJUNTOS DE IRRIGAÇÃO ELETROBOMBAS 8x6"	50.530.000	50.530.000	303.160.000
123-AQUISIÇÃO DE 300 TUBOS DE AÇO ZINCADO DE 6"	17.700.000	17.700.000	106.200.000
124-REGULARIZAÇÃO EM 600 HA DE SOLOS SISTEMATIZADOS	70.000.000	70.000.000	420.000.000
125-CONSTRUÇÃO DE 300 POÇOS AZARONAS	299.000.000	299.000.000	1.794.000.000
126-IMPLANTACAO DE 20 HA DE ACEROLA IRRIGADA	14.059.600	14.059.600	64.357.600
127-IMPLANTACAO DE 100 HA DE BANANA IRRIGADA	92.819.333	92.819.335	556.916.000
128-IMPLANTACAO DE 50 HA DE UVA IRRIGADA	270.616.666	270.616.670	1.623.700.000
129-SUBSCRIÇÃO DE COTAS-PARTES - 3%	23.659.776	23.659.776	189.278.208
130-TAXA DE ELABORAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	19.274.288	19.274.288	154.194.304
T O T A I S	2.133.988.666	2.133.988.116	13.932.046.654

FONTE: PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
CAMISG - COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DOS IRRIGANTES DE SÃO GONÇALO LTDA.
AGOSTO DE 1992

CAMISG: MODELO DE COOPERATIVISMO

A CAMISG foi fundada em 13/10/1973, com o nome de CIP - COOPERATIVA DOS IRRIGANTES DA PARAÍBA, onde agregava além do Perímetro de São Gonçalo os Perímetros de Condado e Sumé. Somente em 1979 houve o desmembramento, ficando cada perímetro com sua cooperativa.

O sistema cooperativista nos Perímetros Irrigados do DNOCS funcionava e funciona de maneira precária, onde existe ingerência do órgão, pois o sucesso da CAMISG - COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DOS IRRIGANTES DE SÃO GONÇALVO - foi graças a brilhante idéia dos próprios irrigantes assumirem a administração do Perímetro e da Cooperativa.

A CAMISG tem hoje 410 associados, dando sustentação as suas famílias e mais de 5 mil empregos para os sertanejos que vivem da agricultura.

O déficit hídrico fez com que os reservatórios (açudes de São Gonçalo e Engenheiro Avido) chegassem a capacidade mínima, sendo obrigado depois de vários anos de racionamento, chegar ao corte total em outubro de 92, quando do fechamento das comportas para a irrigação. Naquele momento, para evitar que o Perímetro se tornasse um deserto, a CAMISG encontrou o apoio do BANDO DO NORDESTE DO BRASIL SA - Agência de Sousa, que se sensibilizou com a situação, e viu que além de salvar o Perímetro evitou também, o êxodo rural.

E tudo deu certo, o BNB nos últimos anos investiu 5

milhões de dólares no Perímetro irrigado de São Gonçalo, com isso os resultados vieram e o processo produtivo não foi interrompido, pois mais de 300 poços amazons foram construídos, mais de 70 quilômetros de eletrificação rural, mais de 300 Kits de irrigação foram repassados para os associados, foram além disso repassados 800 matrizes com aptidão leiteira, sem falar a infraestrutura básica de uso comum como: máquinas, implementos, usinas de beneficiamentos, etc.

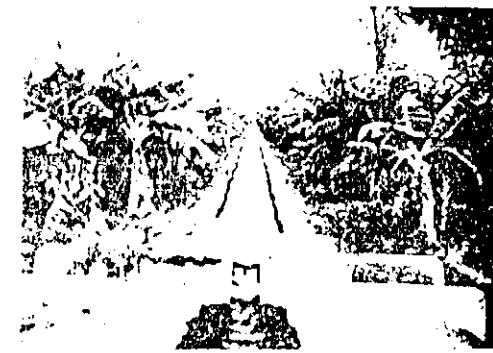
A primeira "SAFRA MILAGROSA" está sendo colhida e os resultados são satisfatórios, pois com isso, está mantendo mais de 5 mil empregos e fixando o homem ao campo.



José Carneiro -
Presidente da CAMISG:



João Lavour - Gerente do
BNB



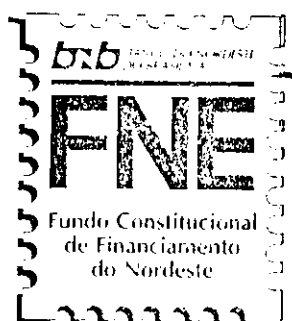
CAMISG: CANAL COREMAS/SÃO GONÇALO A LUTA CONTINUA

A CAMISG continua na luta pela transposição das águas COREMAS - SÃO GONÇALO. Pois bem, é chegada a hora de lutarmos verdadeiramente em defesa da redenção da nossa região. Aliás, este assunto não é novo. Há mais de 40 anos ele é objeto de discussão e preocupação de

órgãos governamentais; entidades científicas, de estudiosos e da imprensa como um todo. É assunto que mexe com nós todos pela sua importância e grandeza... A execução do Projeto possibilita a irrigação de mais de 30 mil hectares de várzeas, envolvendo vários municípios de nossa

região, permitindo o aumento da produção de alimentos, geração de novos empregos e arrancada do desenvolvimento econômico da nossa região sertaneja.

SE JUNTE A NÓS. PRECISAMOS DE SUA PARTICIPAÇÃO. A CONQUISTA SERÁ DE TODOS.



Maior operação de Sousa utiliza recursos do FNE



Na assinatura do contrato, da esquerda para a direita: José Carneiro (Presidente da CAMISG), Francitônio Limeira (Gerente da CAMISG), João Ferreira de Lavor e José Coutinho de Galiza (Gerente e Chefe do Setop da agência).

A agência de Sousa (PB) contratou financiamento, com recursos do FNE-Proir, no valor de Cr\$ 11,2 bilhões. A beneficiária, Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de São Gonçalo Ltda., deverá aplicar os recursos na construção de 200 poços amazonas, 60 quilômetros de rede elétrica trifásica, aquisição de 120 eletrobombas e 13 mil metros de tubos PVC para irrigação, além da fundação de 100 hectares de banana.

A Cooperativa conta com um quadro social de 402 associados e, com a implantação do projeto, irá absorver toda mão-de-obra ociosa nas áreas de sequeiro adjacentes ao perímetro.

Para subsidiar o estudo que possibilitará a perfuração dos

200 poços amazonas, a Cooperativa contou com projeto elaborado pela Hidroservice, que apontou a existência de um lençol freático com capacidade de vazão para 43 milhões de metros cúbicos, onde se encontram encravados os lotes dos irrigantes de São Gonçalo. Essas perfurações possibilitarão a superação da crise hídrica do Perímetro Irrigado de São Gonçalo em anos de invernos escassos.

A CAMISG é, atualmente, uma das maiores beneficiadoras de arroz do sertão paraibano, dispõe de uma máquina beneficiadora de arroz moderna e de grande porte, também financiada pelo BNB, com capacidade para beneficiar cerca de 37 toneladas do produto por dia.